

Rio março 16

Exmo. Sr. D. Vicente Scherer

Saudações em Cristo

Durante a última reunião do Conselho de Ação Católica, realizada dia onze d'êste mês, tratamos de alguns problemas que nos atingem imediatamente e programamos as datas de nosso trabalho até o fim d'êste ano em curso, às quais, por intermédio destas cartas, comunicamos à V. Excia.

Naquela oportunidade, como ficou combinado nos dias em que V. Excia. esteve conosco, pensamos nos nomes a sugerir para a função de assistente nacional de ACB, que levaremos ao conhecimento de V. Excia. por intermédio de José Ouriques de Freitas, presidente nacional da JOC, que deverá ir a Porto Alegre, fim d'êste mês.

Queremos comunicar também à V. Excia. que entre os estudantes presos durante a semana passada, em São Paulo, segundo as informações que obtivemos até o momento, não constava que nenhum dos elementos pertencesse, atualmente, aos quadros do Movimento de JOC, embora o fato tenha sido noticiado de maneira tendenciosa.

Na graça de Deus, unidos em oração pela Igreja em Concílio,

*José Roberto Costa*  
pelo Secretariado nacional de  
Ação Católica

P.S. seguem anexo as datas por nós previstas para o ano de 1965.

4/4/65

secretariado nacional de  
ação católica brasileira  
rua miguel lemos 97 - câpacabana

A E I O U - 4 de abril - Cenáculo

Na última reunião do Conselho conversamos sobre os problemas que, hoje, a Ação Católica vive. Sentimos de maneira evidente a necessidade de que nos encontremos cada vez mais, para que possamos abrir as nossas próprias reflexões e realizar um trabalho verdadeiramente de conjunto.

Como primeira tarefa propusemo-nos a intensificar nossos contatos, afim de nos conhecermos melhor. Portanto, saber o que cada um de nós pensa sobre a Ação Católica, como vimos realizando nosso trabalho e como temos nos realizado nêle.

Para isto, resolvemos marcar um dia de encontro entre nós, equipes nacionais; que teria como objetivo principal fazer um levantamento das preocupações de nossos Movimentos e a partir delas traçar as linhas gerais de um plano de trabalho para este ano.

Donde propomos o seguinte temário :

- I) Situação de nossos Movimentos. Pontos comuns.
  - como la. parte ; colocação de cada setor de suas principais preocupações.
  - busca de pontos comuns que nos possibilitem sintetizar as preocupações colocadas; para que possamos bem canalizar nossas reflexões.
  - estudo do método de reflexão e trabalho a serem desenvolvidos durante este ano.
  
- II) Plano de trabalho para 1965
  - estudo e reflexão ( inclusive em linhas gerais o próximo aeiou de maio ).
  - coordenação de ACB , função.
  - no plano administrativo.

O início dos trabalhos será as 9 horas no Cenáculo.

P.S.: ATENÇÃO: R\$ 1500,00 por pensão

a) o secretariado

4/12/64

Último CONSELHO de 1964  
.....

Irmãos do povo de Deus:

Ao terminar mais um ano em nossa luta pela construção do rei-  
no de Deus, é com imensa alegria e agradecimento sem medidas, por tudo  
que recebemos do Senhor, que realizamos êste último Conselho de 1964.  
Quem poderá avaliar o que foi a existência sofrida dos permanentes nacio-  
nais, nêste conturbado ano? Terá sido ela realmente um serviço ao meio, um  
encontro com as pessoas e uma adesão mais plena ao Cristo? A revisão per-  
tercen-lhes, mas o secretariado nacional pode atestar o que foi a doação  
de todos e o esforço tremendo pela unidade da ação católica. Aos que par-  
tem, lembramos que "aquele que pega no arado, não pode mais voltar atrás!"  
Aos que ficam, os horizontes não estão muito claros, mas o amor até a  
morte na cruz é nossa medida. Temos Cristo, que mais podemos desejar?

Parte primeira: deliberações-

1. informações átteis: como não foi possível passar a fôlha  
para sugestões, com antecedência, transmitir tudo aquilo que fôr de integ-  
resse às equipes nacionais, Festa de Natal.

2. cadernos da acb: no Conselho anterior, pudemos iniciar  
algumas reflexões sôbre a linha, temas e autores de alguns cadernos, que  
constituirão o plano de nossas publicações. Relembrando, teríamos: a) "a  
religiosidade no Brasil (frei Rolim) e pastoral latinoamericana (pe. Segun-  
do), mais um texto de D. Padim"; b) "o assistente na ação católica" (equipe  
de assistentes); c) "pastoral e desenvolvimento na A. Latina" - tema do aciou;  
d) "Concílio Vaticano II (três artigos de leigos - Bartolo, Sandri e Otto e  
três de Bispos - D. Padim, D. Helder e D. Scherer); e) "L'Eglise, lumen gen-  
tium"; f) "Síntese histórico-interpretativa da acb"; g) resolver se seria  
válido um caderno sôbre "revisão de vida" e outro sôbre "engajamento", ou  
um apenas, contendo êstes dois temas; h) novas sugestões... Trazer nomes  
de quem poderá escrevê-los.

3. encontro do apostolado dos leigos: não tendo chegado no-  
tícia alguma até hoje, como ficamos?

4. trazer lista contendo datas, locais dos Encontros dos mo-  
vimentos, até meados de 1965.

5. visitas aos secretariados regionais e diocesanos.

Parte segunda: secretariado nacional para 1965. - as moradis até março.  
.....

data: 4 de dezembro/64 - sexta "" Horário: 15hs. "" Local: séde.

PONTOS NEGATIVOS

TEMAS - :

1 - Os temas foram uma coleção de coisas muito boas, mas um tanto entrelaçadas, pouco claras e não puderam ser esclarecidas. Sem um estudo maior, nessa contribuição na base especialmente, estava restringida a coisinhas.

2 - Existiu uma imensa falta de diálogo nas discussões do temário. Tudo foi dito em tom afirmativo tipo imposição. Nota-se nisse uma grande falta de caridade.

- naturalmente a principal consequência foi a falta de tempo e os imensos trabalhos de todas as equipes neste tempo.

- os temas ficaram para serem reestudados e a gente ficou atualmente com poucas conclusões claras para atuação nas férias.

3 - O assistente de JAC esteve todo o tempo sobrecarregado em prejuízo para sua equipe. ( falta de contatos), ao tempo que outros assistentes não tiveram trabalhos especiais.

4 - Os leigos falam a toda hora da necessidade de assumirem seu verdadeiro papel. No entanto nem nas conclusões da Pastoral de Conjunto apresentaram. Achamos falho que fossem apresentadas por um padre.

REUNIÕES - :

1 - A inscrição foi um ponto que gostamos e poderia mesmo ser usada desde o início dos trabalhos, mas a "ditadura" foi demasiadamente rígida.

- a mesa não funcionou além da ditadura e que foi uma falha.

Sugerimos concretamente que no futuro, antes de se entrar para uma determinada discussão, a mesa procure localizar os aspectos principais, coloque estes pontos para discussão pedindo outros, mas observando sempre uma hierarquia de pontos, evitando discussões desnecessárias e confusões como as que houve.

2 - Na falta de caridade que se notou nestas discussões, vê-se a necessidade de uma maior aproximação entre os diversos setores, inclusive nas realizações e métodos de trabalho.

3 - Pedimos que futuramente os nossos irmãos "intelectuais" procurem fazer suas intervenções de maneira clara e principalmente rápida e objetiva.

ESPÍRITUAL - :

1 - A A.C. como exemplo de vida e que quer ser não confirmou isso no Alto. Poucos procuraram a igreja para visitas. Só se ia a missa e mesmo não existiu um maior interesse pela missa comunitária.

Sugerimos que no futuro se lembre ~~xxx~~ a turma a visita a capela. Como se fez desta vez no aspecto das várias missas e horários.

HORÁRIO - :

Apesar de já ter melhorado muito o horário ainda foi forte e cansativo e muitas vezes não se observava.

Outras:

Houve algumas pessoas que vinham dormir na cidade e que chegavam entre dias ao Alto. Alguns no horário, outros atrasados e ainda os que nem vinham. Talvez valesse um esforço para que no futuro todos ficassem no local, inclusive para aproveitar para contatos.

- A encenação em homenagem a Dom Lamartine mostrou só o lado negativo e

foi apresentada de um modo grosseiro e chocante, atingindo pessoas.

### POSITIVOS

- Exposições muito boas. MEB como prática e simples, politização como teoria de um modo simples e claro.
- Visita dos padres franceses foi providencial. Gostamos especialmente das reflexões de Abbe Pierre, na valorização da pessoa humana. (Case rapaz para favola e assistência paternalista do palácio São Joaquim)
- Gostamos igualmente das meditações de pe. Pidenet do Mundo Melhor. Boas concretas e simples.
- Entresamente entre os vários setores e pessoas de fora também, foi muito bom apesar do cansaço em que se estava. Cada movimento nos centatos procurou compreender o outro como ele é.
- Algumas equipes aproveitavam os intervalos para dialogar entre si e com o assistente, preparando a atuação nas discussões.

### SUGESTÃO

No futuro preferimos o AEIOU com somente 1 ou 2 temas para serem estudados e realmente aprofundados. A " tão falada " Consciência Crítica" nao saiu ainda em nenhum estudo ou assunto estudado no último AEIOU.

Resoluções da reunião de Conselho de 28 de junho de 1962.

Presentes: membros dos diversos setores, com exceção de JOC, JOCF e JIC.

Da agenda:-

1. Plano da CNBB.

Osmar fez breve apanhado crítico, que deverá ser colocado em circular informativa para todos os regionais dos setores. Suscitou algumas discussões, como por exemplo qual seria a eficácia de um frente eleitoral pela família, e que veio motivar mais ainda a necessidade de um estudo demorado sobre o Plano. Assim, ficou resolvido:

a) marcar uma reunião para todas as equipes nacionais, em 1, 2 e 3 de novembro próximo, com a finalidade de analisar o Plano profundamente e orientar a posição e ação correspondente da ACB.

b) o estudo dos vários itens do Plano será feito em comissões de estudo conjuntas, isto é, com elementos das UENN; a distribuição fica para futura reunião de Conselho.

c) procurar convidar pe. Marins para assistir estes dias.

2. Divisão dos regionais segundo os setores da ACB.

antigos e atuais:-

JOC e JOCF:-      Norte- Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão e os territórios.  
Nordeste - Ceará, R.Gr. de Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.  
C.Oeste - Minas, Goiás, Mato Grosso.  
Centre - Guanabara, Espírito Santo e Estado de Rio.  
Sul - São Paulo e Paraná.  
Extremo Sul - Santa Catarina e R.Gr. de Sul.  
Bahia está selta.

JAC e JACE:-      Nordeste- Maranhão, Piauí, Ceará, R.Gr. de Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.  
Sul- Paraná, Santa Catarina e R.Gr. de Sul.

JEC:-              Norte- Amazonas e Pará.  
Nordeste- Ceará, R.Gr. de Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas.  
Bahia e Sergipe - federação autônoma.  
Maranhão e Piauí - federação autônoma.  
C.Oeste- Minas e Goiás.  
C.Leste- Guanabara, Estado de Rio e Espírito Santo.  
Sul I- São Paulo, Paraná e Mato Grosso.  
Sul II- R.Gr. de Sul e Sta. Catarina.

JECF:-              Norte- Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí.  
Nordeste- Ceará, R.Gr. de Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.  
C.Oeste- Minas, Mato Grosso, Goiás.

Bahia: autônoma



3.3. Programou-se uma semana de comemoração do Concílio, na última semana de setembro. Não ficou como uma coisa rígida. Cada movimento poderá utilizar outras ocasiões para esclarecimento e o que mais desejarem sobre o Concílio. Apenas ficou como sugestão geral a seguinte:

- a) esclarecimento:- publicações - intensa propaganda
- pedir à Comissão de liturgia salmos e cânticos adaptados
  - representações cênicas: (falar com Maria Clara)- Mov. adultos.
  - aulas de MEB
  - rádio e televisão com programas bem organizados
  - exposições velantes

b) ecumenismo: falar com D. Helder e D. Estevão sobre as possibilidades.

3.4. Há que marcar ainda entre Conselho de fim de ano em dezembro e a festa de Natal.

27/3/62

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA - Secretariado Nacional  
reunião do Conselho . 27.3.62 - na M.L. 97

PRESENTES: Osmar e Padre Lamartine  
Luís Eduardo e Dionaura  
Francisca e Sandri (JAC)  
Inácio e Padre Koaik (JEC)  
Hiene (JECF)  
Cleonice e Solange (JICF)  
Maria Angélica (JUC)  
Marina (Movimento de Adultos do Meio Independente)

*Fallaram  
Joe Jecf e Aco*

ASSUNTOS TRATADOS:

1) Informações:- apresentação dos elementos que compõem o Secretariado.  
- a possível conversa das Equipes Nacionais com a Comissão Episcopal de A. C. no dia 1.4  
- Reunião dos Bispos (CNBB): presença da Ação Católica Brasileira -(cada dia um Movimento deverá estar presente no local da Reunião, à disposição dos Senhores Bispos para qualquer informação sobre o Movimento).

2) Dias de Estudos -7,8 e 9.4:  
Ficou decidido que:

- o programa dos estudos será o mesmo previsto pelo Secretariado (ver relatório da reunião de 24.3.62)
- a conversa de cada Movimento deverá ter o seguinte roteiro:

- o meio: campo de ação- Movimento
- objetivos do Movimento em 1962
- planejamento: programa anual *de*.

Nota: Cada Equipe deverá entregar no dia 4.4 o esquema de sua conversa, para que o Secretariado o possa mimeografar

- cada Movimento falará uma hora (incluindo exposição do assunto e resposta as perguntas ou objeções que surgirem)
- na manhã do dia 7 serão apresentados:
  - "o que é o trabalho nacional" - Osmar
  - "Ação Católica"(linha) - Luis Eduardo (c/Dion.)

3) Leitura do trabalho : "Apostolado do leigo (AC) no Brasil de Hoje" por Luís Eduardo (para opinião e observações dos elementos do Conselho, para o trabalho ser encaminhado a D. Helder)... *Luis Eduardo ficou de passar cópias a todos os E.N. para preparar 2º discussões. Juc encaminhará o documento a D. Helder, por conta da E.N.*  
Rio de Janeiro, 28.3.62

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA - secretariado nacional  
divisão de responsabilidades no primeiro semestre 62

<p>D. HELDER Pe. LAMARTINE</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ligações com a Com. Episc. de AGB (com Luís)</li> <li>2. coordenação dos assistentes nacionais</li> <li>3. contactos com os assistentes do Brasil               <ul style="list-style-type: none"> <li>. correspondência</li> <li>. carta aos assistentes</li> </ul> </li> </ol>
<p>OSMAR</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. coordenação geral</li> <li>2. coordenação e ligações com o internacional</li> <li>3. boletim nacional e publicações (c/ Lurdinha)</li> <li>4. livraria (com Erophides)</li> <li>5. Biblioteca</li> </ol>
<p>LUIZ EDUARDO c/ DIONAURA</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ligações com a Comissão Episcopal do AC (c/ Ass.)</li> <li>2. coordenação das equipes nacionais: ARIQUÉ, CORSEL</li> <li>3. coordenação secretariados               <ul style="list-style-type: none"> <li>. carta mensal</li> <li>. remissões</li> <li>. corresp.</li> </ul> </li> </ol>
<p>DIONAURA c/ LUIS EDUARDO</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. coordenação equipes nacionais</li> <li>2. dona de casa e bem estar equipes nacionais (com Maria)</li> </ol>
<p>LURDINHA</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Equipe de Educação</li> <li>2. boletins e publicações (com Osmar)</li> </ol>
<p>EROTHIDES c/ Lúcia</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Livraria Dom BOSCO</li> <li>2. Edições e escolha livros (com Osmar)</li> <li>3. Propagandas</li> </ol>
<p>FRANCISCA c/ Helene</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tesouraria, compras (com Dionaura)</li> <li>2. expediente, almoxarifado</li> <li>3. correspondência e pedidos gerais</li> <li>4. secretaria (arquivo)</li> <li>5. clichês</li> <li>6. controle assinaturas e expedição Boletim Nac.</li> </ol>

EQUIPE DE EDUCAÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA ACB

1. OBJETIVOS

- 1.1 - Estudar assuntos educacionais de interesse e necessários às equipes nacionais, especialmente para as equipes de JSC, JSCF e JUC.
- 1.2 - Manter contactos regulares e consequentes com as representações nacionais das várias entidades educacionais, principalmente:
 

ABC (Londres)	CAES (16c)	IBP ( <i>CEC - UNE</i> )
ABEC	CAPEB (1vc)	<del>IBP</del>
- 1.3 - Representar a ACB no secretariado nacional de Educação e Cultura, da CNEB, coordenando inclusive *a partir de agora* os dirigentes de JSC e JUC que ~~participam deste secretariado~~ *como observadores. das reuniões*
- 1.4 - Organizar o setor de Educação na Biblioteca da ACB, tanto na parte de livros, *como revistas e de textos mimeografados e recortes. Na medida do possível, providenciar um fichário, classificando as obras por assunto.*
- 1.5 - Conhecer, estudar e divulgar *o tema* as publicações ~~recebidas.~~ *para Educação*
- 1.6 - Informar os centros diocesanos sobre bolsas de estudos e, quando possível, orientar e candidatar.

2. ESTRUTURA

- 2.1 - A equipe será constituída por um dirigente de cada uma das equipes nacionais de JSC, JSCF e JUC e dirigida por um dirigente do SN da ACB
- 2.2 - No caso da equipe estudar no pedido de estudo de um tema que interessa particularmente a uma dada E.N., esta E.N. se fará representar junto à Equipe de Educação por um dos seus dirigentes, *peço meus*
- 2.3 - Para determinar dos estudos a equipe pode e deve valer-se de outras pessoas de capacidade ~~em~~ *em* assunto.
- 2.4 - A equipe se reunirá periodicamente, para estudo, distribuição e revisão de trabalhos. *(quinzenais)*

..... equipe de educação do secretariado nacional da acb - cont.

3. PLANEJAMENTO PARA 1962

3.1 - Constituição da equipe:

coordenador	maria de lourdes fávoro
joc	<i>joão Márcio Pauleto</i>
jocf	<i>Henri Paes Pauleto</i>
juc	

3.2 - As reuniões serão quinzenais:

realizadas na sede nacional da ACB - rum H.L. 97

dias (da semana): *5ª feira* horários: 3 às 6.

3.3 - Divisão dos contactos:

cafes	joc e jocf	
cepes	juc	
abesc		
acc	acb	maria de lourdes fávoro
inop		

3.4 - Representantes da ACB no SNEC:

coordenador	maria de lourdes	
assistente:	Pa. Luartine soares	
delegados		
joc:	•	
jocf:	•	suplente
assistente:	pa. eduardo koiak	
juc:	•	
	•	suplente
assistente:	•	
observadores:		
joc:	•	
	•	suplente
joc:	•	
	•	suplente

3.5 - Plano de Estudos:

3.5 - Plano de estudos:

lei de diretrizes e bases da educação  
educação de base, cultura popular  
reforma universitária  
meios informais da educação  
atividades extra-aula

3.6 - Divisão de trabalhos:

*responder  
com firmeza  
a aguardar.*

FREI ROMEU O.P.

- Acharia importante uma conversa imediata de Dom Helder com o Frei.
- Dar logo uma primeira resposta à carta de pedido de demissão.
- Tratar da substituição. Da não consideração da proposta feita do Pe. Sena.
- Considerar a proposta da Comissão Episcopal. Ver quais os passos a dar.
- O que a A.C.B. poderia contar de futuro - quanto à colaboração do Frei Romeu.
- Ficando o Frei em São Paulo ou no Rio - há o problema dos dois Regionais que estão sem assistente. Ainda a possibilidade de comêço em Movimento de Adultos.
- Vários Assistentes de JUC - vêm com apreensão a saída do Frei. Consideram-no um fator de "segurança" para a JUC - pela sua larga experiência e aceitação nas bases do movimento. Pelo menos gostariam de tê-lo nos quadros dos Assistentes de JUC - mesmo fora do Nacional. Daí a sugestão de Regional - acima falada.

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

SECRETARIADO NACIONAL  
RUA MIGUEL LEMOS, 97  
RIO DE JANEIRO

C.E. A.C.B.

ref. 11

REGIONAL A.C.B. da Bahia.

- O Mons. Amilcar prometeu que, ao chegar à Bahia, promoverá um trabalho preparatório de coordenação entre as Equipes Regionais : a partir de uma reunião em que comunicará os resultados da Semana Nacional de AC.
- Pensa em fazer - mais adiante - uns dias de estudos para as equipes regionais. Isto será depois da sagração de Dom Walfrido - para contar com sua presença - bem como o Mons. Amilcar procurará conseguir a presença de alguns Bispos.

*Comunic. Mensal*

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

C.E. A.C.B.

ref. 16

SECRETARIADO NACIONAL  
RUA MIGUEL LEMOS, 97  
RIO DE JANEIRO

- ✓ Assistente Regional do Nordeste - JOC-JOCF - Pe. Bernardo Lindoso
  - Apresentado pelo Assistente Nacional e Assistentes Regionais;
  - ✓ - Já tem substituto no Regional do Norte ( Pe. Moisés Lindoso );
  - Já houve consentimento da parte de Dom João de Souza Lima - quando consultado.
  - Aprovação de Dom Carlos Coelho e de Dom Manoel Pereira.
  - Deverá ir em Janeiro para o Recife.

Regional A.C.B. Norte

- Dom José Delgado - concordou que Dom Fragozo desse maior ajuda;
- pediu que se fizesse o planejamento em janeiro - para que Dom Fragozo possa viajar;
- prever uma reunião em Belém com as equipes regionais existentes.
- planejar uma coordenação efetiva ( Dom Fragozo poderia ter um vice-assistente em Belém )

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

SECRETARIADO NACIONAL  
RUA MIGUEL LEMOS, 97  
RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1961

Prezado e Exmo. Amigo  
D. Antonio Lustosa

Em nome da Exma Comissão Episcopal da ACB, venho pedir à V. Excia. que, na medida do possível, libere o Pe. Valdir Dantas, para tornar viável o aproveitamento dele como Assistente Regional de JAC e JACF no Nordeste.

Devo acrescentar: na medida do possível e conveniente, pois pode acontecer que V. Excia não o considere elemento indicado para a missão tão importante e de tanta responsabilidade nesta hora.

Agradece de ante-mão mais esta colaboração preciosa o amigo em J.C.

Exposição apresentada ao Conselho Nacional da ACB, pelo S.P., sobre a separação dos Setores da ACI - Feminino e Profissional, em 2 movimentos independentes.

DOCUMENTAÇÃO

1. Caderno de A.C.I. n.5
2. Caderno de A.C.I. n.7
3. Caderno de A.C.I. n.13
4. Revista Presença n.20
5. Pasta de documentário do S.P., à disposição do CONAC.

## I. Evolução dos movimentos de adultos do meio independente

Para uma visão global, é necessário rememorar os momentos mais significativos da história dos adultos do meio independente na A.C.

1935/1950 - A.C.Geral compreendendo movimentos de âmbito paroquial, sendo

SAC - para senhoras (maioria)  
HAC - para homens (minoria)

1950 - Início da Especialização, por decisão do Episcopado.

1950/1961 - LIC e LICF - durante anos os adultos tentam forçar a passagem das bases para a especialização

A LIC (masculina) morre em 1957  
A LICF (feminina) atendendo casadas e solteiras consegue se firmar em 1958.

Mas já em 1952, no Rio, começara dentro da LICF uma experiência com equipes de funcionárias, que em 1956 veio a se constituir em Setor de Funcionárias, e em 1958 em Setor de Funcionários (misto).

Esta experiência se reproduziu em outras cidades.

1961/1963- MAAC - Movimento de Adultos de Ação Católica, pretendendo en global tôdas as experiências de adultos que desejassem ser AC (feminina, masculina e mista, ou seja, de elementos masculinos e femininos em conjunto).

Nessa época, as experiências que tiveram seu ponto de partida no Serviço Público, já tinham evoluído e se alargado para equipes de outras profissões (GB, BH, Campinas, RGS) e passaram a constituir o Setor Profissional com representante na equipe Nacional do MAAC.

Paralelamente, desenvolviam-se experiências isoladas de ex-militantes de JUC e JIC - não organizadas como movimento, tendo como objetivo criação de comunidades através de uma contribuição profissional (Lucélia, Sabinópolis, etc).

Outros grupos tentavam levar avante o ideal e as descobertas feitas nos movimentos de juventude, firmando-se como experiência nova, à margem da AC, segundo eles muito dependente da Hierarquia e sem possibilidade de opção ideológica (Valinhos e outros).

1964 - A C I (nova sigla para substituir MAAC) compreendendo 2 Setores - Feminino e Profissional.

Setº 1964 - Realizado, no Rio de Janeiro, 1º Encontro Nacional das diversas experiências de base profissional, cujo relatório consta em Presença n. 20, pgs. 33/36.

Dêsse encontro houve 3 resoluções, de capital importância, que significam crescimento do leigo no plano de adultos:

- a) cada qual manteria sua experiência própria;
- b) a participação do Setor Profissional na direção Nacional da ACI, passaria a ser feita por uma equipe, constituída por delegados dos centros mais expressivos;

- c) contatos com representantes das diversas experiências, tendo em vista troca de publicações, de novas descobertas, de modo a se ter uma noção exata dos caminhos dos movimentos de adultos leigos no Brasil.

Set<sup>o</sup> 1964/jan.1966 - O Setor Profissional caminhou

- realizando conscientemente vários contatos com outras experiências, inclusive as que surgiram após o encontro nacional;
- tentando aglutinar novos grupos de ex-militantes ou não;
- estudando problemas fundamentais, como
  - ∅ desafios do meio ao leigo cristão no mundo de hoje
  - ∅ papel do leigo na Igreja
  - ∅ engajamento cristão (conseguimos publicar um caderno sobre o assunto, - o de n. 13 da série de cadernos da ACI)
  - ∅ definição de linha do movimento (em elaboração um caderno sobre o assunto)

Nessa caminhada, principais dificuldades encontradas pelo SP:

entrosamento adultos/jovens

- ∅ os movimentos de juventude, sem perceber a distinção entre os 2 setores, criticavam a ACI, por
  - exagerada predominância feminina
  - mentalidade não universitária
  - noção de presença no meio não comprometida com a realidade brasileira

∅ as senhoras, a partir de setembro de 1964, passaram a ver o S.P.

como grupo perturbador de uma organização já estabelecida em seus métodos e estruturas, portanto grupo que não mais se enquadrava na ACI, tal como elas a concebiam.

problemas originados da própria vivência adulta

- horários acumulados
- encargos de família
- engajamentos muito absorventes, sobretudo decorrentes da vida profissional
- tendência para o emburguesamento, perda de contato com a Igreja
- tendência a procurar movimentos já estabelecidos e organizados, que tranquilizassem a consciência (MFC, etc.)
- multiplicidade de interesses motivada pela visão incompleta de Igreja no Brasil - elementos que estavam convencidos de que tudo dependia de reforma litúrgica, outros que tudo dependia do engajamento em órgãos de classe, etc. . . .

- descrédito na tentativa de fazer ainda AC, diante da crise que a mesma estava sofrendo perante a Hierarchy.
- consciência de que a vida adulta não exige movimento organizado em estilo de juventude e busca de uma originalidade própria, que ninguém sabia ainda delinear.

## II. A problemática levantada pelo MIAMSI

1. De 17 a 21 de setembro de 1964, realizou-se em Roma a 1ª Assembléia Geral do MIAMSI (Movimento Internacional de Apostolado nos Meios Sociais Independentes), à qual compareceu uma delegação da ACI do Brasil, integrada por elementos dos 2 setores e pelo Assistente Nacional.
2. O relatório do Brasil (ver Presença n.20, pgs. 10/20), distribuído aos participantes e apresentado perante o auditório pela Presidente da ACI, causou um grande impacto na Assembléia (a leitura do mesmo possibilitará conhecer as razões do impacto).
3. Entre as finalidades desse encontro internacional havia a da admissão de países como novos membros do MIAMSI.

Aproximando-se a vez do Brasil, cuja entrada era esperada por todos os participantes, o "Bureau" comunicou à Presidente da ACI e ao Assistente, que havia um problema, devido às equipes mistas do Setor Profissional. O "Bureau" só entendia ACI com equipes femininas e masculinas, inteiramente separadas na base.

4. Os argumentos eram os seguintes:

- as equipes mistas não asseguram a evangelização (cfr. carta do MIAMSI, fls. );
- o método não consegue colher os resultados desejados quando aplicado por equipes conjuntas de homens e mulheres;
- a experiência já tinha sido vivida pela França sem ter obtido êxito.

5. Criou-se, então, o impasse, porque de um lado havia realmente interesse na entrada do Brasil no MIAMSI, e, de outro, o "Bureau" não aceitava as equipes mistas do Setor Profissional, apesar de elas oferecerem os elementos masculinos, únicos existentes na ACI e necessários à adesão de um país como membro daquele órgão internacional.
6. Depois de uma agitada reunião entre elementos do "Bureau" e toda a delegação brasileira foi decidido, a pedido da representante do S.P., que fosse escrito um documento pelo "Bureau".

Escrito, os termos foram recusados pela equipe Nacional.

Elementos do "Bureau" esforçavam-se para através de um diálogo, ser resolvido o caso. Propuseram novo documento e submeteram -no à aprovação da Presidente da ACI do Brasil e do respectivo Assistente Nacional, como carta de agregação ao MIAMSI. Nela, transcrevemos o que se refere às equipes mistas:

"No que concerne às equipes mistas, o Bureau Internacional não as pode considerar como expressão autenticamente susceptível de assegurar a evangelização dos meios independentes, mas reconhece que elas possam existir a título de encaminhamento."

7. Esta carta consta em Presença n. 20, pg. 31. Convém esclarecer que, quando elementos da equipe redatora apresentaram o 2º documento, a representante do Setor Profissional, diante de toda a equipe brasileira, pronunciou-se contra o texto, achando que o conteúdo continuava igual ao anterior havendo apenas sido empregado um eufemismo, através da expressão "equipes d'acheminement".

Porém, diante das mesmas pessoas, o Assistente Nacional convenceu-a de que a sua atitude era anti-dialogante, sobretudo em tempo do Concílio Vaticano II. Se o "Bureau" havia cedido e concedido na sobrevivência das equipes mistas, como "equipes d'acheminement", tivéssemos a humildade de aceitar esta solução e trabalhássemos para, na próxima assembleia, voltar ao MIAMSI, trazendo os depoimentos da validade ou não da nossa experiência.

8. Don Cândido Padin, Assistente Nacional da ACB, então em Roma, também concordou que aceitássemos aquela carta por idênticas razões.
9. O "Bureau" anunciou à Assembleia, entre outros países, a admissão do Brasil no seio do MIAMSI, recebida com grande ovação. As admissões dos 5 países foram feitas por aclamação, não tendo sido obedecida a votação prevista pelos Estatutos (cfr. Estatutos, art. 4º, fls. 13).
10. Chegando ao Rio, a EN publicou Presença n. 20, reunindo o material relativo ao MIAMSI:
- relatório da semana da Assembleia realizada em Roma, pg. 4/9;
  - relatório apresentado pelo Brasil em Roma, pg. 10/20;
  - carta de agregação, pg. 31;
  - nota do Brasil sobre a carta de agregação, pg. 32.
11. O MIAMSI, lendo a nota do Brasil escreve carta à EN (cfr. Pasta de documentário - fls.     ), reclamando que o texto da nota não refletia a natureza das conversações em Roma que precederam a admissão da ACI no seio do MIAMSI.
12. Em reunião séria e tensa entre os 2 setores, ocorrida em junho 1965, foi resolvido que a resposta seria redigida pelo SP, devendo a carta ser assinada por elementos dos 2 setores.
13. Essa resposta consta a fls.     da Pasta de Documentário. Nela, o Setor Profissional tentou estabelecer um diálogo com o MIAMSI, expondo razões e pedindo que, de acordo com os Estatutos fôsse o assunto levado à próxima Assembleia do MIAMSI em 1967, para, então, ser definitivamente resolvido.
14. O MIAMSI respondeu concordando em continuar com o diálogo, enviar um observador ao Brasil e submeter o assunto à Assembleia Geral do MIAMSI em 1967, muito embora repetisse a argumentação que para o SP não parece válida (fls.     ).

### III. Posição dos 2 Setores

#### SETOR FEMININO

Em síntese, verificou-se que, de volta de Roma, a direção dês se Setor

- esforçou-se por aplicar o método segundo o que co -  
lheu sobretudo com a ACI francesa. E pelas informa -  
ções do S.F. da E.N. os resultados têm sido ótimos;

- demonstrou, sem tréguas, o desejo de que o S.P., não aceitasse do enquadrar-se nos moldes do MIAMSI — para o que alegava conversações havidas em Roma — se definisse por uma posição fora da ACI (cfr. Documentário - Carta de Carmen Mendonça ao casal Cotrim). Essas conversações, que foram levadas ao conhecimento do S.P. pela primeira vez em fevereiro de 1965, na Guanabara, carecem de consistência, sobretudo porque não estão contidas no documento hábil - carta de agregação (cfr. pg. 31 de Presença N.20);
- repetiu os argumentos já citados, apenas deslocando com o correr do tempo, a tônica — que inicialmente assentava sobre as equipes mistas — para a aplicação do método, depois para a descoberta do "novo método" (cfr. carta de Carmen Mendonça e veto à publicação do Caderno "Reflexões sobre o Engajamento");
- expressou sempre, sem descer à fundamentação, que a finalidade da ACI-SF é evangelização, conversão e conversão do meio;
- manifestou seu pensamento sobre o CONAC, nos termos da carta de Da. Branca Melo Franco Alves, de 26.01.65 - fls. .

#### SETOR PROFISSIONAL

Também em síntese, a direção do S.P.

- manteve e mantém a preocupação de fazer caminhar o Movimento, buscando sua originalidade própria, como experiência cada vez mais genuína, autêntica e representativa de uma parcela do laicato adulto no Brasil de hoje (ver informativos, caderno n.13, estudo da equipe de Campinas sobre realidade brasileira);
- continua, pedagogicamente, e na medida de suas forças, abrindo perspectivas e possibilidades, para os jovens adultos encontrarem no Movimento abastecimento para os seus engajamentos no temporal (cfr. doc. citado no item anterior);
- recusou e recusa ao MIAMSI, como órgão internacional, a faculdade de interferir internamente numa experiência brasileira, sobretudo tendo em vista as razões apresentadas;
- aceita a evolução do Movimento e previa mesmo que os setores, com o amadurecimento das respectivas experiências, viessem a se tornar inteiramente autônomos, mas isso quando as bases assim o exigissem e não por motivos de pressão internacional e desentendimentos de cúpulas nacionais;
- entendeu o alcance da preservação da unidade do único Movimento de expressão como laicato adulto no Brasil, com realidade nacional;
- considerou necessário adiar a solução do problema para após
  - Ø estudos e decisões do Concílio sobre leigos e, em particular, sobre A.C.;
  - Ø volta dos srs. Bispos às suas dioceses;
  - Ø aprofundamento da reflexão - A.C.B., experiência de evangelização por todas as bases e ~~cúpulas e~~ equipes de coordenação
  - Ø superação das dificuldades em que encontra a A.C.B. em seu conjunto, especificamente as E.N.

- reconhece o CONAC como cúpula da ACB e seu órgão supremo e de liberativo.

E, pelos motivos expostos, teve o cuidado de nada transmitir às bases sobre o assunto, a fim de não gerar problemas, onde eles não existiam. Igualmente cumpriu o esquema que a própria equipe se traçou, de não deixar escapar para outras esferas fora da direção nacional da ACI o conhecimento de crise tão deprimente, que só poderia oferecer testemunho contra o Movimento.

#### Desenlace

No dia 18.01.1966, reuniram-se as 2 equipes e resolveram separar-se a partir daquela data, "ad referendum" do Conselho e da Hierarquia.

Com esse epílogo,

o Setor Feminino lograva o resultado almejado e pelo qual se batia desde setembro 1964 (MIAMSI)

o Setor Profissional, apesar de todas as razões constantes a fls. 6/7, as quais, por si mesmas levavam a adiar a separação até época adequada, pesando e medindo

- o tempo gasto com assunto tão estéril — grande parte de 1965 — fato que impediu reflexões mais profundas sobre o próprio Movimento
- as limitações contra as quais o Setor se debatia em matéria de publicações (caso típico, o veto do S.F. ao caderno n.13)
- a barreira psicológica que a presença do S.F. constitui para os ex-militantes de JUC
- a exaustão dos elementos do S.P. na equipe nacional da ACI, que não admitiam a idéia de voltar mais uma vez ao assunto, em cujo encaminhamento os princípios de verdade, justiça e caridade foram feridos tantas vezes, sobretudo contra a pessoa do Assistente Nacional,

julgou a separação proposta pelo S.F. libertante para o S.P.

Convém deixar consignado que, nessa mesma reunião, o Assistente Nacional comunicou iria formalizar seu pedido de demissão a D. Vicente Scherer, havendo o S.F. dito que pediria a nomeação de um para a ACI, e o S.P. se manifestado sobre a permanência do Pe. Danilo Lima como seu Assistente Nacional.

(Cfr. ata da reunião do dia 08.01.66, a fls. ).

#### IV. Encaminhamento ao CONAC

Expostas a evolução do Movimento e a problemática do MIAMSI, exclusivamente através de fatos documentados, as equipes profissionais pedem ao CONAC para:

- a) apreciar o caso, colocando-se o S.P. inteiramente às suas ordens e às do S.F. para qualquer esclarecimento e debate de idéias;
- b) pronunciar-se, como órgão supremo e deliberativo da ACB, sobre a transformação dos 2 Setores em 2 Movimentos independentes;
- c) se válido, reconhecer o S.P., sob nova sigla, como movimento de AC (sugestões apresentadas até agora - ACEP ou EFAC);

- d) conhecer do seu desejo de que o Fe. Danilo Lima seja mantido como Assistente do Movimento;
- e) levar as conclusões do CONAC à Hierarquia, conforme fôr devido.

A fim de fornecer à equipe do Conselho mais elementos para uma decisão com suficiente conhecimento de causa (ainda não foi publicado um caderno sobre as atuais linhas do Movimento), eis o que afirmamos como linhas mestras que orientam o nosso Setor e refletem as aspirações de base:

Considerámo-nos um movimento de leigos cristãos adultos que têm como objetivo a evangelização através da presença cristã no meio profissional, familiar e social. Presença esta que se realiza na consciência cada vez mais clara e difundida de uma realidade de mundo em sérias transformações, sobretudo sociais, e o compromisso pessoal com estas transformações.

Compromisso de assumi-las como sujeito, sendo fermento e sal e reconhecendo à sua volta os valores que a graça de Deus distribui não só aos cristãos mas a todo o povo de Deus. "Assim o cristão missionado pelo batismo é uma revelação em busca de outra revelação nas coisas e no próximo."

Esta presença, êste ser sinal vai sendo desenvolvido pelos militantes através da metodologia própria da AC, que incessantemente é revista para adequar e atualizar seu instrumental às exigências da vida moderna, e de forma dinâmica nos faz descobrir objetivamente a realidade da qual somos parte. Julgar à luz do Evangelho esta mesma realidade, descobrir na História os apelos da Redenção, e nos encaminhar para uma conversão cada dia mais comprometida, mais responsável, mais engajada, que exige o "assumir o mundo", modificando-o estruturalmente, quebrando as barreiras de costumes estabelecidos, preconceitos arraigados, atitudes conservadoras e preconcebidas, de modo a realizá-lo cada vez mais justo, mais na linha da esperança e da caridade.

Entendemos que a Evangelização, o anúncio da palavra, se realiza através do testemunho desta presença, do estar situado numa perspectiva histórica e do atuar em todos os campos da vida, de modo que como sujeitos possamos fazê-la caminhar de volta para o Pai, através da Mediação do Verbo encarnado que assumiu tôda a natureza humana e que é o centro e o fim da história humana.

A perspectiva profissional ou funcional surge para nós com ênfase maior exatamente porque através da profissão e de sua função social, a presença do leigo pode realizar estas mudanças, fazendo-as integrar-se, cada vez mais, no caminho que queremos dar à história. Reconhecemos também o valor da civilização que se anuncia para amanhã, tudo indica, repousará sobre o elemento trabalho, elemento mais justo, mais humano, mais cristão, que vem exigir de nós um aprofundamento de sua teologia específica.

Além disso, é usando da profissão ou função, que o nosso meio assume cargos de direção e poder, e é exatamente nas classes dirigentes que essa consciência é mais urgente ainda.

Finalmente ~~supomos~~ estamos convencidos de que o nosso relacionamento com a Hierarquia supõe, basicamente, uma atitude de diálogo.

Organização:

- equipes por profissão
- equipes interprofissionais
- equipes de casais (engajamento profissional, pelo menos, do marido)

Funcionamento:

em 30 cidades, com o total no Brasil, de mais de 500 militantes

- equipes de base
- equipes de trabalho

Nota: Sendo o Movimento formado por equipes mistas, isto é, de elementos masculinos e femininos, há liberdade para, quando necessário, em lugar de reuniões conjuntas, processarem-se reuniões simultâneas.

- não há equipes regionais
- equipe nacional - representantes da GB, BH, Campinas, Volta Redonda (reuniões bimestrais)

Manutenção do Movimento:

Quotização dos militantes de base.

Programação para 1966:

- estudo: interpretação do S.P., como experiência de Evangelização
- encontro nacional de dirigentes: julho 1966, para
  - Ø confronto de experiências
  - Ø revisão do instrumental pedagógico
  - Ø novas diretrizes, a partir das exigências e descobertas das bases
- publicações: Informativo trimestral.

futuro próximo - início de uma série de cadernos sobre problemas de leigo, da Igreja, e de realidade brasileira, inclusive em plano pastoral e profissional.

-\*-\*-\*-\*

A. C. I., 1966

Ao Conselho Nacional da Ação Católica ( CONAC )

No intuito de trazer novos elementos e algumas retificações à Exposição de Setor Profissional sobre o desmembramento da ACI em dois Movimentos - decisão tomada a 8 / 1 / 1966 e levada ao conhecimento do CONAC - apresentamos as seguintes considerações-

I. Avaliação dos movimentos de adultos de meio independente, página 1 ( da Exposição S.P. )

Nada há a observar sobre os "momentos mais significativos da história dos adultos de meio independente na AC" de 1935/64, descritas no item I, pags. 1 e 2.

Acrescentaríamos somente, inclusive, para fundamentar decisões ulteriores que a linha de orientação do Movimento sofreu também evolução bastante acentuada. Expressam-se os seus Programas anuais, a partir de 1952, quando se passou de uma fase inteiramente voltada para a formação ou interiorização espiritual e se abordou um período de descoberta que ficou conhecido como "o sentido de outro". As influências e os valores dominantes no meio foram apreciados ano a ano, num trajeto que partiu do campo individual para o social.

Fazendo um parentese para focalizar o Concílio e aprofundar a noção de Igreja, pode-se afirmar que de 1958 a esta data todos os objetivos do Movimento se concentraram na abertura para o social, na realidade histórica brasileira.

É importante notar as reações do S.F. em toda essa avaliação, com exceção da fase dedicada à preparação do Concílio quando se exigiu das equipes trabalho mais teórico do que prático - as reações do S.F. foram, de um modo geral, positivas.

Reações acentuadamente negativas se verificaram na fase nacional pre-revolucionária ( 1963-64 ), concretizadas pela deserção em massa ( S. Paulo perdeu - de uma só vez cerca de 100 militantes) e concretizadas também pelas "divisões" estabelecidas dentre do próprio S.F. .

Ficou provado então, que grande número de militantes não estava amadurecido para o despojamento e as " rupturas com o pecado do meio, que assinalam a conversão, a vida nova e a autenticidade indispensável ao cristão engajado.

Parece-nos pois, pertinente esse acréscimo à evolução do Movimento. A firmeza que levou o S. F. a optar por uma nova linha de evangelização, apesar de todas as dificuldades precedeu em grande parte de exigências formuladas clara e implicitamente pelas próprias bases, nessa evolução sem falar ainda nas necessidades de conversão da mentalidade do meio.

Voltando à Exposição do Setor Profissional, lemos,

À página 2 :

- " entrelaçamento adultos / jovens : os movimentos de juventude sem perceber a distinção entre os dois setores, criticavam a ACI

Considerar motivo de crítica a predominância feminina a mentalidade não universitária e a falta de distinção entre os dois setores da ACI, parece-nos absurdo. É lógico que o S.F. terá sempre a maioria absoluta feminina. E a mentalidade não universitária entre mulheres de 35 a 50 anos não é privilégio do S.F. . É característica inconfundível das mulheres nascidas entre 1915 e 1930 em todos os países do 3º mundo. São dados a serem considerados antes de serem criticados. Não vemos também, que a distinção entre os dois setores possa modificar em nada essa realidade, assim como sabemos que o S.F. nascido de grupos femininos ainda é representado por maioria feminina, como é natural.

À pag. 3, item II, alínea 3 :

"Aproximando-se a vez do Brasil, cuja entrada era esperada por todos os participantes, o Bureau comunicou... que havia um problema, devido às equipes mistas... "

Diríamos com mais veracidade; aproximando-se a realização da Assembleia Geral ( que seria no dia seguinte ) os representantes da ACI do Brasil ( presidente e assistente nacionais ) foram informados da exigência do MIANSI relativamente às equipes de base mistas, que dificultem a aplicação do método de evangelização adotada pelo órgão internacional em todos os países filiados. A evangelização, segundo esse método, se faz através de um conhecimento psicológico do meio social em questão, conhecimento este que se adquire pela expressão feminina em confronto com a expressão masculina da mentalidade dominante. Esse conhecimento obtido volta ao meio na forma de impacto que o desperta, o conscientiza e o converte.

Alínea 4 :

O fato da experiência francesa ter algum peso se explica, por estar sendo aplicada há 20 anos, circunstância assinalada pelo próprio Sumo Pontífice, dirigindo-se ao Bureau do MIAMSI na data de sua eleição ( 5-5-64 ). Diz Paulo VI : "Acompañamos com nossas orações e nossos mais ardentes votos as atividades de Bureau agora eleito... que poderá de hoje em diante consagrar-se à extensão do movimento nos diversos países onde foi implantado e fazer com que se beneficiem da experiência adquirida durante mais de vinte anos ".

À pág. 4, ítem III e em vários tópicos da pág. 5 somos forçadas a fazer alguns reparos :

- o método é o internacional. Adotamo-lo depois de intensa observação feita não só na França, como na Itália, na Bélgica e Espanha, aproveitando-nos das possibilidades que nos foram oferecidas de ver " in loco" como o sistema funciona.

À pág. 5, esclarecemos que :

- a insistência manifestada pelo S.F. para que o S.P. " não se enquadrando nos moldes da MIAMSI se definisse por uma posição diferente da ACI se explica, se atentarmos para a necessidade técnica do método ser aplicado por todo o Movimento e não apenas pela porção feminina que naturalmente não tem condições para representar a totalidade do meio independente adulto. É difícil conceber-se a idéia do S.F. nuclear os homens, normalmente representantes de alguma profissão, enquanto existe no mesmo Movimento um Setor Profissional que não se decide a fazer a experiência de equipes masculinas. Além disso, tendo optado por um método novo baseado equitativamente na Meditação Comunitária, na Revisão da Vida e no Inquérito, método esse que é pôsto em prática pela troca e interpretação dos depoimentos colhidos no meio por todos os militantes, o S.F. viu-se sózinho a empreender a sistemática atribuída a toda a ACI.

Impossível trabalhar assim : confusão nas bases, nucleação prejudicada, direção obstruída. O S.P. permaneceu irreduzível. A cúpula não cogitava de abordar o assunto, nem mesmo em consulta às bases ( cf. 6 da Exposição ).

A coordenadora do S.F. a princípio convidada a expor o ocorrido e as exigências ouvidas em Roma, foi em seguida posta à margem, por um aviso em que era dispensada a sua presença, no dia de estudos promovido pelo S.P. ( Alto da Boa Vista, novembro de ... 1964 ). As " conversações " havidas entre ela, o Assistente e os representantes do Bureau alegadas em cartas do MIAMSI à EN ( Pasta de documentário fls. 18 e 19 ) foram consideradas em " carência de consistência " ( e portanto duvidosas ) porque foram ouvidas mas não foram escritas, i. e. não estão contidas em " documento hábil " ( carta de agregação ). Tem-se impressão de que coordenadora e assistente não foram credenciados para representar o Movimento nessas conversações. Os diálogos encetados e as explicações dadas de parte a parte, não mereceram fé. Tudo isso é terrivelmente lastimável, mas não pode ser emitido numa exposição de motivos que vai ser referendada por quem não presenciou tais acontecimentos.

- a fundamentação da evangelização, como concebemos, está demonstrada por conversações de mentalidade, já evidentes em tão curto prazo e portanto como interesse nº 1 do Movimento. É esse tipo de evangelização que nos assegura a consequente inserção no temporal e a autenticidade cristã dos que vão se engajando ou renovando seus engajamentos.
- no § em que o Setor Profissional recusou e recusa ao MIAMSI como órgão internacional a faculdade de interferir internamente numa experiência brasileira... " manda a verdade que se esclareça o seguinte -

O MIAMSI por seus Estatutos e por sua Constituição ( Charte ) apresentada em publicação bi-lingue, não deixa dúvidas sobre a natureza de suas funções. É um Movimento Internacional de caráter diretivo, com um método apostólico próprio e definido e mandatado pela Santa Sé para que estenda suas diretorias a todos os países e continentes que dela quiserem se beneficiar. Ninguém é, naturalmente obrigado a se filiar a esse órgão internacional, mas, uma vez aceitando a sua Constituição e o seu Regimento, fora das Assembléias competentes não poderá discuti-los ou rejeitá-los a não ser desencompabilizando e se desligando do compromisso assumido pela agregação.

Ainda no ítem III, pág. 6 :

- Não concordamos com os termos " crise deprimente " , nem com as expressões " -

" tempo gasto em assunto tão estéril ". Julgamos que a crise e o tempo gasto com ela decorreram infelizmente, das atitudes anti-dialogantes e apaixonadas que " mataram " os possíveis entendimentos desde a sua fonte.

- Recusamo-nos a endossar a colocação feita em relação ao Assistente Nacional, que sempre respeitamos e cujas intenções sacerdotais distinguimos e acreditamos serem as mais retas.

- Se, dêle discordamos, foi por estarmos sinceramente convencidos, depois de consulta às bases, que resguardávamos as posições que mais convinham ao S.F. para atingir o intrincado meio independente.

No item IV, pág. 6 : " encaminhamento ao CONAC "

- Pedimos que se acrescente ao 1º § (... fatos documentados ) os esclarecimentos constantes do presente Adendo.

- Que se complete a alínea g, referendando a sigla ACI, como denominadora do Movimento que se oriunda do ex-setor feminino da ACI.

Sem mais, agradecemos a atenção dada a este documento e permanecemos ao inteiro dispor desse Conselho para quaisquer outras informações.

ACB - esp. / meio independente

(1966)

ADENDO do Setor Feminino da ACI à  
Exposição do Setor Profissional  
sobre o desmembramento dos seto-  
res em dois Movimentos autônomos.

Nota: Os argumentos aqui apresentados  
se baseiam em textos da referida Expo-  
sição, cuja interpretação não confere  
com a nossa.

D. Rosália

Favor ~~colocar~~ 10 cópias deste  
trabalho.

No intuito de trazer novos elementos e algumas retificações à Exposição do Setor Profissional sobre o desmembramento da / ACI em dois Movimentos - decisão tomada a 8 / 1 / 1966 e levada ao conhecimento do CONAC - apresentamos as seguintes considerações:

I. Evolução dos movimentos de adultos do meio independente, página 1 (da Exposição S.P. )

Nada há a observar sobre os "momentos mais significativos da história dos adultos do meio independente na AC " de / 1935/64, descritas no item I, pags. 1 e 2.

Acrecentaríamos somente, inclusive, para fundamentar / decisões posteriores que a linha de orientação do Movimento sofreu também evolução bastante acentuada. Expressam-no os seus / Programas anuais, a partir de 1952, quando se passou de uma fase inteiramente voltada para a formação ou interiorização espiritual e se abordou um período de descoberta que ficou conhecido como "o sentido do outro." As influências e os valores dominantes no meio foram apreciados ano a ano, num trajeto que partiu do campo individual para o social.

Fazendo um parenteses para focalizar o Concílio e aprofundar a noção de Igreja, pode-se afirmar que de 1958 a esta data todos os objetivos do Movimento se concentraram na abertura / para o social, na realidade histórica brasileira.

É importante notar as reações do S.F. em toda essa evolução, com exceção da fase dedicada à preparação do Concílio — quando se exigiu das equipes trabalho mais teórico do que prático — as reações do S.F. foram, de um modo geral, positivas.

Reações acentuadamente negativas se verificaram na fase nacional pre-revolucionária (1963-64), concretizadas pela deserção em massa (S.Paulo perdeu de uma só vez cerca de 100 mil / integrantes) e concretizadas também pelas "divisões" estabelecidas / dentro do próprio S.F.

Ficou provado então, que grande número de militantes não estava amadurecido para o despojamento e as "rupturas com o pecado do meio, que assinalam a conversão, a vida nova e a autenticidade indispensável ao cristão engajado.

Parece-nos pois, pertinente êsse acrescimo à evolução do Movimento. A firmeza que levou o S.F. a optar por uma nova linha de evangelização, apesar de tôdas as dificuldades procedeu em grande parte de exigências formuladas clara ou / implicitamente pelas próprias bases, nessa evolução sem falar ainda nas necessidades de conversão da mentalidade do / meio.

Voltando à Exposição do Setor Profissional, lemos,

A página 2:

- "entrozamento adultos/jovens: os movimentos de juventude sem perceber a distinção entre os dois setores, criticavam a ACI

Considerar motivo de crítica a predominância feminina a mentalidade não universitária e a falta de distinção entre os dois setores da ACI, parece-nos absurdo. É lógico que o S.F. terá sempre a maioria absoluta feminina. E a mentalidade não-universitária entre mulheres de 35 a 50 anos não é privilégio do S.F. É característica inconfundível das mulheres nascidas entre 1915 e 1930 em todos os países do 3º mundo. São dados a serem considerados antes de serem criticados. Não vemos também, que a distinção entre os dois setores possa modificar em nada essa realidade, assim como sabemos que o S.B. nascido de grupos femininos ainda é representado por maioria feminina, como é natural.

A pag. 3, ítem II, alínea 3:

"Aproximando-se a vez do Brasil, cuja entrada era esperada por todos os participantes, o Bureau comunicou... que havia um problema, devido às equipes mistas..."

Diríamos com mais veracidade; aproximando-se a realização da Assembléia Geral ( que seria no dia seguinte ) os representantes da ACI do Brasil (presidente e assistente nacionais) foram informados da exigência do MIAMSI relativamente / às equipes de base mistas, que dificultam a aplicação do método de evangelização adotada pelo órgão internacional em todos os países filiados. A evangelização, segundo êsse método, se faz através de um conhecimento psicológico do meio social em questão, conhecimento êste que se adquire pela expressão feminina em confronto com a expressão masculina da mentalidade do minante. Esse conhecimento obtido, volta ao meio na forma de impacto que o desperta, o conscientiza e o converte.

Alínea 4:

O fato da experiência francesa ter algum peso se explica, por estar sendo aplicada há 20 anos, circunstância as-

sinalada pelo próprio Sumo Pontífice, dirigindo-se ao Bureau do MIAMSI na data de sua eleição ( 5-5-64). Diz Paulo VI: "Acompanhamos com nossas orações e nossos mais ardentes votos / as atividades de Bureau agora eleito... que poderá de hoje em diante consagrar-se à extensão do movimento nos diversos países onde foi implantado e fazer com que se beneficiem da experiência adquirida durante mais de vinte anos."

A pag. 4, ítem III e em vários tópicos da pag. 5 somos forçadas a fazer alguns reparos:

- o método é o internacional. Adotamo-lo depois de intensa observação feita não só na França, como na Itália, na Bélgica e Espanha, aproveitando-nos das possibilidades que nos foram oferecidas de vêr "in loco " como o sistema funciona.

A pag. 5, esclarecemos que:

- a insistência manifestada pelo S.F. para que o S.P. " não se enquadrando nos moldes da MIAMSI se definis se por uma posição diferente da ACI se explica, se/ admitirmos para a necessidade técnica do método ser aplicado por todo o Movimento e não apenas pela porção feminina que naturalmente não tem condições para representar a totalidade do meio independente adulto. É difícil conceber-se a idéia do S.F. nuclear os homens, normalmente representantes de alguma profissão, enquanto existe no mesmo Movimento um Setor Profissional que não se decide a fazer a experiência de equipes maculinas. Além disso, tendo optado por um método novo baseado equitativamente na Meditação Comunitária, na Revisão da Vida e no Inquérito, método esse que é pôsto em prática pela troca e interpretação dos depoimentos colhidos no meio por todos os militantes, o S.F. viu-se sózinho a empreender a sistemática atribuída a tôda a ACI.

Impossível trabalhar assim: confusão nas bases, nucleação prejudicada, direção obstruída. O S.P. permaneceu irredutível. A cúpola não cogitava de abordar o assunto, nem mesmo em consulta às bases (cf. pág. 6 da Exposição). A coordenadora do S.F. a princípio convidada a expor o ocorrido e as exigências/ ouvidas em Roma, foi em seguida posta à margem, por um aviso em que era dispensada a sua presença, no dia de estudos promovido pelo S.P. (Alto da Boa Vista, novembro de 1964). As "conversações" havidas en

ouvidas

n

nessas

referencia

tre ela, o Assistente e os representantes do Bureau alegadas em cartas do MIAMSI à EN (Pasta de documentário fls. 18 e 19 ) foram consideradas em "carência de consistência"(e portanto duvidosas) porque foram

ouvidas mas não foram escritas, i. é. não estão contidas em "documento hábil"(carta de agregação). Tem-se impressão de que coordenadora e assistente/não foram credenciados para representar o Movimento nessas conversações. Os diálogos encetados e as explicações dadas de parte a parte, não mereceram fé. Tudo isso é terrivelmente lastimável, mas não pode/ser omitido numa exposição de motivos que vai ser/referendada por quem não presenciou tais acontecimentos.

n

- a fundamentação da evangelização, como concebemos, está demonstrada por conversões de mentalidade, já evidentes em tão curto prazo e portanto como interesse nº 1 do Movimento. É esse tipo de evangelização que/nos assegura a consequente inserção no temporal e a autenticidade cristã dos que vão se engajando ou renovando seus engajamentos.

- no § em que o Setor Profissional recusou e recusa ao MIAMSI como órgão internacional a faculdade de interferir internamente numa experiência brasileira..." / manda a verdade que se esclareça o seguinte-

O MIAMSI por seus Estatutos e por sua Constituição (Charte ) apresentada em publicação bi-lingue, / não deixa dúvidas sobre a natureza de suas funções. / É um Movimento Internacional de carácter diretivo, /// com um método apostólico próprio e definido e mandado pela Santa Sé para que estenda suas diretrizes a todos os países e continentes que dela quiserem / se beneficiar. Ninguém é , naturalmente obrigado a se filiar a esse órgão internacional, mas, uma vez aceitando a sua Constituição e o seu Regimento, fora das Assembléias competentes não poderá discutí-los ou rejeitá-los a não ser desencompatibilizando/ e se desligando do compromisso assumido pela agregação.

Ainda no ítem III, pag. 6:

- Não concordamos com os termos "crise deprimente" ,/

nem com as expressões "tempo gasto em assunto tão estéril". / Julgamos que a crise e o tempo gasto com ela decorreram in- / felizmente, de atitudes anti-dialogantes e apaixonadas que / "mataram" os possíveis entendimentos desde a sua fonte.

- Recusamo-nos a endossar a colocação feita em rela- / ção ao Assistente Nacional, que sempre respeitamos e cujas / intenções sacerdotais distinguimos e acreditamos serem as / mais retas.

- Se, dêle discordamos, foi por estarmos sinceramente / convencidos, depois de consulta às bases, que resguardávamos / as posições que mais convinham ao S.F. para atingir o intrin- / cado meio independente.

No ítem IV, pag. 6: "encaminhamento ao CONAC"

- Pedimos que se acrescente ao 1º§ (... fatos documen- / tados) os esclarecimentos constantes do presente Adendo.

- Que se completa a alínea c, referendando a sigla / ACI, como denominadora do Movimento que se oriunda do ex-se- / tor feminino da ACI.

Sem mais, agradecemos a atenção dada a este docu- / mento e permanecemos ao inteiro dispor dêsse Conselho para / quaisquer outras informações.

Por convocação de S. Exa. D. Vicente Scherer, Secretário Nacional da CNBB para o Apostolado Leigo, o Conselho Nacional da ACE manteve com S. Exa. longa conversa em que, a par do Documento entregue na véspera, procuramos expor o conteúdo da atual experiência que fazemos como apostolado organizado.

Não em substituição, mas como adendo ao texto, passamos a relacionar os pontos que nos parecem fundamentais a partir dessa mesma conversa.

\* \* \*

1. Como movimento apostólico, temos como finalidade primeira de nesse movimento a EVANGELIZAÇÃO. Como tal, visamos cumprir a própria missão da Igreja e de Jesus Cristo.
2. Evangelização é a revelação de Jesus Cristo como sentido primeiro e último da história dos homens.
3. Essa revelação de Jesus Cristo se faz com a condição de que os cristãos vivam com e com os homens, participem — de igual para igual — de seus valores e aspirações, construindo um mundo autenticamente humano dentro da Verdade, da Justiça, do Bem, do Amor. A originalidade da presença cristã consiste em, tendo consciência da presença pessoal de Jesus Cristo encarnado, concentrar n'Ele o sentido desta atuação e revelá-Lo — pelo testemunho — aos homens, tendo-O também como norma de diretriz. Nessas condições, ela não será a revelação de algo diferente daquilo que os homens já vivem e por que aspiram, salvas as rupturas e distorções causadas pelo pecado. Mas será a revelação do verdadeiro sentido e alcance — evangélico-cristão — dos valores que eles, amando e honrando, procuram estabelecer no mundo. Revelação que não se dá de momento para outro, porém mediante o testemunho constante de vida, completado no momento oportuno pela palavra e que depois será confirmado pela comunicação sacramental da Fé.
4. Vivendo com e com os homens, assumindo como pessoa os mesmos encargos na comunidade humana, impõe-se ao cristão uma definição de objetivos certos a alcançar, alguma visão do mundo, alguma ideologia. Isto se impõe ao cristão porque é o que o mundo de hoje exige de todos os homens que desejem assumir realmente suas responsabilidades como cidadãos do mundo, para implantar uma ordem mais justa nas relações humanas. O cristão responde a essas exigências assumindo — pessoal e livremente — alguma ideologia, de acordo com sua interpretação do momento histórico que vive, e — como missão própria específica de cristão — testemunhando ao mesmo tempo o sentido da transcendência histórica que não nega mas pres-supõe os momentos históricos concretos que devem ser assumidos por ele como por todos os homens.
5. No momento em que o militante opta por alguma ideologia, ele assume sob sua inteira responsabilidade essa escolha, não comprometendo com isso nem o movimento, nem a hierarquia, nem a Igreja. Apenas deverá poder contar que o compromisso que os Srs. Bispos têm com a justiça será o compromisso que terão com a situação vivida por ele, no momento em que, por sua luta pela justiça, sofrer perseguições e cadeias, sem poder se defender. Este compromisso, de resto, não será um privilégio feito a ele por ser católico ou por pertencer a um movimento de Igreja, mas enquanto ele, com todos os que buscam a justiça e por ela sofrem perseguição, católicos ou não, têm o direito a solidariedade da Igreja e de todos os que amam e buscam a justiça.
6. O movimento tem sido e só pretende ser um auxílio prestado para que os cristãos dos diversos meios e ambientes consi-

gam cumprir sua missão como testemunhas do Evangelho. Define-se, portanto, como um meio PEDAGÓGICO cujos efeitos recaem sobre os militantes e, por meio deles, sobre os meios a que pertencem. Não existe em si mas como um meio, um instrumento.

7. A PEDAGOGIA do movimento é constante de vários meios ou instrumentos, que se completam mutuamente. Fundamental, entretanto, é a REVISÃO DE VIDA, pela qual a equipe se coloca diante dos fatos vividos por cada um e dos acontecimentos, nos quais, comunitariamente, procuram discernir os SINAIS da ação de Deus no mundo, para que, consequentemente, cada qual possa assumi-los mais e mais em profundidade, dentro da unidade do desígnio de Deus (CONVERSÃO PESSOAL), bem como analisar se estão sendo, pelo testemunho de vida e de palavra, SINAIS de Deus entre os homens, ajudando-os a que se convertam, explicitando como evangélicos os valores que já vivem e amam (EVANGELIZAÇÃO), pois só assim poderão encaminhar-se para a plenitude da comunhão eucarística.

8. Partindo dos fatos e acontecimentos, analisados à luz da FÉ, a equipe de militantes - comunidade de Igreja - vê necessidade de lançar mão de outros instrumentos pedagógicos complementares, que respondam às exigências de sua formação pessoal e comunitária, em todos os planos. Isso é conseguido através de dias de formação, dias de estudo, debates, seminários, conselhos, publicações.

9. Parte integrante ainda dessa pedagogia são as COORDENAÇÕES locais, diocesanas, regionais e nacionais. Existem como um SERVIÇO prestado ao movimento. Sua função é coordenar as experiências reais vividas pelas bases. É ainda a de auxiliar todos os militantes a interpretar, dentro de uma globalidade, suas próprias experiências e, como movimento coordenado, a levá-la para a frente, na docilidade à ação do Espírito. Como já afirmamos outras vezes, somente nessa linha é que as próprias bases exigem e aceitam as coordenações. O órgão máximo de coordenação de cada movimento é o seu Conselho Nacional constituído das equipes regionais e nacional reunidas. As equipes nacionais têm sua função decorrente da necessidade de intercomunicação das equipes regionais, quando não reunidas, facilitando uma coordenação e uma síntese em âmbito nacional. Estamos certos de que o trabalho de coordenação a ser realizado é que determina a organização, o número de permanentes e a função interna das equipes nacionais. É o que é comprovado pela variedade existente nesse sentido entre as várias equipes nacionais. É o que vemos confirmado também pela nota 2 de nº 20 do Decreto do Apostolado dos Leigos.

\* \* \*

Estes pontos, que se encontram mais explicitados e fundamentados no TEXTO anexo, são os que, EM COMUM, são afirmados e assumidos por todos os setores que o subscrevem. Constituem a SÍNTESE COMUM da experiência atual de todos os setores da Ação Católica Especializada Brasileira. Apesar de alguns setores terem sido alvo mais constante de restrições por parte dos Srs. Bispos, todos fazemos COMUM EXPERIÊNCIA, partindo dos mesmos princípios aqui expostos e desejando alcançar os mesmos objetivos, salvas as originalidades próprias de cada setor, decorrentes das exigências dos meios a que pertencem e a que se destinam. (1)

Desejamos, dentro da unidade essencial à Igreja, um diálogo adulto com nossos Pastores, buscando juntos e sob a sua orientação, que não nos despersonaliza, toda a Verdade. Lamentamos que o diálogo venha sendo proposto em termos de acusação e defesa.

\* \* \*

Subscrevem as equipes nacionais de JAC, JEC, JIC, JOC, JUC e das EQUIPES PROFISSIONAIS

junho de 1966

(1) Alguns setores acharam conveniente juntar ao texto comum um próprio sobre o que lhes é específico.

(Cópia do texto entregue pela ACI de SP a D. Vicente Scherer).

Em resposta à consulta que nos foi feita pela EQUIPE NACIONAL DA ACI sobre a maneira de concebemos o mandato enossas relações com a Hierarquia, passamos a expor nossa maneira de pensar sobre o assunto:

No §24 do Decreto APOSTOLICAM ACTUOSITATEM sobre o Apostolado dos leigos, está o conceito claramente expresso, quando diz que "a hierarquia orientando de diversos modos o apostolado conforme as circunstâncias, une mais estreitamente com seu munus apostólico alguma forma dele, conservando, no entanto, a natureza e a distinção entre a ação hierárquica leiga, e não suprimindo, tampouco, a faculdade necessária dos leigos de agirem por própria iniciativa".

Assim concebemos a posição da AC - unida à hierarquia, mas conservando integralmente seu caráter e seu modo próprio de agir de leigos.

Aceitamos que a finalidade própria da AC, segundo o § 20 do documento citado, é a finalidade apostólica da Igreja, ou seja manifestar a mensagem cristã. Mas esse anúncio deve ser feito ao modo dos leigos, sem esquecer que "pela mensagem cristã, os homens não são desviados da construção do mundo nem impelidos a negligenciar o bem de seus semelhantes, mas antes estão obrigados mais estritamente por dever a realizar tais coisas". (GS, § 34).

Em resumo, podemos, portanto, afirmar que consideramos a AC ainda que unida e orientada pela Hierarquia, não como um motivo para apartar os leigos de seus deveres específicos, claramente expostos nos documentos conciliares, como se se tornassem meio clérigos. Antes, como exprime a "DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS" redigida pelos movimentos da AC de todo o mundo (AC da Bélgica, do Canadá Francês, da Espanha, da França, do Mônaco, de Genebra, o movimento "COMMUNICANTES" das Instituições Europeias, o movimento Renascita Cristiana da Itália e a LIC e LICF de Portugal) a vida militante de seus membros é "um esforço de evangelização pela palavra, um esforço para anunciar" à maneira de leigos, pela explicação dos valores cristãos que animam a sua vida, a Boa Nova da Salvação em Jesus Cristo. Isso exige deles uma presença ativa em todas as estruturas e instituições temporais do mundo atual, compatíveis com a fé no Cristo e na Igreja. Essa presença se realiza na aceitação pelos militantes de suas responsabilidades providenciais numa sociedade que evolui e que se constrói. Em certos países a tradução desse estado se resume na palavra "engajamento". Trata-se de uma presença ativa, que contribui para orientar as instituições temporais para seus fins próprios no respeito à dignidade da pessoa humana e de sua vocação sobrenatural.

Quanto aos problemas levantados pela "RELAÇÃO" sobre "O APOSTOLADO DOS LEIGOS E A AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA", passamos a expor aquilo que pensamos a respeito. Lamentamos, em primeiro lugar, a redação do item 3 do nºI, onde críticas e queixas são feitas em termos que nos parecem excessivos, sem o menor reconhecimento dos trabalhos, lutas e sofrimentos enfrentados pelos militantes da ACB por amor ao Cristo e à sua Igreja. Lamentamos principalmente pelo receio de ver aparta-

tados da Igreja, com mágoa e desilusão, os jovens que abraçaram com entusiasmo a causa da justiça e da difusão do reino de Deus, lembrando-nos das palavras de Cristo em João 17, 12: "Não perdi nenhum daqueles que me deste..."

Quanto ao que diz respeito ao Apostolado dos leigos em Geral, está o "RELATÓRIO" baseado nos documentos conciliares e, em teoria, nada há a comentar. Diante dos problemas concretos trazidos pela vivência do apostolado no mundo em que praticamente ele se realiza, achamos, entretanto, que muitas declarações deveriam ser melhor relacionadas com questões pastorais incluíveis.

Para melhor entendimento do que passamos a dizer, julgamos que seria conveniente esclarecer o conceito de evangelização. Se o compreendermos à luz da clara exposição do §36 da Constituição dogmática DE ECLESIA, sabemos que é impossível um apostolado autêntico sem engajamento temporal, e que apenas, segundo o §10, aos que o pedirem (depois de frutificado nosso testemunho de vida e de justiça) devemos dar as razões de nossa esperança / na vida eterna.

Se concreta e objetivamente o leigo é levado ao engajamento temporal pela sua conversão evangélica, principalmente quando realiza constantemente, como se faz na A. . . uma revisão de vida que o leva a comparar todos os acontecimentos e todas as suas reações com a palavra de Cristo, um grave problema surge na prática. Como poderá o militante agir para sanar as instituições e condições do mundo de tal forma que todas essas coisas se conformem com as normas da justiça em vez de a ela se oporem " sem que sua ação se caracterize por uma opção ideológica. Devendo, portanto, o leigo agir também no campo das estruturas que já foi por muito tempo entregue àqueles que não buscam o Reino de Deus mas seus interesses pessoais, é forçoso que se respeite sua responsabilidade pessoal na reflexão e focalização das situações concretas que ele encontra quotidianamente. Donde, exigir que os militantes da A.C. se abstenham em sua ação de qualquer ideologia é desconhecer os problemas reais que angustiam os que lutam pela justiça.

Quando se trata dos setores de adultos, o problema tem uma aparente solução porque o adulto é capaz de se engajar isoladamente no campo temporal, independentemente da equipe que o inspira e sustenta nessa luta. Exigir o mesmo da juventude, que pelas condições normais de seu temperamento e pela maturidade precisa da equipe nos momentos de ação e decisão, é reduzir essa juventude a uma limitação de apostolado ao seu sentido anterior ao Concílio. Sentido que, de fato, reduz o militante da juventude de A.C. que é o mais preparado e o mais evangélicamente inspirado, a retirar-se do campo das lutas decisivas e que realmente contam na construção de um mundo mais humano++cristão.

Nesse caso, seria o mandato uma limitação, uma minoridade do leigo que se põe mais diretamente a serviço da Igreja ao invés de ser um apoio, um aumento dos meios de liberdade e de reconhecimento do papel que o Concílio atribui aos leigos no momento em que vivemos.

Quando falamos de mandato como limitação, referimo-nos também à impossibilidade de um bispo, pela força das circunstâncias impostas pela sua posição, de conhecer plenamente a realidade humana e a consequente dificuldade que ele terá em mandar em certas questões, o leigo que a vive e a conhece. Os sacerdotes que trabalham com leigos

que trabalham com leigos (e temos depoimentos de assistentes da AC de todo o mundo a esse respeito) chegam a a fazer essa descoberta, mas o bispo tem real dificuldade em fazê-la. O leigo, em cada setor de atividade, assume na SUA faixa uma realidade que ele conhece profundamente. Ousamos, então, perguntar: Como se pode fazer um documento básico sobre o apostolado ~~inix~~ dos leigos, ditando normas para a ação em todas as faixas, sem ouvir os leigos?

A tal respeito diz o Decreto APOSTOLICAM ACTUCSITATEM: os leigos cooperando a seu modo com a hierarquia apresentam sua experiência e assumem a responsabilidade na direção dessas organizações, na apreciação das condições nas quais se deve exercer a ação pastoral da Igreja, como também na elaboração e execução do planejamento.

Acreditamos que o mandato que desejamos conservar e não repudiar, deveria ser um diálogo, diálogo efetivo entre pessoas adultas e responsáveis, ainda que em diferentes posições. Assim a hierarquia: concebida hoje em termos de serviço e não de poder: mandatando o leigo cujos problemas ela conheceria por um diálogo real, ao invés de limitá-lo em sua atividade, poderia solidarizar-se com a equipe mandatada nos riscos que ela corre em defesa da justiça.

Ousamos julgar que essa solidariedade faz parte de seu munus pastoral.

São Paulo, 19 de maio de 1966.

SÍNTESE  
 DA EXPERIÊNCIA ATUAL  
 DA AÇÃO CATÓLICA ESPECIALIZADA  
 COMO MOVIMENTO DE LEIGOS  
 PARA A EVANGELIZAÇÃO  
 NO BRASIL

---

( TEXTO elaborado pelo Conselho Nacio -  
 nal da ACE, para ser entregue a . . .  
 Comissão Central da CNBB .

Tendo recebido comunicado de que S. Exa. D. Vicente Scherer, Secre -  
 tário Nacional da CNBB para o Apostolado Leigo, viria ao Rio, a fim de colhêr, jun -  
 to às Coordenções Nacionais da ACE, informações para apresentar à reunião da Co -  
 missão Central, a realizar-se em junho, reuniu-se, por várias vèzes, o Conselho Na -  
 cional da ACE, deliberando o seguinte:

- apresentar a S. Exa. um relato sintético do que tem sido e do que é -  
 hoje a experiência da ACE, como movimento de leigos, para a Evangelização ,
- dentro do espírito conciliar - "Manifestem aos Pastôres suas necessi -  
 dades e seus desejos com aquela liberdade e confiança que convém a filhos de Deus e  
 irmãos em Cristo" ( LG nº 37 ) - afirmar nossa satisfação em ver essa experiência -  
 confirmada pelo Concílio e, portanto, nossa disposição de continuar a realizar, den -  
 tro da unidade eclesial, esta forma de trabalho apostólico, correspondente à opção -  
 pastoral da Igreja para o mundo de hoje, e que vinha sendo já nossa própria opção,  
 a partir do vivencial.

-oOo -

Parece-nos importante partir daquilo que era desejado quando, na Igreja,  
 foi instituída a AC. Nossa preocupação, entretanto, não será apresentar um relato  
 histórico, mas a DINÂMICA INTERNA , que, graças ao método " ver-julgar-agir", condu -  
 ziu o movimento, sob a ação do Espírito Santo, a percorrer várias fases de amadure -

- oOo -

Num momento histórico da Igreja em que eram pouco valorizados os leigos e em que a missão apostólica da Igreja era quase que reservada à Hierarquia, surgiu a AC, visando imprimir aos leigos uma consciência de suas responsabilidades - dentro da Igreja. Decorrente da visão de Igreja do momento, foi logo considerada como participação ao apostolado hierárquico. Recebendo inclusive um mandato apostólico.

Por singular efeito dêsse movimento, os leigos foram amadurecendo e adquirindo consciência de seu papel como membros da Igreja, com uma missão no mundo. Ao mesmo tempo, em vista da diversidade de meios e ambientes que constituem a vida humana, originou-se a especialização - sobretudo pelos jovens operários - para que a Igreja pudesse encarnar-se realmente no mundo.

Surgiram as primeiras questões a respeito de ser a AC participação ou colaboração ao apostolado hierárquico.

Mesmo não dirimida a questão, a AC continuou a realizar seu apostolado contribuindo sempre mais para o amadurecimento dos leigos que faziam parte de seus quadros. Vamos hoje o Concílio afirmar :

" Os leigos recebem o dever e o direito ao apostolado de sua união com Cristo-Cabeça. Pois, inseridos pelo batismo no Corpo Místico de Cristo, pela Confirmação robustecidos na força do Espírito Santo, recebem do próprio Senhor a delegação ao apostolado" ( AA nº 3 ).

Originada da percepção da descristianização, do mundo, a especialização levou a uma mística de " conversão ao meio" que se desenvolveu cada vez mais dentro de uma dupla atitude: de conquista para a Igreja e para o movimento e de defesa do cristianismo que se julgava ameaçado pela mentalidade moderna.

Foi em decorrência dessas atitudes que o movimento viveu a preocupação de atingir não só pessoas mas também estruturas. Pretendia-se cristianizar também as estruturas. Não era clara ainda a visão que se tem hoje da missão da Igreja no mundo: a modo de fermento os cristãos impregnam as instituições que, dentro de suas próprias leis e autonomia, devem atingir formas que respondam a integral realização da pessoa. Na ocasião realizavam-se as grandes campanhas de opinião pública, os cursos, visando cristianizar os meios e as instituições como tais.

Consequência ainda dessa preocupação de defesa do cristianismo que se -

supunha ameaçado pela atuação dos militantes comunistas e por uma materialização geral, nasce a preocupação de atuar também nos organismos de classe, sindicatos, entidades estudantis, etc.

Era ainda uma atitude negativa que levava a assumir a totalidade da vida humana. Não mais exclusivamente nas instituições fundamentais e primeiras ( a família, a escola, a fábrica) mas também nas associações e organizações que significam progresso do homem, enquanto toma consciência de seus direitos e por eles luta, enquanto toma consciência da igualdade fundamental dos seres humanos e para o seu estabelecimento se esforça. Hoje, modificada a mentalidade da Igreja, vemos o Concílio afirmar:

" A obra redentora de Cristo, enquanto de per si vise a salvar os homens, abarca também a reforma de toda a ordem temporal. Daí se conclui que a missão da Igreja não consiste apenas em levar aos homens a mensagem de Cristo e Sua graça, mas também de perpassar e aperfeiçoar, com o Espírito do Evangelho, a esfera dos assuntos temporais " ( AA nº 5 ) .

Foi pois, assumindo num primeiro momento, de fora para dentro, a realidade temporal em todas as suas expressões, que os militantes começaram a descobrir, diante também da imensidade do trabalho a realizar, que não havia sentido em discriminar outras pessoas quem embora a partir de outros princípios e de outra visão do mundo, assumiam o mesmo trabalho e tinham direito a isso. Mais clara se fazia a consciência da dinâmica própria e autônoma da realidade, de que vivemos num mundo pluralista e de que a missão do cristão é colaborar, com todos os homens, para a construção dessa mesma realidade. E que, só assim, não mais de fora mas de dentro, assumindo junto - o cristão é cidadão - é que o cristão pode realizar sua missão evangelizadora, através do testemunho de vida e da palavra oportuna. Também ouvimos hoje a Igreja dizer:

" O homem se fortalece, ao contrário, quando compreende as inevitáveis necessidades da vida social, assume as exigências multiformes da solidariedade humana e se responsabiliza pelo serviço à comunidade humana" (GS nº 31 ).

"Ainda que rejeite absolutamente o ateísmo, a Igreja contudo declara com sinceridade que todos os homens, crentes e não-crentes, devem prestar seu auxílio para a construção de modo adequado deste mundo, no qual vivem comunitariamente. Isto não se pode fazer, certamente, sem um diálogo sincero e prudente " ( GS nº 21 ).

"Todos os fiéis cristãos compreendam a vocação própria e especial na comunidade política, onde devem distinguir-se pelo exemplo, porquanto estão obrigados pela consciência do dever e ajudem a promoção do bem comum de tal modo que demonstrem, também pelos fatos, como harmonizar a autoridade com a liberdade, a iniciativa pessoal com a solidariedade e o equilíbrio de todo o corpo social convenientemente unidade com a diversidade proveitosa. Os fiéis cristãos reconhecem as opiniões legítimas, mas discordantes entre si, sobre a organização da realidade temporal; respeitem os cidadãos, também associados, que as defendam honestamente.

(... ) Além disso, com empenho deve cuidar da educação civil e política, hoje muito necessária tanto para o povo como sobretudo para a juventude, a fim de que todos os cidadãos possam desempenhar o seu papel na vida da comunidade política. Aquêles que são idôneos, ou possam tornar-se, preparem-se para a difícil e ao mesmo tempo nobilíssima arte política, e procurem exercê-la, esquecidos do proveito próprio e dos benefícios venais. Pela integridade de vida e com prudência, lutem contra a injustiça e a opressão, ou o governo arbitrário e a intolerância de um homem ou dum partido político; dediquem-se, porém, com sinceridade e justiça, e ao mesmo tempo com cauidade e firmeza política ao bem de todos" ( GS nº 75 ).

Falando do diálogo: " O desejo de tal diálogo, que é guiado somente pelo amor a verdade, observada a devida prudência, de nossa parte não exclui ninguém, nem os que, honrando os bens admiráveis do engenho humano, contudo não admitem ainda o seu Autor, e aquêles que se opõem à Igreja e aperseguem de várias maneiras" ( GS nº 92 ).

Falando sobre o ateísmo: "O remédio a ser levado ao ateísmo deve-se esperar não só da exposição doutrinária mas também de uma vida íntegra da Igreja e de seus membros. ( ... ) Esta fé deve manifestar a sua fecundidade, penetrando a vida integral dos fiéis, também a profana, impulsionando-os à justiça e ao amor, sobretudo para com os necessitados " ( GS ) nº 21 ).

Fiéis sempre mais às necessidades e exigências do mundo e fiéis ao mesmo tempo, sempre mais à própria pedagogia de Revisão de Vida, os movimentos continuam a evoluir e a descobrir para si e para o resto da Igreja ( como acontecera com a conversão ao meio, com a descoberta da Bíblia, com a descoberta de uma liturgia mais viva e participada ) que sua presença e ação no mundo, com vistas à evangelização, deve dar-se no mais estrito respeito a êsse mesmo mundo, situando-se nêlo, não

como corpo estranho, mas a modo de fermento e sal.

Mas aqui já atingimos a experiência do movimento tal se encontra hoje e com a interpretação que pode fazer dessa mesma experiência, através de seus instrumentos pedagógicos ( revisão de vida nas equipes de base, nas coordenações diocesanas, regionais e nacionais, encontros, conselhos, seminários, viagens, correspondências, publicações etc ).

Porisso passamos a uma outra parte.

- oOo -

Não nos referimos nenhuma vez a datas, justamente porque o que nos importa, como dissemos atrás, não é um relato histórico, mas patentear a DINÂMICA INTERNA do movimento sob a ação do Espírito Santo.

Esta dinâmica interna, devida ao método, impulsionou o movimento nas suas várias fases e é o que permite entendê-lo em suas formas atuais.

O que levou o movimento a manter docilidade à ação de Deus foi sempre a atitude de fidelidade ao mundo e ao meio para o qual cada setor se tinha especializado. Foi essa fidelidade ao mundo e ao meio que o fez merecer a inspiração do Espírito em suas diversas fases.

Citando a propósito o Decreto Apostolicam Actuositatem, nº 1 :

" Nossos tempos estão a exigir não menor zelo por parte dos leigos. As condições hodiernas chegam a reclamar deles um apostolado bem mais intenso e amplo. Pois cresce dia a dia o número dos homens e o progresso das ciências e técnicas. As aproximações mais estreitas entre os homens não só dilataram as possibilidades em grande parte só a eles abertas - mas também suscitaram novos problemas que demandam cuidados e estudo inteligente por parte deles. (...) Sinal desta múltipla e urgente necessidade é a ação do Espírito Santo, tornando os leigos de hoje mais e mais conscientes da própria responsabilidade, e estimulando-os por toda a parte para pôr-se a serviço de Cristo e da Igreja".

Passou o movimento a descobrir uma nova dimensão de método ( ou a redescobrir o próprio método ) com a Revisão de Vida.

A revisão de Vida tem imprimido no movimento uma dinâmica de conversão constante, levando a uma vivência de valores autenticamente humanos - porisso evangélicos - descobertos a partir da vida.

Essa vivência, por ser interior e subjetiva, não pode ser medida, não po<sup>6.</sup> de ser pesada : "... antes de tudo por aquela coerência de vida com a fé, pela qual se transformam em luz do mundo ( ... ) dispondo, insensivelmente e sem alarde , os corações de todos para a ação salutar da graça; pela consciência plena da parte que lhes toca na edificação da sociedade..." ( AA nº 14 ).

Entretanto, essa dinâmica de conversão e de vivência, impressa no movimen<sup>to</sup> pela Revisão de Vida, nem porisso deixou de carregar consigo consequências séri<sup>as</sup> ( e até mesmo sensíveis ) para a vida do militante e para sua ação no meio.

Essas consequências se expressam numa preocupação adulta em localizar - para si uma profissão, determinada a um tempo pelas aptidões pessoais e pelas neces<sup>sidades</sup> do país, a ponto de atingir também os meios que começaram a equacionar, em termo globais, o problema de profissão e vocação.

Expressam-se ainda na intensificação do engajamento nos distintos meios, nas suas organizações e entidades; associações, sindicatos, frentes, entidades es<sup>tudantis</sup>, organizações culturais, movimentos de cultura popular e tôdas as manifes<sup>tações</sup> populares.

O engajamento exige uma definição. Exige objetivos certos a alcançar. Exige, em suma, uma visão do homem e do mundo que, através das exigências concre<sup>tas</sup> de determinado tempo e lugar, levam a uma opção ideológica.

Qual a ideologia que os militantes cristãos podem assumir ?

Qualquer, desde que consentânea com os princípios cristãos e com a si<sup>tuação</sup> daquêles que, num país subdesenvolvido são os oprimidos. Foi a resposta en<sup>contrada</sup> dentro de tôda a pedagogia do movimento.

A consciência das tensões da nossa realidade de país subdesenvolvido, - tem levado os militantes a uma semelhança de posições frente a esta mesma realida<sup>de</sup>. A opção ideológica é, entretanto, pessoal, visto ser o militante que se enga<sup>ja</sup> e não o movimento. Este é apenas o instrumento para a Revisão da Vida e da ação apostólica dos militantes e, ao mesmo, tempo o ambiente em que vão buscar ose ele<sup>mentos</sup> de ordem espiritual e os meios aptos ( que são os da própria Igreja ) para sustentar sua vida no mundo.

Vale aqui uma observação : quando falamos da consciência do movimento hoje, não queremos afirmar que todos os militantes dos vários setores, em todas as equipes de base, estejam num mesmo nível de consciência. Mais adiante, quando falarmos das equipes de coordenação, mostraremos como desempenham sua função, interpretando, com os conselhos diocesanos, regionais e nacionais, o caminhar - das experiências das bases. Estas, pela exigência de um crescimento por etapa, nem sempre conseguem interpretar, de maneira coerente, suas próprias experiências, e, nem sempre, conseguem integrar de uma vez, numa unidade de vida, as descobertas que vão fazendo e que o movimento faz. Isto vai se dando paulatinamente :

" Como no entanto a formação para o apostolado não pode manter-se na pura instrução teórica, gradativamente e com prudência, desde o início da formação, aprendam a ver, julgar e agir em todas as coisas sob a luz da fé, a formar-se a si mesmos e aperfeiçoar-se pela ação e assim entrar para o serviço ativo da Igreja. Esta formação, que deve ser sempre levada avante, por causa da maturação progressiva da personalidade e por causa da evolução dos problemas, exige conhecimento sempre mais profundo e ação adaptada. Ao cumprirem-se as exigências todas de formação, mantenha-se diante dos olhos o ideal da unidade e integridade da pessoa humana, de forma a salvar-se e ampliar-se a harmonia e o equilíbrio " ( AA nº 29 ).

-- 000 --

A reunião dá elementos para que cada militante possa analisar, em profundidade, sua vida, situando-a, em consonância com o Evangelho, dentro da realidade do meio e situando este na realidade maior e mais global do País e do Mundo.

A descoberta do movimento quanto à finalidade da reunião de ajudar os militantes a estabelecer ligação entre sua vida concreta e a fé, vem hoje bastante confirmada pela Gs e AA :

"... os que cultivam e põem em relevo a unidade mais íntima entre a vida prática dos membros e a fé dos mesmos " diz o Decreto AA, sobre os grupos que merecem consideração especial ( nº 19 ).

O número 29, citado logo acima mereceria ser transcrito por inteiro, a

propósito disse: " Pois o leigo, conhecendo bem o mundo de seu tempo, deve ser membro de sua sociedade e ajustado à formação cultural dela. ( ... ) Desta sorte, o leigo se insere plena e entusiasticamente na própria realidade da ordem - temporal e assume com eficiência sua parte na direção dos negócios e, ao mesmo tempo, como membro vivo e testemunha da Igreja, torna-a presente e ativa no seio das coisas temporais ".

Esta análise de sua vida e ação, cada vez mais profunda e exigente à medida em que cada militante se deixa impregnar pelas descobertas que faz, leva-o à percepção de que a realidade encerra em si muitos valores que, por serem sinais da ação de Deus no mundo, precisam ser assumidos e sinais de pecado que esperam redenção.

E mais. Que essa redenção não se faz somente pelos cristãos, os militantes, mas por todos os que, de uma maneira ou de outra, lutam pela superação - de toda a forma de egoísmo, injustiça, de inverdade, de desamor.

"Pela fidelidade à consciência, os cristãos se unem aos outros homens na busca da verdade e para nela resolverem inúmeros problemas morais que se apresentam, tanto na vida individual como social " (GS nº 16 ).

" O Espírito de Deus, que dirige o curso da história com providência admirável e renova a face da terra, está presente a esta evolução. O fermento evangélico despertou e desperta no coração do homem uma irrefreável exigência de dignidade " ( GS nº 26 ).

"Aquêle que tenta perscrutar, com espírito de humildade e perseverança, os segredos das coisas, mesmo que não o saiba, é por assim dizer conduzido pela - mão de Deus, que sustenta tôdas as coisas, fazendo que elas sejam o que são " (.. (Gs nº 36 ) .

E, portanto, em comunhão com os homens que, mesmo sem o saberem, estão sendo levados pela ação do Espírito, que os militantes querem atuar no mundo, de tal maneira que sua ação, sendo testemunho da fé que abraçaram, leve os outros à conversão e a adesão a Jesus Cristo. É na medida em que, vivendo e atuando junto-com todos os homens - sobretudo com os que buscam a justiça, a verdade e o bem - que os militantes acreditam poder evangelizar, ajudando os homens a que explicitem como evangélico aquilo que já vivem e que já é implicitamente cristão.

A EVANGELIZAÇÃO se dá pois, com a condição de que os cristãos não vivam

à parte, mas integrem tóda a realidade da vida, assumindo tódas as responsabilidades e encargos, como membros que são, com todos os homens, da sociedade temporal. A realidade abrange tudo aquilo que faz e constitui a vida cotidiana de cada ser humano em comunhão. Imersos na realidade -ENGAJADOS- e somente assim, é que os militantes crêem poder cumprir sua missão de cristãos no mundo: EVANGELIZAR .

" O Povo de Deus, movido pela fé, acredita ser conduzido pelo Senhor - que enche o orbe da terra. Participando juntamente com os outros homens do nosso tempo dos acontecimentos, exigências e aspirações, procura nêles discernir os sinais verdadeiros da presença e dos desígnios de Deus " ( GS nº 11 ).

Procedendo do amor do Pai Eterno... a Igreja... caminha juntamente com a humanidade inteira e experimenta com o mundo a mesma sorte terrena, como fermento e, por assim dizer, como alma da sociedade humana a ser renovada em Cristo e transformada na família de Deus " ( GS nº 40 ).

" Esta pregação adaptada de tóda a Palavra Revelada deve permanecer como lei de tóda a evangelização " ( ... ) auscultar as várias linguagens de nosso tempo, discerní-las, interpretá-las e julgá-las sob a luz da Palavra Divina, para - que a verdade revelada possa ser percebida sempre mais profundamente, melhor entendida e proposta de modo mais adequado " ( GS nº 44 ) .

" Os cristãos, lembrados da palavra do Senhor : Nisto conhecerão que - sois meus discípulos se vos amardes uns aos outros, nada podem desejar mais ardentemente do que servir sempre, de modo cada vez mais generoso e eficaz, os homens do mundo de hoje. Dêste modo, aderindo fielmente ao Evangelho e alimentados com as suas fôrças, unidos a todos os que amam e honram a justiça, receberam uma tarefa imensa a ser desempenhada nessa terra e da qual devem prestar contas Àquêles que julgará todos no último dia. Nem todos os que dizem : Senhor, Senhor ! entrarão no Reino dos Céus, mas aquêles que fazem a vontade do Pai e põem mão eficaz à obra" ( GS nº 93 ).

Diante de tóda a nossa experiência, confirmada por êstes e outros textos conciliares eloquentes, entendemos que a Evangelização é missão que o militante - cristão cumprirá, não num determinado momento de sua vida, mas através de tóda a - sua vida.

É a isso que o movimento tem procurado responder, ajudando o militante, através de todo o seu instrumental pedagógico ( revisão de vida nas equipes de base, nas equipes de base, nas equipes de coordenação diocesana regional, nacional, encontros, dias de formação, seminários, conselhos, publicações e viagens etc)

- oOo -

No entender do movimento, dentro de tudo isso, as coordenações são um SERVIÇO. Seu papel é auxiliar o movimento a interpretar sua própria experiência e a levá-la para a frente, dóceis sempre a inspiração do Espírito.

E como cabe uma unificação dessa experiência em termos de País e diante das exigências que as bases fazem, impõem-se a necessidade de uma coordenação nacional, regional e diocesana, às quais cabe, junto com todo o movimento, a tarefa de sintetizar as experiências a ponto de auxiliar na busca de uma autêntica resposta à vocação do homem brasileiro de hoje, que, salva as peculiaridades regionais, conserva uma unidade nacional.

- oOo -

Queremos assim colocarmo-nos a serviço da Igreja na constante atualização de suas preocupações pastorais, guardando bem uma das observações e recomendações finais da Gaudium et Spes.

" As propostas feitas por êste Sagrado Sínodo, tiradas do tesouro da doutrina da Igreja, pretendem ajudar todos os homens, dos nossos tempos, os que creem em Deus e os que não o admitem explicitamente, para que, percebendo com mais clareza sua vocação integral construam um mundo mais de acôrdo com a dignidade eminente do homem, aspirem a uma fraternidade universal mais espalhada e correspondam, sob o impulso do amor, com esforço generoso e comunitário, às exigências urgentes de nossa época.

Contudo, diante da variedade imensa, não só das situações mas também das formas de cultura humana no mundo, esta exposição, em muitas de suas partes, apresenta um carater genérico. Ainda que anuncie a doutrina já tradicional da Igreja, como não raro trata das realidades sujeitas a permanente evolução, DEVERÁ SER PROSEGUIDA E AMPLIADA. Confiamos porém, que muitas coisas que nós publicamos, fundamentados na Palavra de Deus e no espírito do Evangelho, poderão trazer a todos um auxílio eficaz, sobretudo DEPOIS QUE A ADAPTAÇÃO, PARA CADA POVO E MENTALIDADE, FÔR REALIZADA PELOS CRISTÃOS, SOB A ORIENTAÇÃO DOS PASTORES" (GSnº91)

- oOo -

NOTA : Este texto foi elaborado e aprovado por todo o Conselho Nacional, constituído pelas equipes Nacionais de JAC, JEC, JIC, JOC, JUC e Equipes Profissionais. A equipe Nacional de ACO não subscreve o presente texto, visto ser constituída de elementos que permanecem nas várias regiões, havendo no Rio apenas um Comité Executivo, e, também a ACI que não se reconhece nêle.

ACB.

REUNIAO DO CONAC - 28-6-66

PAUTA:

- x 1. Situação Atual da A.C.B.
    - decisão da Comissão Central da CNBB (comunicação oficial, se houver)
    - Como os movimentos pensam encaminhar a situação
    - encaminhamento que cabem ao CONAC
  
  - x 2. Encontro Latino Americano Do Apostolado Leigo (outubro, Buenos Aires)
    - informações *Comissão - a maioria formada por sacerdotes*
    - preparação *Mons. Branda e R. Agostinho*
  
  - x 3. Verba do Adveniat - Regionais - JIC - *faça planos financeiros objetivos e decisões próximas*
  
  - x 4. Situação da ACI  
Face aos seguintes fatos:
    - - ACI não assumiu o documento comum da ACE
    - retirou-se do CONAC (reunião do dia de maio de 66)
    - enviou documento a Dom Scherer na linha da ACE
    - *anulação*
- Pergunta-se: Como fica a relação da ACI face a ACE.
5. Sugestão de se colocar em comum no Conselho o que foram ou serão os Conselhos Nacionais dos diversos movimentos.

- presentes:

- . Secretariado: Beto, Jane, Luiz.
- . JAC : ~~Marta Helena~~ Quirino
- . JACF: Maria Helena
- . JEC : Júlio; Marco Aurélio
- . JECF: assistente-Frei Manoel
- . JIC : Ana Lúcia
- . JOC :
- . JOCF: Lôda
- . JUC : Cacau ( depois tb. Iraci e Januário).
- . ACI : D. Marina
- . ACO : Pe. Paulo.

Parte A

1. informações dos setores.

Quase todos os setores deram notícias dos encontros que realizaram recentemente ou dos que planejam realizar, das visitas feitas as regiões, etc. Destacamos como mais importantes as que se referem a situação do episcopado do R.G.do Sul, bem mais aberto atualmente para AC. No último encontro de bispos e provinciais das ordens religiosas daquela região foi bastante valorizado o trabalho de AC e sua pedagogia, destacando a importância da formação na ação e da preparação dos assistentes. - Além dessa, outra notícia que interessou alguns setores foi a realização de 5 a 7 de setembro, do encontro nacional de ACI- setor profissional. As conclusões desse encontro serão oportunamente divulgadas, ou melhor redigidas e divulgadas em circular pela EN de ACI.

2. Entrosamento. ( e troca de experiência entre setores).

- ACI e JIC : dois pontos sobre que seria importante o diálogo: problema profissional e definição de meio independente.
- JOC: 1) problema da empregada doméstica só pode ser encarado numa atuação junto com JUC, JIC (tb, MFC), etc.  
2) Seria bom um manifesto conjunto ( JOC e ) aos bispos sobre a atuação dos Círculos Operários.
- Importante que se levem a prática todas as sugestões de troca de experiência e de entrosamento, mesmo começando através de bate-papos informais, sem esperar por grandes iniciativas no começo.
- Tentar contacto JOC-ACO ( e alguém de ACI: Volta Redonda e Minas) para estudar problema dos interventores nos sindicatos.

3. moradia e manutenção dos permanentes

- moradia: problema do aumento dos aluguéis quase superado até o fim do ano. JOC vai ficar sem sede, diante da necessidade de abandonar o Palácio S. Joaquim. Todos os setores deverão se interessar por conseguir novo local.
- manutenção: em outubro chegará o dinheiro prometido pela ( M. Quoit). Foram pedidos 30 dólares mensais por permanente, mas convencionou-se que até o fim de 64 cada um receberá 55.000,00 mensais, ficando o restante para outras despesas da ACB.

4. missa na sede.

Haverá missa para as EENN todas as quintas-feiras ( antes da reunião para estudo), a partir da próxima semana. Despesas do lanche com o Secretariado. Constituída uma equipe de liturgia: JEC: Júlio; 1 de JAC; 1 de JIC; outros. Mais adiante trazer um padre para a equipe ( Pe. Pretto dará uma ajuda). Sugestões para o trabalho da equipe:

- . explicar todas as partes da missa na próxima quinta-feira
- . harmonizar a nova liturgia com experiências anteriores: cantos, etc. V. material levantado por Osmar.

- . a longo prazo, reunir-se para estudo ( e transmissão ). (problemas de)  
 - obs.: tentar encaixar nas reuniões das quintas-feiras discussão sobre vida litúrgica e sacramental das equipes.

### 5. AEIOU .

ACO de qualquer maneira não poderá participar efetivamente. ACI também com alguns problemas. ( Problema mais amplo que se coloca: como manter a coordenação entre juventude e adultos, se os últimos quase nunca estão presentes? ) .

Data: 14, 15 e 16 de outubro, ou data acertada anteriormente, caso se encontre outro local que substitua o CENFE.

### 6. Reuniões de quintas-feiras.

- 17/9 - D. Domingos: "De Liturgia".

- Para as três semanas anteriores ao AEIOU, tentar desenvolver o seguinte esquema:

- a) Desenvolvimento: conceitos, significação. Revoluções na América Latina. Reformas a serem feitas. Comportamento dos vários meios face ao desenvolvimento.
- b) Igreja na América Latina : histórico. Presença ou ausência (ex.: atuação real dos organismos da Igreja; pronunciamentos dos bispos). Levantamento sociológico da Igreja na A.L.
- c) Uma nova pastoral para a AL: conceito de pastoral. A pastoral da Igreja até hoje. Pontos essenciais para uma nova pastoral. Pastoral do desenvolvimento.

Para apresentação desses temas, tentar-se-á trazer: tema A: Paulo Haddad ou Luiz Alberto - tema B: Alceu A. Lima ou (e) L. Alberto - tema C: se não se encontrar um expositor, ao menos ler o texto: "As tarefas da Igreja na América Latina"

#### - bibliografia:

" Las tareas de la Iglesia en América Latina "

" Mensaje " ( nos. especiais )

" Essays on the Pastoral Problems of the Catholic Church in the World Today " ( Institutum Carmelitanum - Roma ).

etc.

oooooooooooo

oooooooooooo

parte B: reflexão. Problemas do assistente nos movimentos de Ação Católica. ( coloc. p/JOC )

### I - Fatos observados nos diversos movimentos.

- . atitude de "queimação" de padres que não concordam com linha do movimento: está se generalizando um certo estado de espírito que se poderia chamar anti-clericalismo, mesmo dentro de AC, levando os militantes a críticas destrutivas e quase a desrespeito p pessoa do padre ( ou de bispos ). Muitos assistentes que poderiam crescer não tem vez.
  - . por parte dos próprios padres, às vezes são feitas colocações e "piadas" diante de certas falhas da hierarquia que levam a Igreja ao descrédito dentro do meio. Os próprios padres não sabem muitas vezes colocar, numa equipe de base despreparada, os problemas de Igreja, e o fazem de modo destrutivo.
- A necessária identificação do sacerdote com o meio está sendo em certos casos exagerada, o que causa uma "vulgarização" do assistente ( sobretudo em movimentos de juventude ).



A.C.B.  
7/1964

De: Secretariado Nacional  
Para: Equipes Nacionais  
Assunto: convocação do Conselho da ACB

aco

## REUNIÃO DO CONSELHO

Em sua última reunião o Conselho deliberou que voltará a se reunir no dia 10 de agosto próximo. Para que os membros do Conselho tenham tempo de refletir sobre esta próxima reunião com suas respectivas equipes, enviamos desde já o temário. Esperamos, desta forma, colaborar para que o Conselho seja sempre mais representativo.

Na próxima reunião, debateremos sobre:

1. reunião dos novos. O Secretariado Nacional pretende reunir-se com os permanentes nacionais que vieram este ano para o Rio. O objetivo é colocá-los a par do funcionamento de organizações internacionais, CELAM, CNBB, etc. O Conselho deve sugerir uma data em que se encontrem todos os novatos no Rio.
2. levantamento sobre a situação dos Movimentos. Na última reunião o Secretariado solicitou um levantamento de cada Movimento sobre a sua situação nas respectivas regiões e fatos excepcionais durante a crise política. Isso para D. Padim levar ao Concílio. Esperamos que no dia 10 este levantamento seja entregue.
3. livraria. Como ficou combinado, na próxima reunião, os Movimentos devem apresentar sugestões concretas que ajudem na organização da livraria. Para ganhar tempo estamos anexando a esta a sugestão do Secretariado. Pedimos que todas as sugestões sejam trazidas por escrito.
4. AEIOU do 2º semestre. É boa que na próxima reunião o Conselho reflita sobre o AEIOU do 2º semestre. Inclusive, precisamos decidir se será apenas um AEIOU ou se haverá também o AEIOU pequeno, como no 1º semestre. Como também sugestões para o temário. Quanto a isto, o Secretariado verificou que os dois últimos AEIOU foram sobre Ação Católica. Já fizemos outros a respeito de Concílio, Realidade Brasileira etc. Como talvez alguns temas não encontrem suficiente motivação no momento, sugerimos: A) um estudo sobre temas do Concílio, de preferência os esquemas referentes ao laicato. Seria interessante também, as equipes nacionais tomarem conhecimento das inovações introduzidas na liturgia, assim como das resoluções do encontro nacional sobre pastoral litúrgica, realizado, no Rio, em maio passado. O Concílio torna-se esquecido no Brasil e a AC tem a obrigação de provocar o máximo de interesse em torno dele. B) um estudo sobre a América Latina, focalizando sobretudo Pastoral (Ação Católica) e Desenvolvimento. Aí seriam aproveitados os membros dos Secretariados Latino-Americanos com sede no Brasil e aqueles que recentemente participaram de encontros internacionais.

Bem, vocês é quem decidem. Devem trazer sugestões quanto ao tipo de AEIOU (grande ou pequeno, os dois, etc.); temário; técnica de estudo; data e local.

5. método de reunião do Conselho. A maneira que o Conselho se reúne nem sempre agrada a todos. Uns acham as reuniões apressadas e burocráticas, outros reclamam quanto a carência de reflexões. Por isso, na próxima reunião, que ainda será pelo método usual, debataremos sobre uma outra forma de aproveitar melhor as nossas reuniões. Tragam sugestões.
6. outros assuntos. Esperamos que esta pauta seja discutida em equipe. Até breve e recebam as nossas saudações querigmáticas.

Viagens = Pe. Roubal Joaquim

o Secretariado Nacional

data: dia 10 de agosto de 1964

local: miguel lemos, 97 (em caso de modificação, avisaremos)

hora: 17 horas.

Condições: com lanche.

em tempo: os assistentes deverão se reunir às 15 horas, no mesmo local, com Dom Padim.

17/4/64

De: Secretariado Nacional de AC  
Para: Equipas Nacionais

REUNIÃO DO CONSELHO

---

Certes acontecimentos, entre òles nossa presença à posse de D. Hélder, impossibilitaram realizarmos a reunião de Conselho de ACB dia 13 deste, como estava marcado. Agora porém que parte de Secretariado está de volta e a situação nacional encontra-se normalizada, nos reuniremos. Assim convocamos os dirigentes e assistentes das Equipas Nacionais, membros de Conselho, para estarem presentes à reunião, onde conversaremos sobre:

1. Preparação de temário de Grande AEIOU - Apostolado dos Leigos. (Esperamos que todos tragam sugestões)
2. Reflexão sobre a situação dos Movimentos, considerando os últimos acontecimentos.
3. Preparação dos Conselhos ou Encontros Nacionais.
4. Outros assuntos.

*Petrópolis*

Esperando o fiel comparecimento de todos, enviemos fraternais saudações.

Em Xte.,

e Secretariado ✓

local: rua miguel lemos 97

hora: 17 hs.

dia: 17/4/64

*participar. Se dentro de 1 semana apresentar  
relação do que irá participar.*

Campos, 10 de Fevereiro de 1949.

Reverendissimo Senhor

Laudetur Jesus Christus !

Uma das benções, com que carinhosamente o Divino Salvador adorna a sua casta Esposa, a Igreja de Deus, são sem duvida as Congregações Marianas de Nossa Senhora. Ha quasi quatro seculos vêm elas contribuindo poderosamente para o florescimento da vida espiritual e apostolica entre os leigos, com frutos extraordinarios, e mesmo surpreendentes. Só o fato de terem as Congregações Marianas suscitado legiões de Santos, que honramos nos nossos altares, dos quais dez fundadores de Ordens e Congregações Religiosas, é suficiente para mostrar sua singular eficacia na santificação dos fiéis e dilatação do Reinado de Jesus Christo.

Por esse motivo, desde a sua fundação, os Romanos Pontífices tiveram sempre suas vistas complacentes voltadas para estas milicias marianas, reconhecendo as suas benemerencias e cumulando-as de indulgencias e privilegios.

Ultimamente, á vista da providencial oportunidade das Congregações Marianas nos tempos modernos, em que ha tanta "indigencia espiritual (AAS. 40, p. 394)", o atual Pontífice, gloriamente reinante, determinou em lei para a Santa Igreja as disposições da Santa Sé acerca dos Sodalícios Marianos.

É a bula "Bis saeculari die" de 27 de setembro de 1948. A simples leitura deste documento pontificio é suficiente para evidenciar a sua importancia, bem como o ardente desejo do Pai Comum, sejam as Congregações Marianas difundidas por toda parte, como medida altamente eficaz de apostolado. Trata-se de um documento muitissimo claro que necessita apenas de uma applicação na ordem pratica para surtir os beneficos efeitos que a tradição das Congregações Marianas atesta plenamente.

Para dar fiel cumprimento á palavra augusta do Santo Padre, havemos por bem determinar alguns pontos na Nossa Diocese. Não pretendemos dar interpretação da "Bis saeculari die" (aliás somente a Santa Sé pode interpretar autenticamente as leis pontificias, e a "Bis saeculari die" outra coisa não é do que uma lei pontificia). Nossas determinações visam apenas salientar a doutrina e fixar as diretrizes que o Papa impõe a toda Igreja, e que, por isso mesmo, queremos ver docilmente executadas na Nossa querida Diocese de Campos.

1. Cuidem os Revmos. Snrs. Párcos, Vigarios, Reitores de Igreja e demais sacerdotes diretores de associações religiosas de tornar conhecida a Constituição Apostolica "Bis saeculari die" dos membros dos sodalícios catolicos e fieis em geral, mediante leitura e estudos da palavra do Soberano Pontífice. Para esse fim a Secretaria do Bispado enviará a Vossa Revma. uma tradução fiel do documento pontificio.

2. As Congregações Marianas e os sodalícios congeneres, como são as Pias Uniões das Filhas de Maria, são associações que têm todas as características da Ação Catolica. São, pois, associações de Ação Catolica, e como tais as consideramos na Nossa Diocese, declarando que os Revmos. Párcos e Vigarios que mantêm vivas e apostolicas essas associações, e outras semelhantes para as varias classes de pessoas, satisfazem a obrigação do Concilio Plenario Brasileiro, que manda se funde em todas as Freguezias a Ação Catolica. Esta determinação não impede que os Párcos e Vigarios, segundo as normas do Direito, fundem em suas paróquias outras associações de Ação Catolica; nem significa que as existentes devam ser dissolvidas.

3. Como, segundo declaração do Santo Padre, as Congregações Marianas são dotadas de meios extraordinarios para a formação dos seus membros, quer interior, quer apostolica, queremos que estas associações sejam consideradas as associações modelares da Ação Catolica, de maneira que as demais procurem seguir-lhes o exemplo, utilizando-se dos mesmos metodos e meios para a formação quer apostolica, quer interior dos seus membros.

4. Este mesmo fato de serem as Congregações Marianas dotadas de meios extraordinarios de formação leva-Nos a aconselhá-las (bem como às Pias Uniões das Filhas de Maria, que, mais de perto lhes imitam a estrutura e empregam os mesmos meios de formação) que caridosamente auxiliem as demais associações de Ação Catolica na formação quer apostolica, quer interior, promovendo reuniões, retiros, etc., em conjunto com estas.

5. Na utilização dos Sodalicios Marianos para as obras de apostolado, quer o Santo Padre que se obedeçam os metodos proprios a estes Sodalicios ("Bis saeculari" item XI), e não se introduzam novos. E na colaboração com as demais associações de apostolado, não sejam os Sodalicios Marianos, quer absorvidos, quer colocados em condição subalterna ("Bis saeculari" item XII).

6. A colaboração no plano diocesano far-se-á mediante as Federações das Congregações Marianas e das Filhas de Maria, ás quais todos os Sodalicios Marianos da Diocese devem estar filiados. No plano nacional, o Bispo Diocesano dará as determinações oportunas sempre que o caso ocorra.

Cuidem os Revmos. Párocos, Vigarios, Reitores de Igreja, e Diretores das Congregações Marianas e das Filhas de Maria com especial carinho destas associações, benemeritas da Santa Igreja e, especialmente de nossa Patria. São elas meios utilissimos para manter o fervor na Freguezia e desenvolver a atuosa caridade apostolica dos leigos. Muito especialmente numa epoca em que se infiltra nas associações religiosas, especialmente as que se dedicam ao apostolado um espirito laicizante e mundano contrario á tradição da Santa Igreja, ao espirito, aos metodos, á ação e á tradição gloriosa das Congregações Marianas. Estaremos com o Santo Padre, "sentindo com a Santa Igreja" si considerarmos os Sodalicios Marianos o meio providencial e proprio para a salvação do mundo moderno.

Como penhor das graças que a docil observancia a estas determinações lhe atrairá do Céu, damos-lhe, Revmo. Padre, a Nossa Benção Pastoral, em Nome do Padre e do Filho e do Espirito Santo. Amen.

Deus guarde a V. Revma.

(a) † *Antonio*, Bispo de Campos.

GABINETE DO BISPO DE JACARÉZINHO

15/1/49

Exmo. e Revmo. Snr. D. João da Mata Andrade e Amaral,  
DD. Bispo de Niteroi e Secretario da Comissão Episcopal da  
Ação Catolica

Tenho em mãos a circular de 3 de novembro de 1948, que V. Excia., como Secretario da Comissão Episcopal da A.C., enviou ao Episcopado Nacional. Ela trata de assuntos muito importantes e traz determinações tão transcendentales que não posso deixar de me manifestar a seu respeito. Refiro-me nesta carta apenas ao 1º capitulo: "Ação Catolica e Congregações Marianas".

Alegro-me de que a Comissão Episcopal tenha resolvido os itens da circular, movida do "proposito firme de sentir sempre com a Santa Igreja", mas não posso me alegrar com a felicidade da interpretação da Bis Saeculari Die. Esperava, e verdade, uma declaração da Comissão Episcopal neste assunto, mas devo dizer, quasi o oposto do que a Comissão decretou.

Passo a referir a V. Excia. o que me ocorre após a leitura atenta e a meditação madura deste assunto. Não me faltou tempo para a reflexão durante os dois meses que medei entre a data da Circular e a desta carta.

Quanto à letra "a" que diz que D. Jaime Camara, no plano nacional, assume a direção da Confederação Nacional das Congregações Marianas, tenho a dizer o seguinte: Fico sem saber bem a razão de ser e o alcance pratico dessa medida, a meu ver pouco oportuna. Falando em termos um pouco rudes, dir-se-ia que, quando a Santa Sé dá aos Jesuitas uma prova extraordinaria de estima, com a Bis Saeculari, - em que o Papa entrega a eles as Congregações de que ele é o diretor pessoalmente, - no Brasil se tira à Companhia a direção nacional das CC.MM. O fato nú é este. Poderá talvez ser diversamente interpretado.

Mas qual o alcance pratico da entrega da Confederação Nacional ao Sr. Cardinal Arcebispo do Rio de Janeiro?

A Confederação Nacional das Federações Marianas é apenas um órgão de assistencia, sem jurisdicção sobre as Federações Diocesanas. Dá-lhes assistencia facilitando o movimento mariano, fornecendo consultas, apresentando sugestões, dando informações, executando planos coletivos e representando as Federações. Estas continuam autonomas e somente sujeitas aos respectivos Ordinarios. Tendo sua sede no Rio, segue-se naturalmente que seu Superior Hierarquico é o Sr. Cardinal do Rio de Janeiro. Assumindo S. Emcia. pessoalmente a direção não obtem um aumento de poder.

De outro lado, S. Emcia. se torna Diretor Nacional por deliberação da Comissão Episcopal da Ação Catolica, que, assim me parece, exorbitou de sua competencia. A Comissão é competente no ambito restrito da Ação Catolica e da Confederação Catolica, mas não tem jurisdicção para legislar sobre as Confederações das demais Associações. Para fazê-lo, ela deveria receber uma delegação à parte e especial de todo o Episcopado, o que não se deu. O fato de S. Emcia. exercer o cargo de Diretor em virtude da determinação da Comissão Episcopal da A.C. sugere a ideia que S. Emcia. gozará de verdadeira jurisdicção sobre as Federações Diocesanas, poder que nem o Diretor nem a Confederação Nacional tem.

Por conseguinte, esta resolução nada modifica, a não ser retirar à Companhia de Jesus a direção da Confederação - e aí não me parece muito ressaltado o "sentire cum Ecclesia" - ou ela pretende entregar ao Snr. Arcebispo do Rio de Janeiro uma atribuição que a Constituição Apostolica dá aos Ordinarios em suas Dioceses, e não a um deles para todo o país.

Quanto ao item "b":

É um item muito extranho. Que significa ele?

Que os Bispo exercerao seu poder de jurisdicção sobre as Congregações Marianas? Não, pois já sempre possuímos e exercemos este poder, nem a Comissão Episcopal pode inovar ou decretar alguma coisa neste campo.

Querirá a resolução sugerir, sem dizê-lo formalmente, que o Bispo deve exercer pessoalmente o cargo de Diretor da Federação? Não deixa de ser extranho que a Comissão Episcopal estabeleça uma tal determinação.

GABINETE DO BISPO DE JACARÉZINHO

Depende de cada Bispo se quer exercer pessoalmente o cargo de Diretor, ou conforme o que é normal, deixar que este cargo seja exercido por um sacerdote. Até me parece muitissimo conforme ao exemplo do Santo Padre e do espirito da Bis saeculari que, onde há padres da Companhia, a eles seja entregue a direção da Federação Diocesana.

Quereria a Comissao Episcopal "estabelecer" que doravante, em virtude da "Bis Saeculari", só o Bispo pode pessoalmente dirigir o apostolado externo das CC.MM.? A Bis Saecular não introduz uma tal innovação. Pelo contrario, afirma que a estrutura tradicional das CC.MM. é de tal natureza que as capacita a um apostolado omnimodo e benefico, eficiente e providencial, giramos mesmo, indispensavel e insubstituivel. O S.Padre, ao falar da sujeição exemplar das CC.MM. à Hierarquia, diz implicitamente que neste ponto, como nos outros, nada há a se modificar nas CC.MM.

Quisera aduzir ainda uma consideração. As Associações chamadas até agora fundamentais da Ação Catolica são dirigidas por Assistentes, e não pelo Diocesano diretamente. E isto é determinação dos proprios Estatutos. Porque esta innovação quanto ao Apostolado das CC.MM.? Porventura até hoje este apostolado escapou ou esquivou-se a ser dirigido pelo Bispo? Creio que nenhuma associação é tão submissa ao Bispo, como a C.M., a não ser que ela tenha de lutar por sobreviver a uma asfixia. Mesmo nestes casos ela não se rebela, mas, cumprindo um dever elementar, seus membros lutam com os meios legais para salvar a Associação de Maria Santissima.

Quanto ao item "c". Devo dizer-lhe, Exmo. Snr. Bispo, que não pude reprimir uma dolorosa surpresa ao ler este item que manda submeter os marianos a uma "formação tecnica de acordo com as normas da A.C.Diocesana". A formulação não carece de manha, e eu não saberia refutar alguem que dissesse que este item representa um contra-golpe contra a Bis Saeculari. De fato esta determinação estabelece que, sem serem formados pela Ação Catolica, os Marianos não poderao exercer apostolado externo. Diz-se-á que o sentido não é este, e sim que as CC.MM. se devem acomodar às normas gerais do apostolado externo na Diocese. Realmente não é isto o que diz o item. Ele representa a absorção das CC.MM. pela Ação Catolica. Ora este item viola gravemente a "Bis Saeculari". Esta estabelece o contrario: As CC.MM., elas mesmas, quer se considere a parte de jure - estatutos, normas, espirito, - quer se considere a parte de fato - suas maravilhosas realizações sob a fidelissima sujeição à Igreja - tem todos os elementos para realizar o mais variado apostolado. São tais as palavras do Santo Padre que eu acharia mais de acordo com a S. Sé se a Comissao Episcopal estabelecesse justamente o contrario: A A.C. deve passar por um estagio de formação ascetica, juridica e tecnica nas CC.MM. que há 400 anos fazem no mundo com brilho e eficiencia o que a A.C. tem tentado fazer, há 13 anos, no Brasil. Caso eu pensasse em executar esses itens em minha Diocese, teria dificuldades em justificar este item "c" diante de meus Congregados. ~~BAH~~ Se V.Excia. examinar, ligeiramente siquer, a Bis Saeculari, no que toca o assunto deste item, poderá verificar que o Papa afirma:

- 1ª- As CC.MM. exercem um apostolado omnimodo.
- 2ª- As CC.MM. são otimas escolas de apostolado, elas proprias, de jure e de fato.
- 3ª- Há um nexu intimo entre a espiritualidade das CC.MM. e os esforços de apostolado delas, de modo que as CC.MM. possuem metodos definidos e postos à prova numa magnifica tradição. Estes metodos são o reflexo do espirito das CC.MM. e toda a magnifica tecnica mariana está embebida deste espirito. As CC.MM. devem pois, a titulo normal e como regra geral, formar tecnicamente seus proprios apostolos.

Que as CC.MM. se sujeitam exemplarmente às normas e aos desejos da Hierarquia é um dos louvores mais insistentes que lhes concede o Papa. No caso do Brasil temos a respeito de toda esta materia a carta tão depressa esquecida, mas que a "Bis Saeculari" nos trouxe vigorosamente à memoria: a "Com Particular Complacencia".

É pois, contra a palavra e a mente do Papa estabelecer que os Congregados Marianos normalmente recebam a formação de apostolado fora da C.Mariana, sob a orientação de outras associações.

## GABINETE DO BISPO DE JACARÉZINHO

Talvez diga alguém que se trata apenas de certas linhas gerais de formação apostólica, comuns às associações de apostolado: É ainda contra a Bis Saeculari estabelecer que em todo o Brasil as CC.MM. devem receber esta formação da A.C. porque isto equivale a dizer que no Brasil as CC.MM. não podem formar aqueles apóstolos completos de que fala a Bis Saeculari. A formação para o apostolado externo é essencial à C.M.; com que direito lh'a tirariamos, violando a determinação do Papa? As normas externas gerais de apostolado, eu as transmito à Federação Mariana, que as executa fielmente nas várias Congregações. Fazer o que o item c determina é servir-se da carta do Papa em que se consagra a excelência das CC.MM. para dar-lhes o golpe de morte.

Quanto ao item "a".

1ª V. Excia. me creia que não vejo a menor necessidade de interpretações da Bis Saeculari. Ela é por demais clara, formal e explícita. É a repetição de uma enorme série de palavras de Roma. O que necessitamos é de depormos uma enorme série de preconceitos e antipatias contra as CC.MM. e executarmos com lealdade e entusiasmo o desejo do Papa que corresponde à vontade de Nosso Senhor: de salvar a Igreja nos tempos atuais por meio da Virgem Maria e de suas associações. Neste ponto seria uma bênção se quasi ~~pp~~ toda a A.C.B. encetasse uma era nova.

2ª É sobremodo infeliz a expressão de que a Comissão Episcopal se reserva a interpretação oficial da Bis Saeculari. Realmente só a Santa Sé pode interpretar oficialmente um documento pontifício. E, para o Brasil todo, somente a Nunciatura Apostólica.

3ª Somente o Diocesano para sua Diocese pode autorizar estudos e comentários da Constituição Apostólica, e só ele pode interpretar autenticamente para seus Diocesanos.

Afinal o que significa esse "plano nacional"?

Em qualquer plano a Comissão Episcopal, de acordo e em virtude do art. 21 dos Estatutos da A.C.B. de 1935 - aprovados e promulgados por todos os Bispos do Brasil, e ainda não reformados - é mandatária do Episcopado para a alta direção e controle geral, não para todos e quaisquer assuntos da A.C. No nosso caso me parece que os Estatutos da A.C.B. devem ser reformados de acordo com a Bis Saeculari e não a Constituição se acomodar aos Estatutos. Estes são uma lei particular e mais antiga, ela é mais recente, universal e revoga todas as disposições contrárias, de forma solene e em virtude da Autoridade Apostólica. Aliás, a Bis Saeculari de fato reforma parcialmente os Estatutos da A.C.B.

Desejaria formular uma sugestão que, a um observador do panorama brasileiro, se impõe: uma reforma do espírito da A.C.B. de acordo com o espírito da Bis Saeculari. Tal reforma é que nos pareceria um ato de verdadeira submissão à Santa Sé.

Não deixa de ser uma cousa susceptível de interpretação que, de todos os pontos da Bis Saeculari, a Comissão Episcopal só tenha encontrado este item VI, alínea a, nº 1 e 2 para comentar. Além disso, os próprios pontos estabelecidos não dão a impressão de estarem impregnados do espírito que anima a Santa Sé e se manifesta na Constituição Apostólica.

Ainda duas palavras.

Tendo vários autores brasileiros e estrangeiros publicados no Brasil, exposto doutrinas sobre a A.C. e as demais Associações, que contradizem às doutrinas da Bis Saeculari, parece-me necessário que os respectivos Ordinários providenciem que estes autores modifiquem suas doutrinas em edições ou publicações futuras e que os fieis sejam oportunamente alertados sobre os erros ou as imprecisões contidas nesses livros ou artigos de revista.

Enfim, reservo-me o direito, Exmo. Sr. Bispo, de manifestar meu pensamento acerca dos demais itens da circular quando me parecer oportuno. Desde já, porém, comunico a V. Excia. que não me sinto obrigado a pagar a contribuição de que fui taxado sem ser previamente consultado.

Porque estou certo de que todo este assunto da A.C. deve ser tratado com outro espírito e outra visão do problema do apostolado leigo, Exmo. Sr. Bispo, escrevo a V. Excia. as linhas que acaba de ler. Está em jogo o bem

GABINETE DO BISPO DE JACARÉZINHO

da Igreja, e nós temos na palavra do Santo Padre na "Bis Saeculari" uma indicação clara do modo como a Igreja quer que trabalhem. A linha de ideias e intenções a que obedece a circular me parece oposta ao pensamento do Santo Padre. Por isto me vi obrigado, após longa meditação, de escrever-lhe estas notas.

Formulando votos de bênçãos de Deus para V.Excia. no corrente ano, rogo, queira V.Excia. aceitar a afirmação de meu respeito.

Sou servo seu em Nosso Senhor

+ Geraldo de Almeida Siquiera S.V.D.  
Bispo de Jacarezinho.

Jacarezinho, 15 de janeiro de 1949.

Campos, 18 de fevereiro de 1949



Exmo. e Revmo. Snr. D. João da Mata Andrade e Amaral  
DD. Bispo de Niteroi e Secretario da Comissão Episcopal de Ação Católica.

Laudetur Jesus Christus!

Com meus cumprimentos fraternais, passo ás mãos de V. Excia. copia da circular que enviei ao Revmo. Clero de minha Diocese.

Ha cerca de dois meses fui informado de que V. Excia., em nome da veneranda Comissão Episcopal de Ação Católica, dirigira aos Exmos. Snrs. Bispos uma circular contendo decisões e normas referentes á Constituição Apostolica "Bis saeculari die" de 27 de setembro de 1948. Nem eu, nem meu preclaro e saudoso Arcebispo-Bispo D. Otaviano recebemos essa circular. Confesso a V. Excia. que o motivo, sem duvida fortuito, que impediu que essa circular chegasse até Campos, me deixava em situação deveras comoda, dispensando-me de me pronunciar sobre ela. Com efeito, conhecia eu o conteudo dessa circular, atravez de conversas com outros Snrs. Bispos; e á vista desse conteudo, meu pronunciamento seria forçosamente divergente. E qualquer atitude divergente, em relação a decisões da veneranda Comissão Episcopal, realmente me pesaria.

De tempos a esta parte, tenho lido, comtudo, em varios jornais essas mesmas resoluções, como emanadas dessa Dignissima Comissão. Esses jornais ingressam naturalmente em minha Diocese, onde Clero e fieis estão no direito de julgar que tais deliberações foram tomadas com meu assentimento, e exprimem o pensar de todo o Episcopado Nacional.

Assim, o fato de terem sido entregues á publicidade tais resoluções, me coloca na alternativa de definir e divulgar o pensamento e as normas que julgo mais conformes ás diretrizes pontificias em vista da "Bis saeculari die", ou de apoiar e autorizar pelo meu silencio normas e diretrizes que me parecem em desacordo com o que deseja a Santa Sé.

Posto assim, e muito contra minha vontade, na obrigação de me pronunciar perante meu Clero e meus diocesanos, fi-lo na forma da circular que ora envio a V. Excia. como Secretario que é da DD. Comissão Episcopal.

Os dias torvos e amargurados que vivemos exigem de nós, Bispos da Santa Igreja, intima e fraternal cooperação. A união fraterna deve ser adquirida a qualquer preço, tão preciosa é para a Santa Igreja. Mas esse preço não pode ser o silencio com o sacrificio de pontos fundamentais. Ela só pode resultar de um esclarecimento franco realizado com o proposito inabalavel de nos conformarmos em tudo e por tudo, com a autoridade suprema e infalivel daquele que é o Vigario de Cristo na terra.

Neste espirito, Snr. Bispo, passo a externar a V. Excia. o meu pensamento acerca das deliberações tomadas pela DD. Comissão Episcopal.

Diz essa DD. Comissão Episcopal que se reserva a "interpretação oficial" da Constituição Apostolica, no plano nacional. Com toda a reverencia permita, Snr. Bispo que declare que não posso reconhecer á Veneranda Comissão Episcopal o direito de "interpretar oficialmente" a palavra do Santo Padre. A interpretação autentica da palavra pontificia só á Santa Sé pertence. Si eu tiver duvidas sobre o sentido de qualquer decisão pontificia e não as puder depôr pelo estudo e pela consulta de pessoas competentes, não poderei aceitar para a minha Diocese outra interpretação que não a que me vier de Roma. E, de outro lado, si em um ponto que me parecer claro, sobrevier uma interpretação que me parecer infundada, é bem evidente que não poderei aceitar em minha Diocese tal interpretação.



Mais ainda, não encontro poderes para impor a meus diocesanos minha interpretação de qualquer disposição obscura, que por ventura emanasse da Santa Sé. Assim, pois, embora animado dos sentimentos de maior veneração para com a Comissão Episcopal, não me é possível dar-lhe mandato para interpretar oficialmente, no plano nacional, ou em qualquer outro, os documentos da Santa Sé. Não possuo estes poderes, e portanto não os posso delegar a ninguém, por maior que seja aliada a minha boa vontade. Neste ponto a Comissão Episcopal me pede - ou antes publicamente aparece como se eu lhe tivesse dado - o que não me pertence nem lhe posso dar. Vê V. Excia. o embaraço de minha situação.

Esse embaraço é tanto maior, quanto as decisões tomadas pela DD. Comissão Episcopal, que age como mandatária de todos os Srs. Bispos, e, pois, em certa medida também em nome do obscuro Bispo de Campos, a meu ver, discrepam da Constituição Apostólica "Bis saeculari die", documento que me parece claríssimo, que não carece de interpretação, e cuja inteção ocorre clara e cristalina e harmoniosa, á simples leitura do mesmo.

Não direi a V. Excia. em que pontos consiste, segundo minha desvaliosa opinião, esta discrepância. Delicadamente se encontram na circular que junto a esta. Mas peço venia para, aproveitando o ensejo que bra se me depara, manifestar inteiramente meu pensamento acerca da natureza e do âmbito das funções da Comissão Episcopal. Usando de inteira fraternal e respeitosa franqueza, penso que, pela clareza de minha atitude, se evitem no futuro equivocados dolorosos e nocivos á nossa concordia e fecunda cooperação.

Como é bem evidente os dois princípios que dominam o assunto são:

a) a suprema, inteira e direta jurisdição do Santo Padre sobre cada Bispo e cada fiel;

b) a autonomia do Bispo em sua Diocese - ressalvadas as disposições canônicas com relação ao Metropolita - no governo de sua grei, em face dos poderes que não sejam o Santo Padre, e o conjunto de organismos que constituem a Santa Sé e que, sob a dependência do Sumo Pontífice constituem o governo da Igreja.

Do primeiro principio decorre, como já lembrei, que, em tudo que se relaciona com atos do magisterio ou governo supremo da Igreja, a situação da Comissão Episcopal é, como a de qualquer Bispo, meramente obediencial. Não pode nem sequer interpretar autenticamente a palavra do Pontífice.

Mas - e ~~passo~~ para o segundo principio - esta função obediencial não se exerce sobre os Bispos a título governativo. Em outros termos, não compete á Comissão Episcopal dar ordens aos Bispos no que diz respeito ao cumprimento das determinações emanadas da Santa Sé. A Comissão Episcopal não é como que um governo de segundo grau entre o Santo Padre de um lado, os Bispos de outro.

A natureza e os poderes, melhor, e a extensão dos poderes da Comissão Episcopal estão claramente definidas pelo proprio ato de sua instituição. É ela um órgão mandatario dos Srs. Bispos. E este órgão não pode constituir um elemento de governo por varios motivos:

a) quem recebe o mandato deve exerce-lo segundo a vontade do mandante, e portanto não é o mandatario que dirige e governa o mandante, antes pelo contrario;

b) não cabe, pois, á Comissão Episcopal dirigir o Episcopado, mas antes, ser o alto órgão de execução dos desejos comuns a todos os Srs. Bispos;

c) o contrario importaria, para o Bispo, numa renuncia ao poder de governar inteiramente sua Diocese, renuncia esta que não lhe seria licito fazer, e que de fato não foi feita quando nosso Episcopado delegou funções á Comissão Episcopal.



Poderia eu ainda aduzir outras razões. Estas bastam para mostrar, Snr. Bispo, como é falsa, dolorosa, constrangedora a situação dos colegas e irmãos de V. Excia. no Episcopado, recebendo da Comissão Episcopal decisões que bem se poderiam chamar ordens, e que depois são dadas á publicidade sem que tenham pelo menos sido objeto de um pronunciamento claro, de um sinal de aquiescencia de cada Bispo.

Não se magoe V. Excia. com esta franqueza. Poucos talvez usem da linguagem que estou usando em relação a V. Excia. e á veneranda Comissão Episcopal. Mas, V. Excia. pode aquilatar por si mesmo a posição dolorosa e - perdoe-me o termo que é justo para dar á situação suas verdadeiras cores - humilhante a que fica reduzido um Bispo pensando como eu penso sobre temas paupitantes como os dá "Bis saeculari die", e recebendo verdadeiras ordens contrarias ás suas convições e publicadas depois pelos jornais como vigorando no Brasil inteiro...

Assim será difícil que a Comissão Episcopal venha a grangear aquela plenitude de afeição fraterna, aquela inteira cooperação que é necessaria para o exito e brilho de suas altas funções.

Altas funções, sim. Auscultar a opinião de todos os Bispos brasileiros, opinião que é o fruto de seus estudos, de sua experiência, de seu amor aos interesses católicos; promover entre eles as permutas de impressões que amistosamente possam dissolver a eventual diversidade das ideas e tendencias; encontrar, por entre as diversidade que se manifestarem irreductiveis a linha media em que todos possam caminhar juntos, sem diminuição de nenhum; resolver, segundo o pensamento bem conhecido de todos, os casos urgentes que se apresentarem; respeitar a opinião de cada um nos assuntos em que nenhuma transigencia foi possível, e pedir a cada qual o sacrificio de algum ponto de vista, nas materias em que não estão afetados os principios, de sorte que a união exista na ordem das realizações, eis ai, Snr. Bispo, uma alta e nobre tarefa que não desdiz da dignidade dos venerandos Prelados da DD. Comissão Episcopal.

Dentro destes termos, Snr. Bispo, os unicos, segundo me parece possiveis, a Comissão Episcopal poderá contar com a cooperação humilde e entusiastica do ultimo de todos os Bispos, o Bispo de Campos.

Agora, se a DD. Comissão Episcopal pedir de mim a renuncia a poderes inalienaveis, a aceitação de uma autoridade que de fato não existe, maxime a aceitação de qualquer dispositivo capaz de restringir, ainda que de leve e indiretamente, aquilo que é para nós sacrosanto, a suprema, plena e direta autoridade do Sumo Pontifice sobre a Igreja Universal, todos e cada um dos membros do Clero e do laicato, então, Snr. Bispo, com muito pezar no coração, devo dizer com firmeza: não é possível.

Assim, não posso aceitar as decisões da Comissão Episcopal recentemente publicadas; não posso renunciar ao direito de ensinar a doutrina pontificia sobre a Ação Católica e sobre as Congregações Marianas, sem qualquer outra censura doutrinaria que não a da Santa Sé.

SR. Bispo, não quero que esta carta se encerre com um "não é possível". O lado construtivo não lhe ha de faltar. Quero, pois, dizer a V. Excia., e á veneranda Comissão Episcopal qual o caminho em que me parece podemos, todos os Bispos do Brasil, marchar unidos para edificação de nossos rebanhos e consolação do coração amantissimo do Santo Padre.

Considerando em seu conjunto, a Constituição Apostolica "Bis saeculari die" põe muito clara e insistentemente em foco os seguintes temas ou teses, que segundo a mente do Santo Padre são de uma importância e oportunidade relevantes:

1. A formação dada "de jure" e de fato pelas Congregações Marianas é intrinsecamente otima e inteiramente adequada ás exigencias de nossos dias.



2. No conceito anterior se inclue a formação para o apostolado, tanto do ponto de vista da preparação espiritual do apóstolo, quanto do ponto de vista (intima e indissolúvelmente ligado ao primeiro) da formação técnica para o exercício efetivo do apostolado;

3. Este elogio, universalmente dedicado pelo Santo Padre às Congregações Marianas, deve entender-se também merecido - e quanto amplamente! - pelas Congregações Marianas do Brasil. É o que nos diz a Carta Apostólica "Com particular complacência" do Santo Padre Pio XII;

4. Como consequência destes pontos, o Santo Padre define que as Congregações Marianas são legítima e autêntica Ação Católica sob os auspícios e inspiração da Virgem Maria.

Sendo estes os pontos capitais da Constituição Apostólica é sobre eles que devem incidir nosso principal desvelo, nossa mais diligente insistência. Os pontos de que cogitou a Veneranda Comissão Episcopal, parece-me, são menos palpitantes, de uma oportunidade muito menos flagrante do que os que acabo de mencionar. Causará, por certo, decepção que o primeiro pronunciamento da DD. Comissão Episcopal, depois de um acontecimento que teve no Brasil uma repercussão verdadeiramente estrepitosa, como uma salva de festa e alegria, só encontre isto a dizer.

Depois de grande silêncio, diante da campanha que no Brasil se fez às Congregações Marianas (Negou-se-lhes a oportunidade, o direito ao exercício do apostolado, negou-se-lhes mesmo com insistência essa característica que a Constituição Apostólica lhes reconhece de serem legítima e autêntica Ação Católica sob os auspícios e inspiração de Maria Santíssima), esperam os marianos, temos direito de supor que espera o Santo Padre mesmo, que insistamos junto aos fieis sobre o valor, a beleza, o cunho definitivo e intangível dos ensinamentos com que a "Bis saeculari die" acaba de nos brindar.

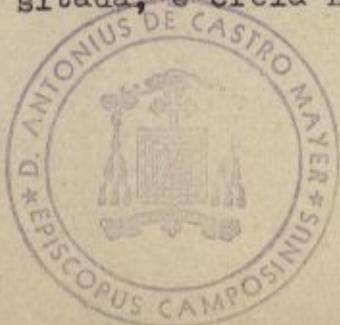
Estou certo de que a Veneranda Comissão Episcopal da Ação Católica seria seguida, sem discrepância, por todos os Srs. Bispos, si sugerisse, fraternalmente, a estes a oportunidade e conveniência de se publicarem em todas as Dioceses, instruções aos fieis acerca da Constituição Apostólica, da obediência que se lhe deve, do jubilo com que a acolheu o Ordinário, do apoio que está disposto a dar a quantos trabalharem pela expansão e florescimento das Congregações Marianas. "Roma locuta, causa finita."

Por fim, dissipemos mais uma fonte de mal entendidos. Na campanha de que foi objeto a Congregação Mariana, foi envolvida também, a gloriosamente coorte dos Filhos de Santo Inácio. Na "Bis saeculari die", o Santo Padre lhe dá solar manifestação de sua augusta e paternal benevolência. Não seria este o momento para darmos de público o testemunho de nossa confiança e nosso apreço à Companhia de Jesus, ligando-a tanto quanto possível aos empreendimentos de apostolado em que, ao longo de toda a História do Brasil, teve ação tão feliz, acertada e gloriosa?

Estes são, Sr. Bispo, os contributos modestos que ofereço, como elemento positivo à consideração da DD. Comissão Episcopal da Ação Católica, com o intuito de uma colaboração sincera e franca para o bem da Igreja no Brasil, numa docil e afetuosa obediência ao Santo Padre.

Queira Vossa Excia., Sr. Bispo, favorecer-me com suas orações e preciosas bênçãos a mim e a toda esta Diocese de Campos, tão necessitada, e creia nos sentimentos de veneração e fraternal amizade

do servo em Jesus Cristo,



+ Antonius de Castro Mayer,  
Bispo de Campos.

## 1. O Que é Pastoral?

---

Em teologia pastoral não fazemos conceituação, mas partimos de um fato: a pastoral é vida e o mistério da pastoral é o próprio mistério da salvação. É o mistério da comunhão de vida que Deus quer estabelecer com o seu povo, com a humanidade toda. Isto não é uma teoria, mas um fato histórico que está envolvendo o próprio destino do cosmo. Aquilo que chamamos de pastoral não é mais do que a intervenção de Deus na História; é, portanto, um acontecimento, um dado em que a pessoa de Deus e as pessoas humanas entram em relação pela ação, pelo viver, pelo agir e reagir; estamos vivendo uma Nova Aliança, está constituindo-se o novo reino de Deus com os homens. E a pastoral não é mais do que tomar parte neste acontecimento, inserir-se neste mistério. Essa palavra mistério designa uma revelação, uma presença de Deus no meio de nós, modificando e dando sentido às nossas vidas. E como acontece isso? Isso ocorreu em primeiro lugar pela Encarnação. Deus tomou a nossa dimensão humana, tornou-se um de nós, habitou entre nós, como diz São João, para que esse contato fosse em termos realmente humanos. Deus poderia ter realizado a pastoral através de uma inspiração interna no coração do homem, por exemplo. Mas, como nós homens nos comunicamos pela presença sensível, falando, tocando-nos, assim também Deus está no nosso meio e nos fala.

Tudo nos vem dessa constatação: estamos vivendo um mistério, um acontecimento. Deus está agindo conosco na constituição de um povo novo, de uma nova realidade. Isto teve início pela Encarnação. Portanto, este povo é todo humano, embora ele esteja penetrado da divindade. O Filho de Deus reiniciou a realização do plano do Pai de nos tornar todos seus filhos, a sua família, o seu povo, encarnando-se para dar o testemunho, manifestar a vida íntima de Deus pela palavra, revelar o plano daquele que O enviou. Qual é este plano de Deus para a humanidade toda? É que esta humanidade toda e todo o cosmo participe da íntima felicidade divina, da glória de Deus. Isto é o dom do Espírito Santo, o dom do amor profundo, daquilo que é realidade íntima de Deus que se dá. É preciso, pois, que esta humanidade livre, que pode aceitar ou rejeitar o plano de Deus, tendo rejeitado pelo pecado, agora volte ao Pai - reconciliação que é feita pelo sacrifício do Cristo.

Temos então o testemunho dado pelo Filho, da vontade de amor do Pai e o dom do Espírito Santo que é realmente o amor, a felicidade que o Pai vive desde toda a eternidade com o Filho, comunicada a todos nós através do mistério pascal do Cristo, que é o mistério de morte e de ressurreição. Portanto, a pastoral não é mais do que a continuação desse mistério através dos séculos até que se cumpra plenamente o plano de Deus. Quando o Cristo volta para junto do Pai e de lá nos envia o Espírito, estes que O aceitam pela fé e assim aceitam também o Pai e recebem o seu Espírito, são enviados; são a Igreja que é enviada na força desse Espírito que é do Pai e do Filho para cumprir a mesma missão do Cristo no mundo. São enviados para santificar o mundo por este mistério pascal do Cristo, pela participação mais íntima possível na morte e na ressurreição do Cristo, pela vida sacramental e litúrgica. São enviados para que este Espírito, através do seu testemunho, derrame-se sobre a humanidade toda e a transforme completamente num povo de Deus - isto é pastoral. E isto a Igreja sempre fez. Quem dissesse que foi hoje que se descobriu a pastoral, cometeria uma grave injúria. Até que venha o Cristo no fim dos tempos, a Igreja cumpre este dever de pregar, dar testemunho, santificar os homens pela liturgia e formar realmente a comunidade do Espírito, em que Deus viva com o seu povo. Entretanto, devemos perceber claramente que esta ação de salvar o mundo que a Igreja continua a realizar, tem que ter as dimensões da própria vinda do Cristo ao nosso meio, tem que ser um acontecimento histórico que exerça um impacto na existência

de cada um, dando sentido a toda existência das coisas. O nosso testemunho tem que ser, portanto, de inserção no momento histórico. A presença da Igreja tem que ser encarnada, assumindo a humanidade que está aí e não um humanidade hipotética, de modo que ela sirva de mediadora para que este imenso povo que vive hoje encontre no Cristo ao Pai e receba do Pai e do Filho o Espírito Santo. Assim como fez do Cristo, nosso papel é de mediação.

## 2. Os Sinais dos Tempos

Quais são os sinais dos tempos que nos forçam hoje a uma reflexão sobre o papel de mediação da Igreja, de tal forma que talvez tenha que modificar o seu modo de agir na pastoral? Como ser fiel ao Cristo, à sua própria missão de mediação e ser fiel ao mundo, porque no mundo é também Deus que nos fala pela criação? O homem dá ao mundo de hoje um novo sentido pela sua racionalização, a inteligência do homem domina a matéria, pela técnica, pelo trabalho, muito mais que há cem anos atrás. O lugar do homem dentro do cosmo adquire uma nova dimensão, ele descobre agora a sua vocação de origem, de "senhor do universo". Há nisso realmente uma libertação do homem; nós vemos ainda na zona rural como as pessoas vivem sujeitas aos poderes cósmicos e atribuem esses poderes as forças sobrenaturais. Verificamos hoje uma mudança de mentalidade do homem, o que é bastante importante do ponto de vista de evangelização. Porém, ao se descobrir dominador do universo, de tudo isso que, segundo a Escritura, foi criado para ele, o homem arrisca-se a tentação de ser o último senhor do universo, de não reconhecer a Deus como afigural alguém acima dele. A Igreja tem que encarar essa situação, onde o homem se põe no lugar de Deus.

Uma segunda característica do mundo atual é a socialização da vida humana. A partir do domínio do cosmo o homem quer realizar-se socialmente. A tendência da sociedade é abrir-se, ninguém sozinho pode realizar-se como pessoa, uma vez que depende de uma variedade de relações. O homem sente-se numa comunidade universal, como afirmava João XXIII. A Igreja não pode ignorar que a forte tendência à socialização é um sinal dos tempos.

Essas duas dimensões novas que o mundo moderno nos coloca, do domínio pela técnica e da socialização, faz surgir o grave problema do que somos no meio de tudo isso. O que é o homem dentro do cosmo? Encontramos as mais variadas respostas que são também sinais dos tempos: o homem angustia-se com o seu destino, não sabe de onde vem nem para onde vai. Temos o vazio, o desespero do existencialismo - o homem aceita o absurdo de existir. O homem sente que não pode dominar totalmente o universo, é absorvido pelo mundo material, vivendo mais para a matéria do que dominando-a; em seguida, quando quer realizar essa socialização, ele encontra o choque dos egoísmos. Portanto, o homem se vê como algo contraditório; as aspirações profundas que Deus coloca na sua natureza estão aí presentes de um modo desordenado, absurdo. E qual é a palavra contida na Escritura que caracteriza esse absurdo da existência humana, que não pode realizar-se nem como dominadora do universo por si, nem como uma grande família? É o pecado.

## 3. O Concílio: Uma Resposta ao Homem

Deus interviu na história humana, pois ela seria absurda sem Ele. Ele inseriu-se através do Cristo para recapitular toda a humanidade, realizar uma comunidade no Espírito Santo, dominar todo o mal pela ressurreição do Cristo. Com efeito, possuímos essa força divina, esta fé de que em nós e através de nós a Igreja, com todo o potencial divino de salvação, projeta-se sobre essa situação atual, de um homem técnico, de um homem que aspira a comunidade perfeita e que jamais conseguirá isso sem o Cristo. Qual é, portanto, a pastoral da Igreja diante disso? O Concílio é exatamente isto: uma reunião da Igreja para refletir sobre esse problema. Trata-se de ver o que deve fazer a Igreja agora para salvar esse mundo de novas situações. Para isso foi "milagrosamente convocado" o Concílio. Se a Igreja começou a mover-se no sentido de ir ao encontro desse mundo não foi por tendências puramente humanas, pois essa conduziam-na a um paroxismo inibidor. Ela fechava-se com medo desse homem técnico, desse homem materialista que,

para muita gente, é inimigo de Deus, ateu por essência. E não é. A Igreja distingue naquele homem uma aspiração que só o Cristo poderia responder. O Concílio, portanto, nos dá essa resposta em três aspectos: 1º, ele parte do problema do homem que se resolve no Cristo, homem-Deus, síntese perfeita; 2º, a Igreja toma consciência de sua missão, como continuadora da obra de mediação do Cristo; 3º, descobre o seu caráter de serviço, de se colocar a serviço do homem para que ele, livremente, reestabeleça seu diálogo com Deus.

A Igreja quer impregnar o mundo de sua mensagem evangélica de serviço, de maneira a criar uma mentalidade livre do pecado que atrapahe todo o programa de renovação das estruturas para o desenvolvimento. Tornar o mundo uma verdadeira comunidade em que o Espírito de Deus supere as deficiências do amor do homem. Para o homem cheio de interrogações, que procura uma resposta às suas angústias, a única solução é o testemunho do mistério do Cristo. Portanto, serviço, comunhão e testemunho, são as três palavras que sintetizam as novas atitudes da Igreja face esse mundo para salvá-lo.

#### 4. Exigências Pastorais na América Latina

Na América Latina o confronto da pastoral tal qual ela nos vem do plano de Deus, com a realidade existente, põe-se muito mais agudo do que em qualquer outra parte do mundo. Do ponto de vista de vivência da Igreja, como a Igreja vive atualmente o mistério do Cristo, a situação não é nada boa. É mais subdesenvolvida a pastoral da Igreja do que a realidade temporal latinoamericana. A Igreja terá que se tornar adulta para enfrentar este povo que se desenvolve rapidamente. Povo que vive a crise do homem técnico que aspira uma vida de comunidade e não mais aceita ser servo. Por comunidade entendemos que todos vivam sua personalidade, seus valores pessoais em comunhão. O que existe na América Latina é uma pequena minoria que desfruta dos privilégios da vida comunitária, ao lado de uma imensa massa marginalizada que não tem, por dependência econômica, a possibilidade de se realizar como pessoa humana. Essa massa desperta para a vida comunitária, ou seja, deseja participar do bem comum, que Deus quer para todos. Com efeito, temos uma Igreja que, se não estiver à altura deste povo que se desenvolve, ficará para trás. A nossa pastoral ainda é de cristandade que, necessariamente, deverá ser transformada em pastoral missionária.

O homem desperta para o seu valor pessoal mesmo diante de Deus, que lhe vale a missa e os sacramentos se não vê nenhum significado nêles! Não se pode mais confiar na sacramentalização sem evangelização. Sem pregação de evangelização a vida sacramental não tem nenhum sentido, porque nos sacramentos não fazemos mais do que conviver com o Cristo o mistério que apreendemos e aceitamos pela fé. O sacramento é uma expressão da fé. De modo que essa ordem prioritária da palavra com relação aos sacramentos é uma exigência da pastoral para os nossos dias. Temos que partir de nossa inserção de renovação de vida no Cristo. Quem vive este mistério na fé, deve expressá-lo no ato de culto, que é o ato da missa, da comunhão, que não é mais do que revestir-se do Cristo ressuscitado.

Outra exigência para uma autêntica pastoral é essa consciência de Igreja. Consciência de que todos aqueles que possuem a fé devem estar a serviço colegialmente, isto é, um só Cristo, um só batismo, uma só fé e uma só humanidade. Serviço a esta humanidade num testemunho de pobreza. Não querer para si, mas viver para os outros. E a hierarquia será um serviço do serviço da Igreja. A Igreja toda deve prestar esse serviço à humanidade de levar a ela a palavra de Deus. O leigo então deixa de ser simples auxiliar porque ele é substancialmente Igreja, Igreja pastoral na sua função e no seu ambiente. Consciência de sua vocação no mundo, servindo em espírito de fé, esperança e amor.

Seria um contra-testemunho a existência do clericalismo, obstáculo que mais impede a Igreja de ser reconhecida nos ambientes profanos, temporais.

A Igreja numa pastoral de América Latina, tem que se lançar decididamente na aventura do desenvolvimento. Há uma mística de salvação do povo que é dada pelo próprio Deus. Estamos numa situação em que o desenvolvimento não pode vir sem reforma de estruturas. O povo não pode realizar-se como comunidade dentro das atuais estruturas. Elas são iníquas, injustas, havendo um desequilíbrio de carências em que uma deficiência impede a outra de sair de sua si-

tuação. A Igreja diante deste escândalo, de que a maior parte do povo não participa do bem comum a que tem direito, não pode ficar inerte. Todos devem assumir essa responsabilidade, sobretudo o leigo, inspirado na fé, na esperança e na caridade. Preocupar-se também com a opinião pública, hoje inteiramente dominada para interesses de grupos. Ela é imprescindível no movimento de salvação do povo. Como também com a classe dirigente, para a qual a Igreja deve formar líderes nos diversos setores, político, econômico, opinião pública, etc., penetrando no meio universitário que é o celeiro dos futuros dirigentes.

Não é possível uma presença da pastoral no desenvolvimento da América Latina sem atingir os meios especializados, camponês, operário, estudantil, e outros que agora despertam sem a presença da Igreja neles. Os movimentos especializados de Ação Católica devem ter, portanto, uma visão não especializada, mas integrada numa visão completa da missão da Igreja dentro desse mundo pluralista, com o qual temos que dialogar.

Nota: este texto, extraído do gravador, não foi revisto pelo autor.  
Reprodução proibida.

A.C.B.

ação católica brasileira  
AEIOU - outubro de 1964  
texto preparatório - 1  
(circulação exclusivamente  
interna)

## A IGREJA NA AMÉRICA LATINA

por Luiz Alberto Gomes de Souza

### 1. Introdução Histórica

---

A América Latina é verdadeiramente cristã, ou melhor, verdadeiramente católica? Costuma-se dizer que a América Latina é o "grande continente protestante", no sentido de que há uma adesão ao cristianismo sem que isso represente uma adesão consciente à Igreja, enquanto instituição. Para entender o problema religioso na América Latina é preciso ver como surgiu a Igreja, em sua história. Na Idade Média houve uma cristalização das estruturas da Igreja. Ela aprofundou e amadureceu a sua vida institucional, necessária. Os que estudam História da Igreja conhecem as terríveis desordens que houve em seu seio nos séculos IX e X, em que desde o papado até os grupos cristãos mais distantes estavam anarquizados quanto a costumes, disciplina, etc. Foi a reforma gregoriana que deu à Igreja um mínimo de organização mais sólida que lhe permitiu chegar à alta Idade Média nos séculos XII e XIII e ter aí uma presença madura, adulta. Cuidou-se mais da formação sacerdotal, da função do bispo na ordem temporal e na ordem espiritual, de toda uma série de problemas levantados nos séculos IX e X e que no século XI puderam ser mais ou menos institucionalizados para chegar a uma Igreja madura na Idade Média.

Como tudo na História é ambíguo, o excesso de organização também é ruim; e se foi necessário que num determinado momento a Igreja se institucionalizasse e se organizasse, ao correr dos séculos essa organização foi mal compreendida e ficar um pouco fechada sobre si mesma. Diante da reação do protestantismo essa marca da Igreja enquanto instituição foi afirmada mais violentamente nos séculos XV e XVI, em todo o período da contra-reforma. Nesse momento surgiram os missionários, formou-se uma nova "casta", uma coisa "diferente" que foi o sacerdote. E foi exatamente nesse momento da contra-reforma, da Igreja instituição centralizada em Roma, que surgiu a América, séculos XV e XVI. E com um dado novo: a América Latina surgia a partir da colonização da Península Ibérica, Espanha e Portugal. Estes dois países tinham características especiais com relação ao resto da Europa. Enquanto o resto da Europa teve na Idade Média que começou no século VIII e entrou em declínio no século XIV, pelo problema da reconquista contra os mouros, a Idade Média Espanhola praticamente teve início no século XV. De maneira que Espanha e Portugal chegaram com um atraso considerável do ponto de vista instituições e econômico-social. Portanto, fomos colonizados por países atrasados; enquanto a Inglaterra e a Holanda deixavam a Idade Média e lançavam-se na grande aventura do mercantilismo, Espanha e Portugal ainda tinham estruturas medievais, de cristandade. A América Latina herdou, portanto, o atraso desses dois países. Nos nascemos atrasados - o que é um dos fatores que pode explicar a nossa diferença com a América do Norte.

### 2. Herança Peninsular para a América Latina

---

Para entender, pois, a Igreja na América Latina devemos lembrar que ela aqui ancorou no momento em que a instituição era muito acentuada diante da reação protestante, após a longa maturação da reforma gregoriana e quando a Idade Média, fenômeno já desaparecido em outros países, começava a ser vivido na Península Ibérica, sendo transplantada para a América Latina, trazendo consigo a estrutura educacional clerical. O ensino nasce nas mãos da Igreja. Temos então a identificação natural entre Igreja e sociedade e, por consequência, uma identificação com as estruturas sociais todas, inclusive com a estrutura de poder. A Igreja identificou-se com o grupo dominante, o grupo que detinha o poder político e o poder econômico. Na América espanhola era a Igreja uma das grandes proprietárias de terras. Enquanto instituição a Igreja estava do lado da estrutura colonial espanhola e as vozes de um frei Caméca no

Brasil ou de um Pe. Idalgo, no México, eram ecos marginais de libertação. Quando a Independência foi proclamada pelos vários países latinoamericanos, inspirada no liberalismo francês, muitos membros da Igreja lutaram pelos colonizadores, aderindo após ao novo poder que surgia. Sabemos contudo que a hossa independência foi fictícia: houve uma transplantação nacional de poder, mas o poder local permaneceu nas mãos dos grupos que possuíam as terras.

### 3. Conservadorismo e Anticlericalismo

---

No século XIX temos a identificação da Igreja com as forças conservadoras e todas as forças de libertação na América Latina, quase sem exceção, fizeram-se contra a Igreja, foram anticlericais. Os próprios cristãos engajados nesses movimentos de libertação era levados a entrar em choque com as estruturas da Igreja. Se examinamos os países da América espanhola constatamos ser sinônimo, em quase todos, ser católico e ser direitista e conservador; anticlerical igual a liberal e esquerdista. Na Colômbia e no Equador ainda ocorre essa identificação unilateral. No Equador tivemos o fenômeno Garcia Moreno, preidente católico. Querendo fazer do Equador um país católico, Moreno andou pelas ruas de Quito, de pés descalços e uma grande cruz aos ombros, num ato de fé público. Pouco depois êle era assassinado; a república anticlerical tinha sido preparada por êle. No Brasil houve o fenômeno do "padroado". No século XIX, a Igreja sendo oficial, o Imperador manifestava-se sobre uma lista triplíce de nomes entre os quais deveria ser escolhido o bispo. Isso levou à célebre "questão religiosa", no fim do século XIX, com D. Macedo Costa e D. Vital que se opuseram, tendo sido prêso êste último. Foi graças à República, a anticlericais, que fizeram no Brasil a lei de separação da Igreja do Estado. Hoje todos nós a consideramos altamente salutar, uma vez que a Igreja libertou-se dessa união e pode renascer graças a nova liberdade, sem sujeição a política do Estado.

### 4. As Novas Gerações Cristãs

---

A geração mais notável do século XX foi a de 1918. É a geração dos jovens universitários que, na Argentina, no Peru e no México, trouxeram toda uma nova reflexão à América Latina, correspondendo a uma espécie de socialismo iberoamericano. Essa geração foi responsável pela reforma universitária de Córdoba, pela qual os estudantes universitários pleitearam e conseguiram a sua participação na gestão das universidades. Problema cogitado em 1953 no Brasil, já tinha sido resolvido em 1918 na Argentina, México e Peru. Essa geração é a dos primeiros socialistas latinoamericanos: Palacios, na Argentina, Haya de La Torre, no Peru. Era uma geração radicalmente anticlerical. Hoje ela é considerada altamente reacionária. No México tivemos, no século XIX, um movimento nacional, nativo, de afirmação mexicana diante das pressões dos Estados Unidos. Esse movimento cristalizou-se em torno da figura fantástica de Benito Juarez, mestiço liberal que liderou todo o México. Os conservadores, identificados com os católicos, ligados a Napoleão III que defendia os Estados Pontificios na Itália, impuseram ao México um imperador austríaco. Portanto, um país em plena fase de afirmação é invadido por tropas francesas em nome da fé e entregue a um imperador austríaco que nem sequer falava espanhol. Poucos anos depois, como não podia deixar de acontecer, Maximiliano é fuzilado e Benito Juarez volta numa onda anticlerical. No começo do século ocorre a revolução mexicana marcada pelo anticlericalismo, há um choque entre as forças revolucionárias e conservadoras e a Igreja, confundida com os conservadores, é perseguida. Quando a revolução tornou-se mais violenta, aguçando a perseguição no período do presidente Elias Calles, os católicos, em nome de Cristo Rei, organizaram-se numa espécie de guerrilha, os "cristeros", enfrentando as tropas de Calles, derramando sangue. Em Cuba mais da metade do clero era espanhol e no início da revolução, quando ainda ela não se tinha definido, os superiores espanhóis das congregações religiosas mandaram rezar uma pomposa missa pela saúde de Franco; quando o meio universitário entrou em greve, protestando contra as torturas de Batista, a universidade católica de Cuba foi a única a permanecer aberta, abrigando os jovens das mais privilegiadas famílias. Sabemos também, segundo o Nuncio Apostólico do Egito, que foi tratar do problema da Igreja em Cuba, que

a maioria dos sacerdotes não foram expulsos, mas fugiram. O que não contesta que há uma perseguição religiosa em Cuba, mas as suas raízes são muito mais turvas do que parecem.

Em 1930 houve um florescimento em toda a América Latina, surgindo uma geração de convertidos ao catolicismo. É curioso que tenham sido os convertidos, e não as pessoas que descobrem pela primeira vez a Igreja, e não os provocadores da renovação da Igreja. No Brasil tivemos Jackson de Figueredo, Alois Amoroso Lima e tantos outros. No Chile, um grupo de universitários assistido pelo Pe. Houtardo e Pe. Manuel Larrain, hoje bispo de Talca e presidente do CELAM. Em outros países, como na Venezuela, apareceram outros grupos de convertidos.

Há três gerações católicas que se encontram na América Latina hoje. A 1ª é uma geração integrista, identificada com o conservadorismo, tendo uma visão medieval do temporal e do espiritual, isto é, o temporal afogado dentro do espiritual e considerando o natural como algo pecaminoso, uma espécie de fuga do sobrenatural. Temos uma geração de 1928-30-37 que surgiu com o movimento litúrgico, bíblico, que criou a Ação Católica e preparou o Vaticano II, que hoje aprova as intuições dessa geração. Essa geração descende diretamente de uma família européia chamada os "cristãos sociais", fruto da revalorização do tomismo na reflexão da Igreja, a partir de Leão XIII. Ela tem como figura polêmica Jacques Maritain. Ela faz a distinção do espiritual e do temporal, descobrindo a espiritualidade do temporal. Contudo, a nossa geração hoje reconhece um excesso naquela geração de separar o espiritual do temporal, num artificialismo talvez provocado pela perspectiva escolástica, de maneira que para ir ao temporal eu tenho quase que "batizá-lo", porque ele está fora do espiritual. Portanto, para que um católico seja democrata é preciso injetar essa democracia de espiritual e dar a ela o nome de "democracia cristã", sindicato cristão, etc. É uma geração de "ghetto", na necessidade dos cristãos de se organizarem enquanto cristãos.

A nossa geração atual faz um esforço de visão diferente em que nós não temos, como os integristas primitivos, o temporal afogado dentro do espiritual; nem como a geração da renovação tomista em que temos o temporal ao lado do espiritual e sim o espiritual dentro do temporal, no coração do temporal, partindo do princípio de que Deus está em tudo, no coração de todos os homens, nas coisas, na matéria. Portanto, qualquer ação boa de qualquer homem é uma ação da graça de Deus nele. É então o esforço, como diz Teilhard de Chardin, "não de distinguir para unir, mas unir para distinguir". É o esforço de um 3ª geração que não quer ser democrata cristã, nem socialista cristã, nem anarquista ou monarquista cristã, mas quer ser cristãos que são socialistas ou democratas ou qualquer outra coisa de acordo com a sua opção pessoal.

Na América Latina é ainda a 1ª geração integrista que dá a tônica na maioria da Igreja, do ponto de vista sociológico; a 2ª geração amadureceu no Chile e chegou à presidência com Eduardo Frei e a 3ª está em processo de maturação, nascendo em todos os países, atingindo sobretudo os movimentos de juventude. A transformação social é rápida na América Latina e se a Igreja chegará ou não em tempo de acompanhá-la é o problema que se coloca, uma vez que ela esteve quatro séculos comprometidas, pelo menos alguns de seus membros, com a "desordem estabelecida", como dizia Mounier.

### 5. Democracia Cristã na América Latina

Há duas correntes na Democracia Cristã na América Latina: no Chile, Venezuela e Argentina e certos grupos no Brasil têm uma experiência que já podemos caracterizar como democrata cristã. Na República Dominicana há agora o Partido Social Cristão através do qual os cristãos, ainda com o espírito da geração integrista, querem participar da política. São democrata cristão porque é moda ser democrata cristão. Em Porto Rico a Democracia Cristã nasceu com uma bandeira azul estampando o emblema de Nossa Senhora e não apresentando originalidade. Mesma coisa outros movimentos democratas cristãos na América Latina que não apresentam nada de novo e são profundamente conservadores. No Chile e na Venezuela a Democracia Cristã merece uma análise mais séria, pois na Venezuela ela já tem uma experiência de poder que se inicia agora no Chile. O interessante da Democracia Cristã do Chile é que seus partidários começaram a se preparar em 1934. Há 30 anos Eduardo Frei ia para a Europa estudar política; há 30 anos eles vêm formando gente. Há portanto seriedade na Democracia Cristã chilena. Agora o

problema da democracia cristã deles é que ainda mantém uma reflexão próxima ao "Humanismo Integral" de Maritain, onde ele colocava o fim da cristandade medieval mas a necessidade de se construir uma nova cristandade. Ele querendo fugir da cristandade medieval não escapava do problema da cristandade, ou seja, no mundo de hoje não teria sentido uma sociedade civil confundida com algum credo religioso. Partimos para um mundo pluralista onde coexistem diferentes crenças, diferentes idéias e onde a Igreja tem que ser um grupo sociológico dando testemunho no meio dos outros. No momento em que eles, destruindo uma idéia medieval, queriam fundar uma nova cristandade, sentiam necessidade de que os cristãos participassem da vida política para construir a nova cristandade, mas participassem unidos - no fundo porque os católicos não tinham se libertado de um complexo de inferioridade. Isso é, já que estivemos omissos durante todo o século passado vamos estar presentes enquanto católicos para mostrar que os católicos não estão ausentes. Uma distinção célebre de Maritain é a que ele faz de "agir como cristão e enquanto cristão". Uma coisa é agir em nome da Igreja, outra é agir por minha livre iniciativa. O problema da Democracia Cristã é este: é que ela ainda reduz o cristianismo a uma ideologia, ou seja, em vez de ver que a essência do cristianismo é uma adesão a Jesus Cristo enquanto pessoa histórica, adesão que se dá em qualquer tempo, lugar ou regime político, desde que haja, é claro, total respeito à pessoa; em vez de ver essa essência do cristianismo, este foi reduzido a uma série de opções quase que temporais-sociais. Extraiu-se da doutrina social da Igreja uma ideologia cristã, sem se dar conta que o cristianismo transcende a qualquer ideologia. Resultado: Eduzrdo Frei sobe no Chile em nome da Democracia Cristã, afirmando que fará a "revolução com liberdade". No caso de conseguir, de ter êxito no seu governo, a Igreja, que o apoiou, ganhará prestígio. Mas é isto que a Igreja busca? No caso que Frei fracasse, é a Igreja que fracassa, porque ela está comprometida com a sua experiência. Se por acaso houvesse uma revolta radical no Chile e Allende ou outro subisse ao poder, a Igreja seria perseguida, pois estaria confundida com o partido que detém a situação, ao invés de transcendê-la, alimentando, inspirando os cristãos nas diversas opções temporais.

Nota: este texto, extraído do gravador, não foi revisto pelo autor.

Reprodução proibida.

CONCLUSÕES DOS TEMAS APRESENTADOS NO 1.º ENCONTRO DO CONSELHO NACIONAL ACI COM REPRESENTANTES DAS BASES DO MOVIMENTO. (18,19,20/7/1967).

TEMAS: O LEIGO CONSTRUTOR DO MUNDO  
APRIMORAMENTO HUMANO DO MILITANTE  
ESPIRITUALIDADE PARA O ENGAJAMENTO

As exposições e as conclusões estão apoiadas nos documentos conciliares (Apostolicam Actuositatem, Gaudium et Spes e Lumen Gen - tium) e dão ênfase às sínteses do 1.º Encontro Sul Americano de ACI, realizado em agosto de 1966, em Porto Alegre.

1) SÔBRE A EVANGELIZAÇÃO E O ENGAJAMENTO, A ACI

- a) propõe-se a aproveitar tôdas as ocasiões para "exercer o apostolado de evangelização e de santificação";
- b) exercer o seu apostolado a partir da vida e "no meio social / esforçar-se por penetrar de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que cada um vive";
- c) propõe-se ao "anúncio de Cristo pela PALAVRA";
- d) afirma que não há lugar para a divisão entre religião e vida, entre evangelização e humanização, entre evangelização e engajamento;
- e) deseja colaborar na construção do mundo moderno, sendo um Movimento de leigos que "deven assumir como sua tarefa própria/ a renovação da ordem temporal";
- f) propõe-se a impelir os militantes - como leigos - a se engajem no temporal "iluminados pela luz do Evangelho, conduzidos pelo espírito da Igreja, impelidos pela caridade cristã, devendo neste domínio agir por si próprios, de uma maneira bem determinada";
- g) esclarece, em determinada etapa da vida do militante, pode haver trabalhos que sejam considerados como caminhos para o engajamento. Nessa linha, o dever do estado, pode ser considerado como caminho normal para o engajamento autêntico, se não fôr limitado ao trabalho cotidiano devida à família, mas se procurar a transformação e a abertura evangelica desta pequena comunidade e sua integração nas outras comunidades que a rodeiam;
- h) atendendo aos apêlos pontifícios, (Populorum Progressio) afirma que "nos países em vias de desenvolvimento, assim como em todos os outros, os leigos devem assumir como tarefa própria/ a renovação da ordem temporal...pelas suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida. São necessárias modificações e são indispensáveis por insuflar nestas o espírito evangelico";

- i) continua, pois, insistindo que há necessidade de engajamento/específico no meio, que devemos ter preocupação constante de presença comprometida em organizações que atuem antes sobre/as causas? De que sobre as consequências, buscando criar estruturas sociais que possibilitem a plena realização de todos os homens;
- j) resolve também, que uma vez respeitadas as legítimas limitações, as pessoas incapazes de atender aos objetivos do Movimento, sejam caridosas, mas lealmente orientadas para outro tipo de atuação;
- l) Acentua que os engajamentos devendo ter a dimensão pessoal / do militante, do meio ou da região onde ele atua, o Movimento não pode exigir que os militantes tenham os mesmos graus de engajamento temporal;
- m) acentua, finalmente, que os militantes engajados devem manter-se em revisão contínua de seus engajamentos, sempre dispostos a reflexão e ao diálogo. Enquanto leigos adultos na Fé assumem pessoalmente os riscos do engajamento, sem comprometer a Hierarquia ou o Movimento,

2) SÔBRE A ESPIRITUALIDADE PARA O ENGAJAMENTO, A CONCLUSÃO FOI A SEGUINTE:

"A fecundidade do apostolado dos leigos depende de sua união vital com Cristo na Igreja, alimentada por meios espirituais comuns a todos os fiéis, principalmente pela participação ativa na Sagrada Liturgia.

Não separem a união com Cristo da sua vida, mas cresçam nela enquanto realizam o próprio trabalho segundo a vontade de Deus.

Só pela luz da fé e meditação da palavra de Deus pode alguém sempre e por toda parte divisar Deus em que vivemos, nos movemos e somos, procurar em todo acontecimento sua vontade, ver Cristo em todos os homens sejam parentes, sejam estranhos, proferir julgamentos corretos sobre o verdadeiro significado e valor das coisas temporais em si mesmas e em relação ao fim do homem" (Apostolicam Actuositatem Nº 4)

A obra redentora de Cristo consiste essencialmente na salvação dos homens, inclui também a ordem temporal. Portanto, a missão da Igreja e aqui, especificamente a missão do leigo engajado - não consiste só em levar aos homens a mensagem de Cristo e a Sua Graça mas também em penetrar do Espírito Evangélico as realidades temporais e aperfeiçoá-las. (Apostolicam Actuositatem Nº 5)

E' esse o Espírito que insufla os nossos engajamentos.

20/4/61

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

ARIADO NACIONAL  
MIGUEL LEMOS, 97  
RIO DE JANEIRO

AGENDA DA REUNIÃO COM D. HELDER  
em 10.4.61

=====

1. Comunicações - Providências, preparação, presença de D. Helder. reuniões gerais: 21/4; 11/5. Presença de D. He. *dele*  
conselho nacional de joc - idem ✓  
boletim nº 2, especialmente o histórico: opinião, *maneira hoje é tarde*  
continuação dos estudos. ✓  
juc: reforma universitária - tema e reunião. Entr e vista com o sr. cardeal.

*fi.c.*

2. O problema dos assistentes nacionais.

*ass. geral. D. Helder*  
jac: P. Caramuru. Pensam para outro, futuramente.  
jec: P. Franz viajou 4a. feira. Quem? Lista. *deu e f*  
jic: P. Italo. Como.  
jecf- P. Lamartine. Também com adultos, secretário, jecf-regional centro-leste, rio.  
joc e jocf: P. William  
juc: Frei Romeu. Pensam em P. Sena.  
adultos meio independente: P. Lamartine. Frei Este  
meio operário. P. Italo. Como. P. Riou

*ass. juv.,  
conf. l. t. e. e. e.  
7. do de janeiro*

24/8/61

AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA  
secretariado nacional  
rua Miguel Lemos, 97  
Copacabana, Rio, Guanabara

### REUNIRIO DO CONSELHO

DIA 24 de agosto de 1961 às 17,30 h na sede em Copacabana.

agenda: 1. preparar o ANIOU

propomos: uma revisão dos encontros nacionais (objetivos, dificuldades encontradas, preocupações surgidas, resultados práticos) e colocação do problema "ligas camponesas". jac.

2. analisar e discutir pontos sobre a.c. em face ao C.J.B.

- atuação dos movimentos de A.C.
- importância que dão ao C.J.B.
- participantes das comissões, funcionam?
- encaminhar a atuação para uma linha de WAY (sugestão).

Possibilidade de eleger um vice-presidente de A.C.

Examinar a atuação diante do seminário de Reforma Agrária.

3. avisos e sugestões gerais.

4. pedimos aos representantes que tragam por escrito, alguns pontos já estudados pela equipe sobre ESPIRITUALIDADE DA AÇÃO, para um próximo estudo em comum.

5. Espiritualidade - Enciclica Mater et Magistra  
P. Lourenço

12/3/64

Do: Secretariado Nacional  
As: Equipes Nacional de AC  
Assunto: reunião do Conselho

## REUNIÃO DO CONSELHO

---

Sendo esta a primeira reunião do Conselho do ano de 1964 espera-se um pleno comparecimento: dirigentes e assistentes. Vários acontecimentos ocorridos com a AC no país, neste intervalo de nossas reuniões, estão a exigir uma séria reflexão de nossa parte e consequente tomada de atitude para o futuro. Faz-se premente aparecermos como uma unidade, com a força e o destemor que se esperam de leigos autênticos no Brasil de hoje, nós que amamos o Cristo e a sua Igreja e assim desejamos testemunhar: povo de Deus - fermento, sal, luz - para que todos os brasileiros possam conhecê-Lo.

Nossa agenda será mais puxada e a reunião mais longa.

### Agenda:

1. Preparação do "petit aeiou" de 21 de março, sobre o esquema conciliar do Apostolado dos Leigos.
2. Reunião do Secretariado com os novos membros chegados às Equipes Nacionais.
3. Dialogar com D. Padim sobre a carta endereçada à AC, em seu nome, pelos Bispos representantes dos Regionais da CNBB.
4. Levantamento da situação da AC face às solicitações (na base, estaduais, nacionais, etc.) e as possibilidades atuais. Como continuar? Situar os mais graves: assistentes, recursos, críticas, etc. Analisar as últimas tensões: Bahia, Pronunciamento de Minas, Regional da CNBB no Nordeste e outras.
5. Livraria.
6. Secretariado Nacional. Perspectivas.
7. Sugestões francas.

Data - 12 de março

Local - Miguel Lemos, 97

Horário - 17 hs., com lanche às 19:30 hs., continuando a reunião.

3/12/62

jae

Secretariado Nacional de ação católica.

Séde, 3 de dezembro de 1962.

Reunião do Conselho : última do ano.

Horário : 17:30 hs. (antes um lanche rápido).

Agenda :-

1. Revisão dos estudos sobre o plano de emergência da CNEB, realizados no Alto da Boa Vista.

- relatório : - a quem será enviado.
- pequeno comentário a respeito.

2. Dias de estudos para 1963 - primeiro semestre.

sugerimos: -data : em fins de março.

-duração : um sábado e domingo.

-temário : análise do plano econômico-social da CNBB.

3. Festa de Natal, na Pinheiro Guimarães.

• confirmação da data : 20 de dezembro.

• convite a Dom Helder para uma exposição sobre o Concílio.

• 20 horas: lanche.

presentes ( sorteio de livros ).

comemoração e despedidas.

4. Notícias diversas. Participação nos Encontros regionais e Conselhos nacionais dos diversos setores.

5. Observações e sugestões das EENN, de interesse para toda a AC.

Nota. O Conselho será aberto para outros membros das equipes, que desejarem nos honrar com sua presença.

16/4/63

SECRETARIADO NACIONAL DE AÇÃO CATÓLICA

REUNIÃO DE CONSELHO

local : rua miguel lemos 97

horário : 17 horas, com lanche "substancioso" às 19 horas e 30 minutos

data : dia 16 de abril de 1963

AGENDA

1) comissões dos dias de estudo sobre plano de emergência

- novo texto de renovação Paroquial ( final )
- análise ( final ) dos demais textos já em mãos das E E N N
- resolver se será enviado: a todos os militantes dos setores aos nacionais e regionais da C N B B

( as E E N N comprometeram-se a um estudo sério dos documentos )

2) encontro dos secretariados nacionais de C N B B ( 22 a 27 de abril )

como os expositores escalados até hoje não conseguiram apresentar sequer os roteiros dos seus trabalhos, houve dificuldades para a comissão nomeada agir . assim, fazemos as seguintes observações :

- |                             |    |  |                   |
|-----------------------------|----|--|-------------------|
| <u>temário</u>              | a) | . visão da realidade - Pe. Caramuru                                      | <i>- educação</i> |
| I                           |    | . respostas pastorais ( pastoral de conjunto )<br>Pe. Caramuru           |                   |
|                             | b) | . a igreja e o plano econômico - social - D. Távora                      |                   |
|                             | c) | . a Pastoral de Conjunto e as perspectivas do Concílio - D. Hélder       |                   |
| II                          | d) | . revisão dos secretariados nacionais e planejamento                     |                   |
|                             | e) | . preparação da revisão do Plano de emergência, dos regionais da C N B B |                   |
| <u>participação da A.C.</u> |    | . conselho representará  |                   |
|                             |    | . cuidados a tomar   |                   |
|                             |    | . nossa responsabilidade   |                   |

observações : é importante que os dirigentes e assistentes nacionais tragam todas as questões e observações que tiverem à respeito

3) avisos .....

# Reuniões de Conselhos

24-8  
1961

Preparação de acion -

- revisão
- colocações dos prob. ligas camponesas
- levar as eqs. à 1 preocupação dos outros mpsr/.
- " " " " leitura de conclusões, circunl, etc.

Pensar na unidade de de pensaf - Ações letólicas  
Conselhos - cabeça de A.C.

Encíclica - importantíssima p: A.C.

Sugestões p: acion - Encíclica - de - todo  
Concílio Vaticano II.

Enc. manhi - Pe. Arila - parte teórica -  
tarde - - parte prática -

Próximos Conselhos - mensal - 12 de setembro  
espírito de unidade de longo

Odete, Lúcia, Sandra, Edith, Hieme, Barreto, Gleoni  
Dionamir, Toes, Helene e Pe. Caramun

Envelopes - jac - 25 - já recebidos

A.C.B. - esp., 5/1964

MOVIMENTOS ESPECIALIZADOS DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

(Sentido, linha de ação e método)

Documento-base da A.C.B. aprovado pela Comissão Episcopal de A.C. e Apostolado dos Leigos e pela Comissão Central da C.N.B.B.

- Maio de 1964 -

O documento elaborado pelas equipes nacionais da A.C.B., após contatos com as equipes regionais de cada movimento, foi submetido à deliberação da Comissão Episcopal da A.C. e Apostolado dos Leigos e da Comissão Central da C.N.B.B., reunidas conjuntamente de 25 a 28 de maio de 1964. Após a síntese apresentada pelo Assistente Geral da A.C.B. e dos debates por parte dos membros das referidas Comissões e de outros Srs. Bispos presentes, foi o documento-base considerado aceitável para orientar a atuação da A.C.B., com o acréscimo das explicitações abaixo transcritas. Deliberou-se, ainda, encaminhar êsse parecer de ambas as Comissões à apreciação de todo o Episcopado, na Assembléia Geral, de setembro próximo, em Roma.

Assinaram o parecer os seguintes membros presentes de ambas as Comissões:

- Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta - (Cardeal-Arcebispo de Aparecida)  
- Presidente da C.N.B.B.
- Dom Jaime de Barros Câmara - (Cardeal-Arcebispo do R. de Janeiro)  
- Presidente da Comissão de A.C. e Apostolado dos Leigos
- Dom Fernando Gomes dos Santos - (Arcebispo de Goiânia)
- Dom José de Medeiros Delgado - (Arcebispo de Fortaleza)
- Dom José Vicente Távora - (Arcebispo de Aracajú)
- Dom Manoel Pereira - (Bispo de Campina Grande)
- Dom Helder Câmara - (Arcebispo de Olinda e Recife)  
- Secretário-Geral da C.N.B.B.

Explicitações a serem inseridas:

1. Acrescentar à página 10 (da cópia mimeografada):

Reconhecidos oficialmente pela hierarquia, em virtude dos estatutos da A.C.B. promulgados pelo Episcopado e ainda em vigor, os movimentos especializados representam, na sua ação missionária, a Igreja no meio que lhes foi confiado e representam o respectivo meio na comunidade de Igreja.

2. Acrescentar à pag. 13, antes do período que se inicia na linha 36:

Como representante do Bispo Diocesano, deve o Assistente transmitir ao movimento a orientação pastoral por êle fixada, contribuindo para o maior estreitamento das relações entre o Pastor e os militantes.

3. Acrescentar à pag. 14, no fim da linha 38:

No caso da A.C., a sua íntima vinculação ao Bispo Diocesano exige que a atuação do militante se faça em permanente comunhão com o Pastor, sucessor dos Apóstolos.

4. Substituir, à pag. 15, o período que se inicia na linha 23:

Este diálogo exige lucidez e participação; implica da parte da hierarquia o exercício da autoridade com vista ao bem comum da Igreja, visando a formar uma Ação Católica "unida sem dúvida à hierarquia da Igreja, disposta mesmo a lhe obedecer e a ajudá-la, mas igualmente capaz de tomar suas próprias iniciativas e responsabilidades, como convém a um organismo destinado a formar cristãos conscientes e adultos, e a dar à expressão multiforme da sua vida católica o caráter de maturidade e de força que convém ao fiel militante e moderno". (Paulo VI - Alocução aos Assistentes Diocesanos da A.C. Italiana - 25.7.63).

5. Acrescentar, à pag. 15, no fim da linha 45:

Terão os movimentos sempre o cuidado de não permitir exclusivismos na recomendação dos engajamentos, respeitando a liberdade dos militantes em suas opções.

O Secretariado

MOVIMENTOS ESPECIALIZADOS DA A.C.B.

( Sentido, linha de ação e método )

As equipes nacionais dos movimentos especializados de A.C., juventude e adultos, após o Encontro Nacional de Assistentes em julho, e de seu Encontro semestral em setembro de 1963, redigiram este documento-síntese.

Apresentamo-lo á Comissão Episcopal de Ação Católica e Apostolado dos Leigos, e a todos os Exmos. Snrs. Arcebispos e Bispos do Brasil como a expressão do sentido da linha de ação e do método que orientam estes movimentos.

\*

Nosso espírito está iluminado por este momento histórico espiritual que é o Concílio Vaticano II. Nossa palavra é a do saudoso Papa João XXIII, de esperança nos tempos modernos, em discordância com os profetas de desgraças, conscientes de que uma nova ordem de relações humanas nasce para o mundo concorrendo para a edificação do reino de Deus. Comungamos com a "Mensagem ao Mundo" dirigida pelos Bispos em Concílio, a todos os homens, a todas as nações: Mensagem de salvação, amor e paz que o Cristo trouxe ao mundo. E olhamos para o mundo, especialmente o Brasil, na perspectiva aberta por Paulo VI: "Que o mundo saiba: a Igreja olha para ele com profunda compreensão, com sincera admiração, com desejo real não de conquistar mas de o servir; não de desprezar mas de o valorizar, não de o condenar, mas de animar e salvar".

Temos consciência, os leigos, de nossa missão de "ponte" entre a Igreja e a sociedade temporal, como o afirma Paulo VI, no seu discurso aos diplomados, de 3 à janeiro deste ano: "Eis porque também se fala do laicato católico como "ponte" entre a Igreja e a sociedade... a ponte é necessária. A ponte sois vós. Vós, diplomados católicos. Não apenas vós, pois numerosos outros fiéis do laicato católico, organizados ou não realizam esta função que consiste em colocar a vida religiosa da Igreja em comunicação com a vida profana da sociedade temporal". (Conf. "Igreja em Fôso" nº 19, 1964).

Nossa missão, embora de origem divina, está profundamente encarnada na cidade dos homens. A realidade humana que buscamos consagrar é a situação vivida pelo Brasil nesta conjuntura histórica em que a providência nos colocou. Apresentamos pois em uma síntese objetiva, alguns aspectos que condicionam a vivência cristã e a ação apostólica do laicato, que constituem mesmo a matéria em que ela se desenvolve.

I. Aspectos da situação

1. Brasil, país em vias de desenvolvimento.

Parte integrante do "Terceiro Mundo", o Brasil empreende, sobretudo no último decênio, um esforço gigantesco de desenvolvimento. Compreendido em seu sentido global e não apenas econômico, e na sua complexidade, é o problema humano fundamental de nossa época. Assinalamos apenas alguns de seus aspectos e exigências mais diretamente ligados ao nosso objetivo.

- A técnicação. A necessidade de melhor aproveitar os recursos naturais e aumentar o índice de produtividade leva o país a um pro -

cesso rápido e crescente de técnicificação. Somos chamados a um esforço intenso de competência e especialização que nos colocam continuamente em face de novas tarefas e novos desafios.

- A planificação, exigência e fruto da técnica, busca racionalizar, organizar e aproveitar melhor os esforços, sem dispersão nem desperdícios de energias e valores. Coloca-se hoje como o imperativo do desenvolvimento. Mas exige competência, opção, exercício responsável da liberdade, recusa à dominação e à tecnocracia. Estão em andamento vários planejamentos regionais, planos nacionais de alguns setores, e cada vez mais se impõe a urgência de um plano nacional global. Técnicificação e planificação tendem a modificar sensivelmente as estruturas políticas e sócio-econômicas do país, e são igualmente por estas condicionadas.

A socialização, que leva os indivíduos e grupos a uma interdependência crescente de suas relações na sociedade, comporta hoje uma gama variada de grupos, movimentos, associações, instituições, visando atingir objetivos que ultrapassam as capacidades e meios de que os indivíduos dispõem. Supõe porém homens conscientes, livres levados por natureza a agir como responsáveis no reconhecimento e respeito às leis do desenvolvimento comum e do progresso social. Exige conscientização e renovação das comunidades de base e dos grupos intermediários e sua participação efetiva no poder. Supõe, igualmente, que os homens, investidos de autoridade pública, assumam suas responsabilidades precisas exigidas pelo processo de desenvolvimento. (Conf. "Mater et Magistra").

- As reformas estruturais. "Estamos diante da necessidade de uma transformação decisiva e urgente, isto é, da passagem para uma outra estrutura social em que a pessoa recupere toda sua dimensão humana, no uso da liberdade e dos recursos correspondentes a um digno padrão de vida". (Mensagem da Comissão Central da CNBB, de 30/5/63). Sem pretender um exame exaustivo de todas as transformações, a mensagem da Comissão Central aborda as que parecem mais urgentes e mais atinentes aos problemas humanos: reforma agrária, empresarial, administrativa, eleitoral, tributária, educacional.

É necessário porém que sejam autênticas reformas, capazes de criar as condições indispensáveis ao rápido desenvolvimento, e ajudem o povo todo a uma participação efetiva e funcional na construção, orientação e nos benefícios da comunidade nacional.

- A conscientização. É a tomada de consciência progressiva de uma promoção humana integral. O homem toma consciência do mundo que deve transformar e colocar a seu serviço e a serviço dos outros. Toma consciência dos outros com quem deve se comunicar. É neste esforço de intercomunhão recíproca que ele encontra seu aperfeiçoamento e realização. A matéria, as estruturas, as instituições são instrumentos desta comunicação, autênticos na medida em que favorecem a intercomunhão de pessoas. É neste esforço contínuo de assumir o universo em comunhão com os outros, que ele exerce sua liberdade, sua capacidade de iniciativa e realização de seu destino. É igualmente neste exercício livre de sua responsabilidade histórica que efetua o encontro e a comunhão com Deus, sujeito absoluto, princípio e fim do universo e da história.

Todos os fenômenos que assinalamos anteriormente, somados à intensificação dos meios de comunicação, e a técnicas cada vez mais aperfeiçoadas e amplamente aplicadas de educação popular, estão promovendo em todo o país um processo intenso de conscientização. É necessário porém um esforço para garantir-lhe a linha e o conteúdo de verdadeira libertação e realização das pessoas.

- A politização. É uma consequência da conscientização. Visa a levar todos e cada um a participar mais efetivamente na construção da comunidade em todos os seus níveis, dos grupos locais à comunidade nacional e internacional. Significa um esforço de conhecimento o mais claro, objetivo e global possível, da situação. Exige que cada um participe dos centros de decisão da sociedade, de sua organização concreta, tentando su

3.

perar estruturas injustas de dominação e desequilíbrio e construir estruturas e instituições que favoreçam a libertação, o aperfeiçoamento e a comunhão das pessoas.

Este processo de politização intensifica-se hoje, sobretudo entre as classes trabalhadoras que encontravam-se e encontram-se ainda em grande parte marginalizadas da vida nacional. Ao mesmo tempo está provocando uma radicalização cada vez mais profunda entre grupos que se debatem por posições ideológicas e projetos históricos diversos.

- A cultura popular. É consequência em grande parte, de uma autêntica conscientização e politização. É o povo brasileiro e todo o povo, conscientizado e politizado, criando livremente suas formas de expressão, seu modelo de desenvolvimento global. Distingue-se do "saber" que já é a cultura "sistemática", "justificada" e "explicada".

Para favorecer e mesmo possibilitar este processo, impõe-se a necessidade de um vasto programa de educação popular, conduzida dentro das técnicas modernas, mas numa autêntica promoção das pessoas, que devem tornar-se sujeitos de sua realização social e histórica.

- A opinião pública, fenômeno que com o desenvolvimento dos meios de comunicação, com o rápido crescimento demográfico, e com o processo acelerado de urbanização, assume dimensões amplas e inteiramente novas. Coloca em jogo porém, dois direitos fundamentais da pessoa: direito à liberdade de manifestação e difusão de pensamento, dentro dos limites da ordem moral e do bem comum; direito à informação verdadeira sobre os acontecimentos públicos ("Pacem in Terris").

- O fenômeno ideológico. Entendemos por ideologia o conjunto de idéias-forças, assumidas por um grupo engajado no processo social que o orientam no esforço de organização da sociedade, e na conservação ou transformação de sua estrutura e dinâmica social.

A ideologia supõe uma concepção determinada do homem, do mundo, da liberdade e da história; supõe pois uma doutrina, mas não se confunde com ela. A ideologia é a doutrina já aplicada; é fruto da reflexão entre a doutrina e o processo social. Uma doutrina pôde pois inspirar várias ideologias.

A ideologia é dinâmica. É revista e refeita diante da própria ação, evolução e experiência do processo. "Cumpra não identificar falsas idéias filosóficas sobre a natureza, origem e o fim do universo e do homem com movimentos históricos de finalidade econômica, social, cultural e política embora tais movimentos encontrem nestas idéias filosóficas a sua origem e inspiração. A doutrina, uma vez formulada, é aquilo que é, mas um movimento mergulhado como está em situações históricas, em continuo devir não pode deixar de lhes sofrer o influxo e portanto é susceptível de alterações profundas". ("Pacem in terris").

O fenômeno ideológico acentua-se profundamente na conjuntura brasileira. Três ou quatro correntes estão em jogo: neo-capitalismo, solidarismo, socialismo personalista, marxismo.

- Os projetos históricos. A ideologia implica na formulação de um projeto histórico que a concretiza. Este define a ação a desenvolver e a estruturação da sociedade a realizar. Situa-se no campo da opção e do engajamento completo. Uma ideologia pode inspirar vários projetos diferentes.

- Tensões internacionais. Esta realidade nacional está porém imersa em todo um contexto mundial, onde se processam os grandes embates políticos e econômicos da coexistência pacífica, e sobretudo, o grande desequilíbrio assinalado por João XXIII entre comunidades políticas desenvolvidas e 2/3 do mundo ainda no sub-desenvolvimento. Esta situação não é fruto somente de uma justaposição de dois mundos, mas em grande parte de estruturas injustas que mediatizam as relações mútuas e colocam em tensão os participantes desses dois mundos.

## 2. Brasil país em vias de pluralização

Todos estes aspectos que analisamos sucintamente, estão provocando uma crescente afirmação dos valores temporais, e uma busca de amadurecimento da comunidade humana. São realidades e exigências inteiramente novas que estão surgindo cada vez mais aceleradamente. Este processo está provocando:

- um desaparecimento progressivo do fenômeno sociológico de cristandade, em que a comunidade humana, mesmo em suas estruturas, mantinha uma quasi identificação com a comunidade de Igreja;
- uma crise progressiva de fé em várias camadas da população. O desaparecimento de uma vivência crista tradicionalista, e a exigência de uma fé cada vez mais de adesão pessoal a Cristo e à sua Igreja.
- uma modificação da posição sociológica da hierarquia e do sacerdócio ministerial, provocada pela evolução da sociedade humana. No plano da Igreja universal Paulo VI acaba de assinalar em alocução à nobreza romana: "Não somos mais, vós o sabeis, o soberano temporal... não estamos mais em condições de lhes conferir ofícios, benefícios, privilégios vantagens provenientes da organização de um estado temporal. Sentimo-nos humanamente pobres diante de vós... devemos acrescentar que o Papado, inteiramente absorvido por suas funções espirituais, fixou-se uma atividade apostólica que podemos dizer mais ampla e nova... O dever que incumbe à Santa Sé de consagrar-se à Igreja universal, e de manter-se um diálogo apostólico com o mundo moderno, hoje agitado por profundas e rápidas transformações, obriga a ter uma visão realista das coisas" . (Conf. "Igreja em Foco" nº 20, 1964).
- uma certa crise no seio do laicato em face do fenômeno ideológico, por causa de grupos que buscam ligar a Igreja a suas posições e opções políticas e apresenta-las, em nome da Igreja, como a única possível para o cristão, apesar da advertência da Comissão Central da CNBB em sua Mensagem de 30/4/63: "Queremos deixar bem claro que agimos com absoluta independência apostólica e que nossas afirmações não se inspiram em nenhum oportunismo, mas exclusivamente em aguda consciência de nossa responsabilidade pastoral, no momento que atravessamos. Qualquer interpretação que procure referendar as nossas palavras, por grupos ou movimentos políticos ou ideológicos, é ilegítima e por nós já repudiada".

Ao mesmo tempo constatamos o esforço de grande envergadura que a Igreja vem empreendendo para garantir nesta situação uma presença atuante a altura dos tempos.

O Plano de Emergência que consubstanciou vários anos de experiência pastoral, tornou-se hoje eixo propulsor de grandes realizações e esperanças.

Estas perspectivas estão porém a exigir uma renovação profunda do laicato em face das novas realidades e da rápida evolução social. Somente um laicato engajado, cristamente adulto, pode garantir uma presença eficaz da Igreja na comunidade humana e encaminhar o Brasil para uma sociedade pluralista, mas penetrada e vivificada em todos os seus aspectos pelo fermento evangélico.

Precisar a missão deste laicato e em especial dos movimentos especializados da Ação Católica, o papel que estão tentando desempenhar no conjunto de renovação pastoral e do Plano de Emergência, é o nosso objetivo.

## II - O leigo no mistério de salvação

### 1. O mistério de Cristo

O desígnio do Pai é "unir os filhos de Deus que estavam dispersos" (Jo. 11,52); "restaurar tôdas as coisas em Cristo, as que há nos céus e as que há na terra" (Ef. 1,10). Cristo "é a imagem do Deus invisível, o primogênito de tôda criatura. Porque nele foram criadas tôdas as coisas, nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, quer os Tronos, quer as Dominações, tanto os Principados como as Potestades; tudo foi criado por êle e para êle. E êle é antes de todos, e tôdas as coisas subsistem por êle. (Col. 1,15-17).

O Filho de Deus se fez homem (Jo. 1,14), assumiu totalmente sua condição de membro da comunidade humana (Fil. 2,7), solidária com o primeiro Adão. Mas por sua vida, paixão, morte e ressurreição, Ele transformou inteiramente a solidariedade e a relação de unidade do gênero humano, deu-lhe um sentido totalmente novo e fixou-lhe para sempre o destino na comunhão da vida divina.

No Cristo e pelo Cristo a humanidade é chamada a assumir, mais e mais, o universo, a realizar sua unidade essencial, mas numa dimensão nova e sobrenatural de filhos de Deus, participantes da vida íntima do Pai, do Filho e do Espírito Santo. "Tudo é vosso, mas vós sois do Cristo e Cristo é de Deus (1 Cor. 3,22-23). "Que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti; que êles também sejam um em nós (Jo. 17,21).

Cada homem que vem a este mundo está profundamente ligado ao Filho de Deus, e, por Ele, ao Pai e ao Espírito Santo. Traz em si o apêlo à graça e à salvação. Em princípio, todos são salvos e solidários no Cristo.

Mas é preciso que esta solidariedade e a nova relação com Aquele que é o único mediador entre Deus e os homens (Tim. 2,5) sejam consolidentes, livremente desejadas e ativamente assumidas. Elas não atingem sua plenitude de Igreja, Corpo Místico do Cristo, senão quando ratificadas pela Fé, Esperança, Caridade e pela participação sacramental na morte e na ressurreição do Senhor.

### 2. O Mistério da Igreja

Realizando, uma vez por tôdas, a redenção eterna (Heb. 9,12), Cristo a desenvolve e a completa ao longo da história até à consumação final do Reino.

É na Igreja e pela Igreja que Ele continua e desenvolve o desígnio de salvação do Pai, de "unir tôdas as coisas sob um único chefe, o Cristo" (Ef. 1,10).

A Igreja é a nova vida de comunhão no Cristo; não, porém, uma comunhão estática e realizada uma vez por tôdas, mas uma comunhão dinâmica que se faz continuamente, em marcha para a consumação. Nenhum homem lhe é inteiramente estranho como também ninguém a vive em tôda a plenitude.

Esta comunhão sobrenatural assume, no entanto, o homem inteiro, tôda a sua vida, exceto o pecado, suas características pessoais, todas as relações de solidariedade humana, e lhe dá um sentido novo, uma dimensão sobrenatural pela referência ao Filho de Deus e, por Ele, ao Pai e ao Espírito Santo. É a comunhão entre os homens que se aperfeiçoa e se torna, no Cristo, comunhão à vida divina.

Toda a Igreja, em todos os seus membros, se bem que de maneira diferente, é sinal eficaz desta comunhão, desta vida nova no Cristo, e instrumento de sua transmissão. Continuada do Cristo e primícia do Reino, toda a Igreja é profética, sacerdotal e real. Toda ela é engarrafada de revelar aos homens o desígnio do Pai e de leva-los à comunhão na

Fé e na Verdade (I Tim. 2,4). Toda ela participa da realizaçao do Senhor pois é a humanidade livremente submissa à realizaçao espiritual do Cristo e o instrumento de seu estabelecimento universal. Toda ela é sacerdotal, mediadora entre Deus e a humanidade, para comunicar aos homens os dons de Deus e oferecer ao Pai, no Cristo e pelo Cristo, a resposta da humanidade resgatada.

Encarnando-se em plena comunidade humana, transformando-a e consagrando-a, a Igreja atinge sua expressao e sua realizaçao mais perfeita na comunidade eucarística, para que, purificada e santificada, possa consagrar a vida toda e a história dos homens e encaminha-la ao Pai, no respeito total à sua natureza.

### 3. Hierarquia e laicato

Se bem que todos os membros do povo de Deus sejam sinais realizadores da comunhao no Cristo, o sinal por excelência - aquêle que, em última análise, a torna autêntica - é o Bispo em comunhao colegial com os outros Bispos, tendo o Papa como Chefe. Se o Bispo, sozinho não é a Igreja, não existe verdadeiramente Igreja, no sentido total, senão onde há o Bispo e onde se está em comunhao com Ele.

O Bispo é, não apenas o sinal da comunhao já realizada e sua conservaçao, mas o sinal de comunhao em estado contínuo de aprofundamento e de extensao em face daqueles que estao longe.

O leigo é o membro do povo de Deus que, pela Fé, Esperança e Caridade, pelo Batismo, pelos outros sacramentos, e, sobretudo, pela Eucaristia, vive e procura aprofundar esta comunhao no Cristo, através de todas as mediaçoes visíveis. Ele a desenvolve tanto no interior da comunidade da Igreja como na situaçao providencial na qual Deus o colocou na construçao da cidade dos homens.

## III - A açao do leigo, na Igreja e no mundo

### . O leigo, membro do povo de Deus na comunidade humana

Membro do povo de Deus na comunidade humana, o leigo aí conduz sua existênciã, assume-a inteiramente para dar-lhe a dimensao sobrenatural no Cristo, de acôrdo com o desígnio estabelecido desde os séculos em Deus (Ef. 3,9).

#### 1. O leigo construindo a cidade dos homens

É pelo contínuo amadurecimento de sua personalidade, pelo aperfeiçoamento de suas qualidades humanas colaborando com os dons da graça, que ele forma em si o homem novo, "que foi criado segundo Deus na justiça e na santidade da verdade" (Ef. 4,24).

Assumindo a responsabilidade da vida conjugal, os esposos cristãos fazem de seu amor e de sua uniao humana uma comunidade de graça, sinal e realizaçao específica do amor entre Cristo e sua Igreja (Ef. 5,32) para o crescimento da humanidade e do Corpo Místico de Cristo.

As atividades profissionais exigem, hoje, uma competência sempre maior e um atilado senso de responsabilidade. É por elas, entretanto, que os homens constroem a nova civilizaçao e experimentam as novas formas de sociedade. No exercicio de sua profissao, o cristao esforçar-se-á por dominar, com competência sempre maior, as energias da natureza, colocando-as a seu serviço e a serviço da humanidade; fazendo de seu trabalho um meio de aperfeiçoamento próprio e de toda a comunidade humana, da qual procurará intensificar as relaçoes, preparando assim o esboço do que será sua plena realizaçao no Reino.

Do mesmo modo, o lazer é para êle um momento privilegiado de exercitar sua liberdade, num esforço criador que procura uma realizaçao total n'Aquêle que é o unico Senhor.

Toda estas atividades e todos estes aspectos de sua vida, o cristão desenvolve, hoje, numa sociedade que se torna cada vez mais vasta e que adquire efetivamente dimensões planetárias. É, no entanto, através das sociedades intermediárias, que tem como base a sociedade conjugal, passando pela sociedade profissional, pelos grupos econômicos, políticos e culturais e pela comunidade nacional, que ele participa da comunidade mundial em plena construção. Participar desta comunidade humana, nos diferentes níveis, assumir nela sua responsabilidade, consagrando-lhe toda sua capacidade criadora, é um dever e uma condição de sua realização.

## 2. Vida teologal.

É também através do esforço leal de construção da cidade dos homens que o leigo desenvolve a vida teologal (fé, esperança e caridade) o espírito evangélico das bemaventuranças e todas as outras virtudes. Plenamente engajado na construção do mundo, ele aprofunda dia a dia através dos acontecimentos, das situações, das novas exigências - o sentido total dessa construção e da história dos homens. Tem, portanto, consciência de que todo este esforço só encontra seu verdadeiro sentido no Cristo, primogênito de toda a criatura (Col. 1,15), Chefe no qual o Pai quer reunir todas as coisas. Como membro do povo de Deus e da comunidade humana, o leigo participa desta aventura divina através da continência de sua vida temporal. Ele tem consciência de que toda construção temporal é um esboço, mas que este esboço, pela graça do Cristo, conta no plano redentor.

Pela redenção, o Senhor fixou o destino fundamental da história e da realização dos homens. Ele os sustenta pelo seu poder e vivifica pela sua graça, mas lhes deixa a responsabilidade e a capacidade de desenvolver os esboços concretos e, mesmo, de criar novos. A história não é uma repetição cíclica, mas um desenvolvimento em marcha para sua consumação no Cristo. Cada novo esboço, cada nova criação, é uma participação no poder criador de Deus; pela marca humana que ela recebe, é um novo aspecto da imagem divina na história; e pela graça de Cristo, um novo desenvolvimento do mistério da salvação.

## 3. Fé

É também através de seu engajamento temporal e de sua responsabilidade criadora que o leigo realiza a dimensão teologal de sua fé e um dos aspectos mais específicos de sua conversão. Em Cristo, todo este esforço de construção adquire um sentido inteiramente novo, o único sentido total. Moviço pela graça, o leigo identifica, à luz da fé, tudo o que, nas situações concretas da vida e no esforço realizado, é ruptura, contradição, submissão à matéria, dominação, ociosidade, pecado. Ao mesmo tempo, partindo da realidade, iluminado pela palavra de Deus, pela ação do Espírito Santo, pela comunhão na Igreja e pela mediação da Hierarquia, procura descobrir os caminhos autênticos que conduzem ao Pai.

Profundamente empenhado na construção da comunidade humana, ele transcende qualquer tipo de sociedade, qualquer projeto histórico, qualquer realização concreta, pois, ainda que lhe tenha dedicado o melhor esforço da vida, sabe que são sempre um esboço. Ao lado dos valores altamente positivos, reconhece as fraquezas, as contradições e, mesmo, sérias limitações. Sua condição de cristão exige que se coloque em estado contínuo de revisão para converter e resgatar o que há de pecado em seu engajamento, para assumir e desenvolver os valores positivos, aguardando ansiosamente a revelação dos filhos de Deus. (Rom. 8,19).

Sua fé exige, igualmente, uma abertura para os outros, uma atitude evangélica de descobrir a capacidade criadora dos outros, a ação da graça que trabalha nêles e, também, o pecado que apela por uma ação redentora.

#### 4. Esperança

O leigo é também o homem da autêntica esperança, sem pessimismos derrotistas, nem otimismo irrealistas. Tem plena confiança que o Pai terminará o plano de conduzir a humanidade à sua plenitude no Cristo. Tem consciência de que este se prepara e mesmo se realiza em germe na história humana; que o esforço para a construção da cidade dos homens conta no desígnio divino e que para ela o reino está em vias de se desenvolver em sua plenitude. Para isto ele assume de maneira responsável e legal toda a construção do temporal. Sabe, no entanto, que esta construção não está isenta de revezes, é contaminada pelo pecado, inteiramente insuficiente. Aceita a condição de peregrino que deve passar pelo mistério da cruz, mas confia plenamente no Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que levará tudo a seu termo e "dará a corôa de justiça a todos os que tiverem aguardado com amor a sua vinda" (II Tim. 4,8).

#### 5. Caridade

Nêste esforço de construção da cidade terrestre, sabe que o valor humano mais importante, o que dá sentido a todos os outros, e que ele deve sobretudo desenvolver, é a comunhão entre os homens, que permanecendo, embora uma comunhão humana, pela graça deverá tornar-se, cada vez mais, comunhão no Cristo, na Igreja.

Na organização da cidade, na evolução do processo histórico, sua atitude é de luta radical contra todas as formas de dominação e de escravidão, esforçando-se em criar uma mentalidade e em estabelecer estruturas e instituições capazes de facilitar e permitir a comunhão entre os homens. Seu esforço é de servir (Jo. 13,14-15), de ser alguém a serviço de todos e de cada um, pela comunhão e a realização de todos.

As instituições e as estruturas devem ser instrumentos de mediação capazes de tornar cada homem responsável por este processo de intercomunicação.

As diversidades de raça, de sexo, de nacionalidade, de cultura e de meio social são aperfeiçoadas e assumidas no que elas têm de valor para sua integração responsável na grande comunidade humana à procura de sua realização no Cristo.

Em Cristo, toda esta inter-comunicação humana adquire o sentido de participação na vida divina de relações entre filhos de Deus e imagem do Filho Único: "eu vos dou um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros assim como eu vos amei" (Jo. 13,34).

Vivemos um momento histórico, em que as tensões e os desequilíbrios entre os homens assumem dimensões mundiais. O cristão tem, portanto, necessidade de desenvolver e de exercer sua caridade, plenamente engajado na sociedade humana, num esforço global de transformá-la, criando novas estruturas, nas quais cada um possa assumir sua responsabilidade e participar de modo solidário no esforço de toda a humanidade. Em Cristo este engajamento recebe sua dimensão sobrenatural.

Enquanto luta pela criação de uma sociedade mais humana de homens livres e responsáveis, a caridade levará o leigo a ocupar-se com os que não podem esperar, vítimas da própria incapacidade e da miséria. Mas neste caso, ele o fará no respeito total da pessoa e da liberdade do pobre, ajudando-o no esforço de auto-promoção.

#### 6. Espírito das bemaventuranças

Este aprofundamento da fé, da esperança e da caridade no total engajamento temporal, o leigo o desenvolve e intensifica no espírito evangélico das bemaventuranças. Como pobre, ele se põe em total disponibilidade para realizar o plano do Pai através das contingências da vida, dos fracassos, a serviço de todos os homens, "na esperança de participar da liberdade gloriosa dos filhos de Deus" (Rom. 8,21).

## 7. Ação Apostólica

Esta vivência teológica em plena construção da comunidade humana possui, ao mesmo tempo, profundo sentido apostólico. É através de seu testemunho de cristão plenamente engajado e de sua explicitação pela palavra, que o leigo comunica aos outros a revelação de Jesus Cristo e os leva a aderir ao mistério da salvação, continuando hoje na Igreja.

É sobretudo pela vivência cristã de seu engajamento que ele provoca o choque psicológico, a mediação de graça capaz de levar o outro à conversão e à acolhida livre do Reino de Cristo. Ao mesmo tempo, este testemunho será para os cristãos um estímulo de autenticidade, de aprofundamento de vida teológica em pleno engajamento humano. Através de uma vida profundamente humana e engajada, o leigo desenvolverá um dos aspectos mais importantes de sua missão profética, real e sacerdotal pela dimensão teológica e apostólica que a ela imprime.

### B. O leigo no interior da comunidade da Igreja

Profundamente engajado na comunidade humana, o leigo tem, na vivência interior da comunidade da Igreja, o ponto de partida e de chegada de toda a vivência cristã e apostólica que desenvolve na cidade dos homens.

#### 1. Comunidade convocada pela Palavra

O leigo participa da comunidade convocada pela Palavra de Deus em Jesus Cristo. A palavra ilumina toda sua vida, converte-o, faz-lo tomar consciência do pecado e de sua exigência de redenção, alimenta sua esperança, aprofunda sua caridade, colocando-o sempre mais a serviço dos homens, intensificando sua comunhão na Igreja, desenvolvendo seu espírito apostólico para trabalhar no aperfeiçoamento da comunhão entre os homens e para transformá-la na nova comunhão em Cristo, na Igreja.

Como todos os membros do povo de Deus são chamados sobretudo a responder aos apelos da Palavra que lhes é anunciada e a confessá-la diante dos homens (Rom. 10,9 e I Pt., 3,15), o leigo pode ser chamado, em nome da hierarquia, a participar do ministério da Palavra. Pela força do sacramento do matrimônio, os pais estão já encarregados de transmitir a palavra e de realizar a educação da fé no seio da própria família. Em comunidades mais vastas, os catequistas, os pregadores, os doutores leigos o fazem também.

Através de sua vivência cristã, eles contribuem de maneira positiva a uma maior explicitação da mensagem e fornecem à Hierarquia uma contribuição de grande valor, permitindo-lhe pronunciar um julgamento definitivo.

#### 2. Comunidade litúrgica

É, no entanto, na comunidade litúrgica, e, sobretudo, na comunidade eucarística, que o leigo atinge sua plena expressão no exercício de sua função profética, real e sacerdotal.

Pelos sacramentos, ele participa de diversas maneiras da morte e da ressurreição do Senhor. Na comunidade eucarística, esta participação atinge sua mais completa expressão. Sua função profética exercida na "vivência" cristã e na ação apostólica, encontra dimensão total no mistério eucarístico: participação atual e ativa na Páscoa do Senhor, até que ele venha (I Cor. 11,26). Todas as aspirações e os valores autênticos desenvolvidos pelos homens, todas as suas angústias, frutos da insuficiência humana e do pecado, todos os anseios de redenção, todo o fermento evangélico já atuante na humanidade, os frutos da graça na vida dos cristãos - encontram na missa, de maneira sacramental, sua total revelação.

É na comunidade eucarística que os leigos completam a consagração do mundo e no Cristo entregam ao Pai, na unidade do Espírito Santo, a humanidade resgatada.

Ao mesmo tempo, a missa é o ato por excelência de participação na realeza do Cristo, em sua missão de reunir todas as coisas sob um único chefe. Ela significa e realiza, de maneira perfeita, se bem que sacramental, este mistério de unidade.

Atingindo a plenitude da Igreja na comunidade eucarística, o leigo volta para assumir melhor a comunidade humana, no esforço de aperfeiçoá-la, transformá-la em comunhão no Cristo. Mesmo desenvolvendo-se no total engajamento temporal, a ação apostólica do leigo orienta-se para a comunidade eucarística e nela encontra sua fonte de energia.

A comunidade de Igreja, reunida pela Palavra e pela ação sacramental é, por sua vez, um testemunho em face do mundo; um sinal levantado no meio das nações.

#### IV - Linha de ação e método dos movimentos especializados.

Os movimentos especializados da Ação Católica Brasileira, buscam ajudar o laicato a descobrir e aprofundar as exigências de seu engajamento na comunidade dos homens, assumi-lo cada vez mais plenamente, a dar-lhe a dimensão teológica, e o testemunho que leva à conversão e à adesão a Cristo na comunidade de Igreja. Em outras palavras, ajudam os leigos a desenvolverem sua missão profética, real e sacerdotal a partir do próprio engajamento humano.

Seu objetivo é, pois, servir o laicato, ajudá-lo numa faixa de terminada e complementar de sua missão; faixa que se convencionou chamar de ambiental.

Esta ação cada leigo é chamado a exercer pela simples condição de cristão engajado na comunidade humana. Sua participação ou não em um movimento especializado, depende de opção pessoal de acordo com os apelos que Deus lhe manifesta. O movimento porém, pelos elementos de formação que proporciona, pela estrutura que oferece, pode conferir-lhe maior profundidade e eficácia de ação e, pela equipe de militantes, ajuda-o a significar e realizar mais amplamente o mistério da Igreja que é sempre comunidade.

Reconhecidos oficialmente pela hierarquia, os movimentos especializados representam, na sua ação missionária, a Igreja no meio que lhe foi confiado e representam o respectivo meio na comunidade de Igreja.

É necessário, porém, que a atuação dos movimentos atenda às necessidades totais do meio, caracterizado humana e sociologicamente. E não se pode ignorar a íntima conexão que a realidade social de hoje apresenta entre as várias áreas sociológicas: local, regional e nacional. Nenhum problema de vivência humana, pode ser suficientemente resolvido no pequeno âmbito de uma localidade ou diocese, sem que seja a solução formulada e encaminhada nos termos das suas implicações regionais e nacionais. Não será possível uma atuação autêntica dos movimentos especializados sem uma inserção em estruturas de âmbito regional e nacional. É realmente, o que a experiência tem demonstrado nestes últimos anos na Ação Católica Brasileira.

Buscando formar o critério adulto (Ef. 4,13), os Movimentos utilizam principalmente dois instrumentos simples, mas de resultados amplamente comprovados: o método da revisão de vida e a reunião de militantes.

## 1. A revisão de vida

A revisão de vida é o vêr - julgar - agir (cf. "Mater et Magistra") aplicado e vivido em profundidade, de acordo com os diversos grupos humanos e diversas idades. A revisão de vida visa a formar o cristão adulto, ajudar o militante e, através dele, todo o meio, a:

a) observar uma realidade, em todos os seus aspectos e dimensões, a tomar conhecimento do fato ou da situação, em todos os seus detalhes. Leva-o a descobrir as pessoas envolvidas no fato ou na situação, a mentalidade que revelam, as atitudes que assumem. São as pessoas que dão sentido aos acontecimentos, aos objetivos, às situações, à história.

Leva-o a analisar a raridade ou a multiplicidade de fatos e situações análogas, as reações do meio, pessoas e instituições, que revelam a mentalidade comum existente.

Ajuda-o, em seguida, a colocar este acontecimento, esta situação, dentro do contexto que os provocaram, examinando suas causas, as estruturas que os condicionaram, as responsabilidades humanas em todos os níveis, as iniciativas e demissões. Fê-lo identificar as consequências de seus diversos aspectos. Em uma palavra, leva-o ao esforço de apreender o fato ou a situação dentro de uma perspectiva detalhada, objetiva, total.

b) Refletir sobre esta realidade, buscando aprofundar o sentido que ela possui dentro do Designio do Pai, de unificar todas as coisas em Cristo, como em um só Chefe (Ef. 1,10). O militante procura descobrir no fato ou situação apreendida tudo o que significou promoção das pessoas, os aspectos que mostram como estas pessoas colocam cada vez mais o Universo a seu serviço e a serviço dos outros. Busca identificar os esforços de comunicação entre as pessoas. Examina se as instituições, as estruturas, o universo material foram assumidos e desempenharam o seu papel de mediação a serviço desta intercomunhão das pessoas.

Ao mesmo tempo, analisa a capacidade de iniciativa, as responsabilidades livremente assumidas dentro do plano divino, a participação ativa na construção da Cidade dos Homens, em busca do seu desenvolvimento histórico.

Toma consciência, igualmente, dos aspectos negativos que o fato ou a situação venham a apresentar: o aviltamento das pessoas, sua inconsciência, sujeição à matéria, egoísmo, dominação, ódio, discórdia, omissão, injustiça, irresponsabilidade, incapacidade ou impossibilidade de iniciativa e criação.

Aprofundando ainda mais, o militante procura constatar se as pessoas ou mesmo o meio viveram o fato ou a situação numa dimensão teológica de fé, esperança, caridade, numa referência consciente, embora implícita a Cristo e à sua Igreja, dentro do espírito evangélico. Quando existe este testemunho de vivência cristã, o militante tenta, também, verificar como este testemunho foi compreendido e acolhido pelo meio. Quando inexistem atitudes evangélicas, encontra-se em face de uma situação, de um fato, que estão a exigir uma revelação de Cristo e de sua graça.

c) Tomar uma atitude em face desta realidade - Quando o militante apreendeu o fato ou a situação em sua totalidade objetiva, refletiu sobre o que eles significaram no plano de salvação em Cristo, surge a questão decisiva: quais os apêlos que Deus manifesta neste fato ou nesta situação? O que Ele quer

- das pessoas ou grupos que deles participaram,
- do meio todo,
- da equipe de militantes,
- de cada militante,

Esta pergunta é a linha mestra de qualquer espiritualidade. Ela se insere dentro do mistério oculto desde os séculos em Deus, manifestado agora, pela Igreja, conforme o plano eterno que Ele realizou em

Cristo Jesus, Nosso Senhor (Ef. 13, 9/11). Cada pessoa, cada atitude, acontecimento, situação, grupo, estrutura, instituição, são chamados a ocupar um lugar, a desempenhar um papel na realização do plano redentor, de levar a humanidade em Cristo Jesus à comunhão da vida trinitária.

Descobrir este apêlo de Deus em Jesus Cristo, responder-Lhe dentro das contingências de uma humanidade "peregrina", é a condição essencial do cristão. Dentro deste objetivo, a revisão de vida leva o militante a duas atitudes fundamentais, que se interpenetram e completam.

### 1ª Atitude de pobreza

O militante se coloca em inteira disponibilidade para reconhecer o dom de Deus (Jo. 4,10), acolher o apêlo divino nos acontecimentos, nas situações, nas pessoas, para responder-Lhe com o espírito de pobre.

A revisão de vida, pois, leva-o a uma atitude de fé profundamente realista: é Cristo quem está no centro dos acontecimentos e situações, é Cristo que lhes dá o sentido total, exigindo do militante uma adesão incondicional de fé. Esta adesão implica numa conversão, aspecto decisivo da revisão de vida. Cristo é tomado como ponto de referência absoluto. É à luz de Cristo e de sua mensagem, que o militante é levado a repensar os acontecimentos, a atitude das pessoas e dos grupos, as situações, dentro de uma perspectiva mais autenticamente humana e evangélica, e movido pela graça a assumir uma atitude de redenção. Esta conversão o faz aceitar suas limitações, liberta-o das amarras escrayizantes do pecado, torna-o mais capaz de assumir-se e realizar a vocação a que foi chamado.

Dentro desta perspectiva, cada fato ou situação é encarado como um elo na realização do desígnio divino de reunir todas as coisas em Cristo. É nesta visão, que o militante desenvolve sua esperança, certo de que o Senhor é fiel e há de cumprir Sua promessa, mas igualmente consciente de que Ele quer uma atitude, um esforço, uma resposta dentro de cada acontecimento. Sua esperança é, porém, a esperança de um membro do povo de Deus em peregrinação para o Reino. Implica o mistério da Cruz: "Era necessário que o Cristo padecesse estas coisas e entrasse na Sua glória" (Luc. 24,26).

### 2ª Atitude de compromisso e comunhão

O militante descobre que os fatos e situações não lhe podem ser indiferentes. Não é um mero espectador, um reporter, um sociólogo de análise fria, mas uma pessoa, um cristão fundamentalmente comprometido com todos os homens. Experimenta vivencialmente a solidariedade que o liga às pessoas que viveram o fato e ao meio todo. Esta solidariedade torna-se ainda mais profunda, porque no plano do Pai ela deve ser vivida e assumida em Cristo. Em Cristo ela toma um sentido novo. Na perspectiva evangélica o compromisso que o une a Cristo, une-o igualmente a todos os homens e o compromisso que o une aos homens, só em Cristo encontra seu significado total e sua plena expressão.

A revisão de vida, porém, o faz descobrir que este compromisso significa serviço: servir aos outros, ao meio, a todos os homens. Ajuda-os a partir do fato ou da situação a se assumirem, a se libertarem, a se realizarem dentro da sua vocação. Esta ajuda é pois conduzida no respeito autêntico à liberdade do outro, sem paternalismos nem omissões.

O serviço, porém, leva-o à comunhão com os outros. Comunhão profundamente humana, toda ela tecida de amizade sincera, de respeito, com-  
preensão, acolhimento, doação, diálogo. Comunhão porém que deve encontrar em Cristo sua plena revelação, numa vivência de fé, esperança e caridade. Comunhão que gera cada vez mais comunhão em Cristo, na Igreja, sem deixar de ser comunhão humana. É este um dos aspectos mais importantes da atitude missionária criada pela revisão de vida: buscar uma comunhão humana, que se torne, pela graça, cada vez mais comunhão em Cristo, sem deixar de ser comunhão humana.

## 2. Reunião de militantes

A revisão de vida é o ponto central da reunião de militantes. A reunião de militantes não é pois simplesmente um grupo de estudos, de ação política, de planejamento, mas uma comunidade de cristãos, que dentro da linha de revisão de vida, reúnem-se para descobrir, aprofundar, nas circunstâncias em que a Providência os colocou, as exigências de sua autenticidade de cristãos, engajados em plena comunidade humana. O clima da reunião procura ser um clima de fidelidade à vida real, em toda a sua complexidade e, em especial, às pessoas, de conversão, de vivência teológica, de compromisso, de comunhão em Cristo na Igreja.

Pela revisão de vida a reunião leva os militantes a buscar uma maior competência humana, aprofundamento doutrinário, vida de oração e união em Deus. Pois, cinco critérios principais estão subjacentes à revisão de vida da equipe de militantes e lhes servem de orientação:

- fidelidade ao real: Deus se manifesta pela criação, pela vida e história dos homens (Rom. 1 - 19/20):
- fidelidade à Palavra de Deus. É a Palavra de Deus, em Jesus Cristo, que nos dá a plena revelação do Pai, faz-nos entender o sentido divino dos acontecimentos, nossa plena realização em Cristo.
- fidelidade ao Espírito Santo que vive no homem regenerado pela graça, como prova de que somos filhos de Deus e que clama em nós (Gal. 4,6).
- fidelidade à comunidade de Igreja. Os militantes reunidos procuram ser uma comunidade de Igreja e assim garantem uma presença do Senhor, que não teriam isoladamente: "Quando dois ou três estiverem reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles" (Mt. 18,20).
- fidelidade à medição hierárquica. A hierarquia é o sinal colocado por Deus como último responsável, e que, pelo seu magistério, nos dá a garantia do caminho que conduz ao Pai. O Assistente é um sinal desta fidelidade à hierarquia.

O Assistente, na qualidade de participante da função hierárquica, deve auxiliar os leigos a realizar de maneira cada vez mais completa sua missão profética, real e sacerdotal, com vistas na comunhão em Cristo. Ao mesmo tempo, sua solicitude pastoral deve impedi-lo a um esforço de, pessoalmente e através dos leigos, ajudar todos os membros da comunidade humana a tornarem-se membros da comunidade da Igreja, ligados de maneira orgânica ao Bispo. Sacerdócio e laicato são funções diferentes, mas complementares. De onde se infere a absoluta necessidade de serem os Assistentes suficientemente liberados para o atendimento espiritual.

Em suas reuniões, os militantes seguem um pequeno roteiro, que os ajudam nesta linha de reflexão ou de revisão de vida.

### Situação:

- Tomada de conhecimento do fato ou da situação em todos os seus detalhes.
- Descoberta das pessoas e dos grupos envolvidos no fato, sua mentalidade, suas atitudes.
- Análise das reações do meio, da raridade ou multiplicidade do fato.
- Exame de todas as causas e consequências.

### Valores

- Descoberta dos valores humanos existentes no fato.
- Identificação dos contra-valores e sinais de pecado, à luz do Evangelho.
- Tomada de consciência das atitudes evangélicas.

### Apelo de Deus

Descoberta do que Deus quer:

- das pessoas e grupos que viveram o fato
- do meio
- da equipe de militantes
- de cada militante

Partindo da vida e da vivência do cristão engajado na comunidade humana, a reunião de militantes torna-se uma comunidade de batizados, reunidos pela Palavra de Deus, e, assim, orientados para a comunidade eu carística.

A revisão de vida não é, porém, simplesmente um método de reunião, é toda uma linha de espiritualidade e de cultura humana do cristão em busca de sua maturidade no Cristo. Ela ultrapassa os quadros da reunião de militantes, torna-se um hábito que orientará o militante em sua vida ordinária. Pouco a pouco ele se acostuma a encarar os acontecimentos, as situações e pessoas numa linha de revisão de vida e ainda mais, de um modo natural e costumeiro ele tentará levar a uma atitude de revisão de vida as pessoas que encontra no seu caminho e o meio todo.

Alguns movimentos para ajudar o meio a se colocar nesta perspectiva organizam cursos, seminários, estágios, debates em que os diversos aspectos da existência humana são aprofundados numa linha de reflexão humana e evangélica. Cada movimento levará em conta as características próprias do seu meio e, especialmente, as necessidades diversas dos jovens e dos adultos.

Todos os movimentos têm assumido através de cursos e conferências uma função supletiva, o aprofundamento doutrinal que, muitas vezes, a atual pastoral das paróquias não está ainda em condições de oferecer.

### V - Laicato, hierarquia e opção temporal

O leigo tem na Igreja um papel e uma ação que lhe são próprios. Mas esta ação só é plenamente ação da Igreja na sua referência e na sua comunhão com o Bispo na Diocese, e com o colégio Episcopal tendo o Papa como chefe, na Igreja Universal. Esta ação o leigo a planeja, realiza e desenvolve sob sua própria responsabilidade. O meio visível e concreto de manifestar e realizar esta comunhão com o Bispo será diferente segundo o objetivo da ação: construção da comunidade humana, vivência teológica e testemunho apostólico do engajamento, ação no interior da comunidade de Igreja. Será também diferente enquanto se trata de ação pessoal de leigo ou de um movimento organizado.

#### 1. Doutrina social, ideologia, projeto histórico.

Na ação temporal compete ao leigo assumir suas responsabilidades, seu engajamento, sua posição ideológica e opção política por um projeto histórico; consciente porém de que o cristianismo não se identifica com nenhuma ideologia, nem se apropria nenhuma fórmula concreta. O cristianismo possui e revela o sentido central e definitivo da história, as exigências fundamentais de sua realização nos diversos momentos e situações.

O magistério da Igreja sempre propõe e propõe hoje cada vez mais explicitamente um ensinamento ou, como se costuma chamar, uma doutrina social, que é fundamentalmente a mensagem do sentido e vocação do homem no coração dos projetos históricos. A doutrina inspira projetos e ideologias, julga sua autenticidade, abre-lhe perspectivas novas, mas não se confunde com nenhum deles, nem assume como próprio nenhum tipo de sociedade.

O leigo é chamado a desenvolver sua corrente ideológica e sua opção política dentro das exigências deste ensinamento; ao mesmo tempo pela sua ação, competência, e esforço de construção da sociedade humana, pode e deve encontrar novas soluções técnicas e contribuir positivamente para enriquecer a reflexão do magistério sobre a doutrina social. A função deste em matéria social, é em grande parte, em face das situações históricas, abrir as grandes perspectivas para a ação concreta do laicato e dos homens de boa vontade.

Quanto à colaboração com não católicos, lembramos o ensinamento da "Pacem in terris": "Em tais circunstâncias procedam com atenção os católicos, de modo a serem coerentes consigo mesmos e não descerem a compromissos em matéria de religião e moral. Mas ao mesmo tempo mostrem espírito de compreensão, desinteresse e disposição de colaborar lealmente na consecução dos objetivos bons por natureza, ou que pelo menos, se possa encaminhar para o bem". "No que se refere aos católicos, compete tal decisão, em primeiro lugar, aos que revestem cargos de responsabilidade nos setores específicos da convivência em que tais problemas ocorrem, sempre, contudo, de acordo com os princípios do direito natural, com a doutrina social da Igreja e as diretrizes da autoridade eclesiástica".

## 2. Hierarquia e laicato engajado

Em diálogo com o laicato a hierarquia forma-lhe a consciência, ajuda-o a descobrir as exigências humanas e evangélicas de sua ação, os apêlos de Deus em face das decisões e das responsabilidades concretas. Este diálogo exige lucidez e participação; implica da parte da hierarquia o exercício da autoridade com vista ao bem comum da Igreja, e da parte do laicato, uma obediência adulta, liberadora, corresponsável.

O engajamento e a vivência dos leigos oferece igualmente à hierarquia, sinais dos apêlos e caminhos de Deus.

## 3. Movimentos especializados e opção temporal

Os movimentos especializados, movimentos da Igreja como se pode muito bem entender, não se ligam a nenhuma corrente ideológica, nem se comprometem com nenhum projeto histórico. Sua missão é fazer refletir, despertar e converter, sustentar e animar o laicato engajado. Seus membros procuram pleno engajamento, mas não podem assumir posições políticas, ideológicas, culturais em nome dos movimentos. Assumem-nas, e devem assumi-las, sob sua própria responsabilidade dentro das exigências da consciência cristã. Por motivo de prudência, os dirigentes dos movimentos não acumulam, ao mesmo tempo, cargos de direção na política partidária, e em movimentos ideológicos. Aqueles a quem a Providência chamou para exercer este tipo de responsabilidade na comunidade dos homens, podem ser membros militantes dos movimentos, e, dentro da opção pessoal, é muito conveniente que o façam como meio de aprofundar e dar pleno sentido a seu engajamento. Continuando como militantes da Ação Católica, receberão a contribuição de espiritualidade imprescindível para a fecundidade do seu testemunho cristão.

## Conclusão

São estas as reflexões que os movimentos especializados apresentam à Comissão Episcopal e aos Srs. Arcebispos e Bispos do Brasil, como fruto de sua experiência, de sua reflexão teológica e apostólica, e como sua atual linha de ação.

Esperam que elas possam significar uma contribuição e um testemunho ao Episcopado nesta hora e neste clima de Concílio. Desde já se colocam em inteira disponibilidade para, à luz das constituições e decre-

tos conciliares, sobretudo no tocante ao laicato, empreender as revisões que se fizerem convenientes e necessárias.

\*

Rio de Janeiro, abril de 1964

+ Candido Padim O.S.B.

+ Candido Padim O.S.B.  
Assistente Geral da A.C.B.

(a.a.) - Pe. Raimundo Caramuru de Barros  
Vice-Assistente Geral da A.C.B.

- Osmar Favero  
Presidente da A.C.B.

- Luiz Eduardo Wanderlei  
Vice-Presidente da A.C.B.

- J.A.C. e J.A.C.F.  
Pe. Joao Schio - Assistente  
Aracy Roque Braun - Coordenadora  
Dionisio Brod - Coordenador

- J.E.C.  
Pe. Eduardo Koalk - Assistente  
Julio Olimpico Fuxaro Mourao - Coordenador

- J.E.C.F.  
Assistente: vago  
Maria Valéria Vasconcelos Rezende  
Coordenadora

- J.O.C. e J.O.C.F.  
Padre Agostinho Pretto - Assistente  
Gildete Ferreira Melo - Coordenadora  
Antonio Emanuel da Silva - Coordenador

- J.I.C.  
Assistente: vago  
Ana Lucia Guerra Pinto Coelho - Coordenadora

- J.U.C.  
Assistente - vago  
Paulo Eduardo Arantes - Coordenador

- A.C.O.  
Pe. Paulo Riou - Assistente  
Joaquim Arnaldo de Albuquerque - Coordenador

- A.C.I.  
Padre Danilo Lima - Assistente  
Marina Lessa - Coordenadora

SÍNTESE - SITUAÇÃO ACB

1-Em 1964, as Equipes Nacionais de ACE elaboraram um Documento Base sobre Sentido, Linha de Ação e Método dos Movimentos Especializados.

Aprovado pela Comissão Central de CNBB, foi encaminhado aos Srs. Bispos para que sobre ele se pronunciassem. Estando ainda o Concílio em realização e não tendo sido discutidos e aprovados os documentos mais ligados ao apostolado dos leigos "Gaudium et Spes" e "Decreto Aduositate" - ficou adiada para depois da conclusão do Concílio a apreciação do referido documento.

2-Reuniões de Bispos Brasileiros para tratar dos problemas de ACB - em Roma, na última fase do Concílio. (Relatório publicado no comunicado Mensal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - outubro - novembro e dezembro - 1965 - ns. 157/159)

3-Reunião de Dom Cherer com equipes nacionais em 17 - 11-65.

reunião informal

colocação rápida sobre:

-reunião Bispos em Roma

-decisão- descentralização de AC - fortalecimento dos regionais e da redução das atuais equipes nacionais a uma única equipe de coordenação de 3 ou 4 elementos e 1 assistente integrado na CNBB.

-elaboração de novos estatutos de Ação Católica.

-justificativas - problema financeiro. (manutenção de equipes nacionais, o que este ano já não era problema.)

-fortalecimento das equipes regionais (o que é de fato preocupação da Equipe Nacional)

-Não aceitas as duas justificativas, os movimentos levantam o problema de sentido de AC, diante do que se torna claro

-não reconhecem o sentido atual de AC como correspondente a aquele para o qual foi criada.

Conclusão-A decisão estava tomada que os nacionais pensassem na melhor forma de concretizá-la.

#### 4-Dias de estudo de AEIOU

=em que :a)elaborou-se uma carta para ser enviada a D. Vicente solicitando "comunicação oficial do que se concluiu sôbre AC especializada nas reuniões dos senhores Bispos em Roma.

-b)escolheu-se uma comissão para elaborar um trabalho sôbre a experiência de AC especializada. Que serveria como subsídio a reflexão dos diversos movimentos sôbre a experiência de ACB.

5-Contatos com Dom Padim, (ex. assist. de AC) D. Waldir, D. Milton, sôbre situação de AC.

6-Contato de Loss, (da eq. nac. de JUC) com D. Chere na ocasião da entrega da carta.

-reafirmação do que havia dito na reunião de 17-11-65.

7- Encontros do Pe. Pino: a) com D. SCherer;

D. Vicente insistiu no fortalecimento dos regionais, na redução das equipes nacionais a uma única equipe, ligada à CNBB.

b) Encontro de Pe Pino Com D. Edmundo  
D. Edmundo continuaria com a elaboração de um documento de bases doutrinárias (transcrição dos trechos da Lumen Gentium, Esquema XII, Esquema do Apostolado dos Leigos) iniciado em Roma em que se colocam o pensamento do Concílio, sôbre AC.

-êste documento seria apresentado a um grupo de Bispos e Posteriormente ACB, servindo de base a reformulação dos Estatutos da mesma.

-sugeriu que AC indicasse alguns bispos para integrarem essa comissão, sugerindo que a indicação fôsse de Bispos avançados, outros não.

-grande dúvida do episcopadô se refere ao conceito de evangelização.

-única decisão em Roma foi a nomeação de uma comissão de bispos para elaborar o referido documento.

c) Carta de Pe Pino a D. SCherer-resposta correta para o encaminhamento da situação:

-ACB encaminharia a elaboração de um documento interpretativo e de fundamentação de sua experiência.

-êste documento, juntamente com o elaborado por D. Edmundo, seria enviado ao grupo de Bispos.

- realização de um encontro entre este grupo de bispos e o Conselho; para um diálogo a partir dos documentos.

- as conclusões deste encontro (do qual sairiam os estatutos) seriam apresentadas a Comissão Central da CNBB em julho.

8- Documento elaborado por D.Edmundo, recebido no dia 18-2-66.

Dividido em duas partes: a) definição do apostolado dos leigos

b) definição da ACB em particular

-Decisão das equipes nacionais: não polemizar em torno do referido documento, mas apresentar à Comissão Central um documento de AC com sua experiência.

9- Carta de D.Scherer a Pe. Pino solicitando reunião com o Conselho Nacional, afim de colher informações para apresentar à reunião da Comissão Central De CNBB em 15-6-66.

10- As equipes nacionais entregam o texto sobre a síntese e experiência atual da ACE a D.Scherer às vésperas de sua reunião com o Conselho Nacional.

11- Reunião de Dom Scherer com as equipes nacionais no dia 18-5-66

Presentes coordenadores nacionais e assistentes dos diversos movimentos e o subsecretário do Apostolado dos leigos Pe Angelo Pino.

( Anexo o relato da reunião)

12- As equipes Nacionais encaminharam aos bispos da CC de CNBB o texto elaborado ao qual os movimentos que acharam conveniente anexaram um próprio sobre o que lhes é específico (textos entregues antes da discussão sobre AC no encontro de CNBB)

13- Comunicação oficial do subsecretário do apostolado dos leigos ao CONAC sobre a discussão do assunto ACB no encontro da Comissão Central no dia 15-6-66

Na pauta apresentada por Dom Scherer figuravam três pontos para discussão: 1) Parecer da CC sobre o texto elaborado por D.Edmundo

ra AC

2) Escolha de um bispo assistente para

3) Problema das equipes nacionais.

... tentou modificar os termos da discussão, o que não foi possível.

O primeiro ponto da pauta não foi discutido; quanto ao segundo constatou-se a impossibilidade de se conseguir um assistente que assumia AC nesta fase de indefinições. A atenção centralizou-se no terceiro ponto. Insistiu-se na necessidade as maiores responsabilidades de AC sejam assumidas pelos regionais, que a força dos movimentos seja aí concentrada. Recolocou-se a necessidade de um maior introsamento dos regionais de AC com os de CNBB.

Foi ressaltado por Dom Fernando que os movimentos têm um caráter nacional e internacional.

Não foi discutido o problema de número de elementos das equipes nacionais mas foi acentuada a necessidade de evitar a sua influência junto às bases.

Proposta de Dom Agnelo: "que se dêem os passos necessários para a descentralização". Votada e aprovada por 17 votos / contra 4. Intervenção de Dom Fernando: "Problema de organização cabe aos leigos". D. João e D. Delgado acrescentaram dois pontos à proposta: 1) Que os bispos pedissem a pronunciamento dos regionais, sôbre como entender a concretização da descentralização.

2) Que o resultado dessas consultas fôsse enviado aos bispos regionais.

Esta proposta será concretizada através de um questionário elaborado pelo secretariado de Apostoloda dos Leigos, que será enviado aos regionais. As respostas orientarão posteriores encaminhamentos.

Dom Scherer ficou de enviar carta aos nacionais (ainda não recebida) com estas informações oficiais.

13- Carta de Dom Scherer aos bispos regionais (anexada)

14- Trecho da alocução semanal de Dom Vicente Scherer no programa "A voz do Pastor", publicada no Correio do Povo (R.G.S) de 21-6-66

"Descentralização da AC"

A Comissão Central do bispos, resolveu modificar a atual estrutura da ACão Católica Brasileira no sentido de substituir as atuais equipes nacionais, orientadoras das atividades, por um junta coordenadora nacional. Transferem-se desta maneira as maiores responsabilidades pela formação cristã e pela atuação apostólica dos movimentos de Ação Católica aos centros regionais que se desejam sempre mais entrosar com as atividades dos secretariados em que a CNBB dividiu o país de norte a sul. Esta mudança, ora estabelecida, já fôra apresentada em reunião da comissão central realizada em Roma no ano findo."

# Inquerito entre o clero diocesano sobre a Ação Católica Brasileira

24.7.754

Dando cumprimento à decisão dos Emmos. e Revmos. Srs. Cardeais e Arcebispos do Brasil, tomada na 1.ª Reunião Ordinária da Conferência Nacional, realizada em Belém do Pará em agosto de 1953, a Direção Central da Ação Católica da Diocese de Campinas, com as bênçãos e aprovação do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano, elaborou um questionário que, enviado aos Revmos. Párocos e Reitores de Igrejas, obteve as seguintes respostas:

Questionários enviados 78, respondidos 45.

1) V. Revma. acha que é necessária no Brasil a organização da Ação Católica Brasileira para resolver nossos problemas religiosos sociais? ... Por que?

Sim, 41 e não, 4.

Apresentaram como justificativas da afirmação:

- a) determinação da Santa Sé;
- b) grande ignorância religiosa;
- c) falta de sacerdotes;
- d) eficaz influência de leigo bem formado, para o apostolado, no seu meio.

2) V. Revma. acha necessária a Ação Católica em sua Paróquia? ... Por que?

Sim, 30 e não, 4.

Deixaram de responder 11, visto não serem Párocos. Foram apresentadas as mesmas justificativas da pergunta n. 1.

3) V. Revma. acha viável a organização da Ação Católica em sua Paróquia?

Sim, 29 e não, 5.

Não são párocos, 11.

Os que responderam negativamente, alegam falta de Sacerdotes e de elementos formados ou dirigentes.

4) Que de positivo foi feito em sua Paróquia em matéria de Ação Católica?

As respostas são variadas, notando-se boa vontade dos sacerdotes e a existência de algumas organizações e setores da Ação Católica em várias Paróquias. O setor mais difundido é o da Juventude Operária Católica. JOCM, e JOCF.

5) Quais as dificuldades que encontra na organização e no funcionamento da Ação Católica?

As respostas destacam como dificuldades:

- a) ignorância religiosa;
  - b) falta de elementos devidamente formados para o apostolado;
  - c) escassez de senso de responsabilidade da parte dos leigos;
  - d) excesso de comodismo.
- 6) Quais os meios práticos que propõe para resolver essas dificuldades em sua Paróquia, na diocese e no Brasil?

Em geral, foram apresentados como meios:

- a) aumento de clero;
- b) formação de dirigentes;
- c) distribuição de folhetos e material catequético para debelar a ignorância religiosa.

7) V. Revma. acha interessante um encontro só de Sacerdotes da Diocese, para estudar e debater questões relacionadas com as respostas deste questionário?

Sim, 37 e não, 8.

Corroboram suas afirmativas com as seguintes razões:

- a) sendo pequeno o número de sacerdotes e havendo liberdade na exposição das opiniões;
- b) reinando um ambiente de grande cordialidade, de modo a resultarem resoluções práticas.

8) Tem algumas sugestões a apresentar?

As sugestões em resumo foram:

- a) difusão de catecismos, fôlhas volantes;
- b) visitas de elementos preparados e orientadores;
- c) realização de reuniões para estudo da técnica do apostolado;
- d) contacto dos elementos por meio de correspondência;
- e) promover sessões de estudos entre clero, sobre o apostolado leigo e sua orientação.

NOTA — As respostas ao questionário acima poderiam ser resumidas nas seguintes:

- 1.o) A falta de clero para ensinar e orientar os fiéis, em geral bons e de fundo religioso;
- 2.o) Grande ignorância religiosa (desconhecimento do catecismo) da parte do povo;
- 3.o) Falta de elementos leigos formados e com disposição para o apostolado;
- 4.o) Falta de correspondência dos fiéis, aos reiterados convites da Igreja para o apostolado leigo.

Secretaria da Ação Católica — Campinas.

*A Tribuna - Arcebispo Diocesano*



Campos, 4 de fevereiro de 1954

43

Eminentíssimo Senhor Cardeal Arcebispo

Osculando com muita veneração a Sagrada Purpura, venho agradecer-lhe a carta de 16 de janeiro de 1954, que se referia à circular de 11 de janeiro. Foi para mim um lenitivo saber que meu eminente Metropolita bem compreende os motivos absolutamente impessoais, e de caráter apenas doutrinário, que me obrigam em consciência às atitudes que venho tomando.

Ao mesmo tempo peço vênua para entregar em mãos de Vossa Eminência a resposta que julguei de meu dever dar à colenda circular de 11 de janeiro deste ano.

Pedindo a Vossa Eminência as preciosas bençãos e orações para minha diocese e para mim, aproveito o ensejo para reiterar as expressões de profundo respeito e cordial afeto em Nosso Senhor,

servo em Jesus Cristo.

+ Antônio Sebastião Mendes,  
Bispo de Campos.

96

Nazaré da Mata, 14, fevereiro, 1954

Eminentíssimo Sr. Cardeal Camara:

Somente agora ao regressar de uma serie de trabalhos: visitas pastorais e retiros, é que encontrei a Circular da Comissão Episcopal de Ação Catolica acompanhada dos novos Estatuto e Regulamento da A.C.B. com os Breves Comentarios sobre os Estatutos.

Pede tambem a aludida Circular um pronunciamento de cada Bispo a respeito de quatro itens abaixo, que com prazer respônderei:

1º - sobre a aprovação dos novos Estatutos.

Acabo de dar aprovação aos novos Estatutos em nossa Diocese, com espirito de total união de vistas com o trabalho da C.E.

2º - segundo o nosso parecer a Comissão Episcopal da A.C.B. vem sendo inteiramente fiel ao mandato recebido da Hierarquia do nosso país.

3º - a eleição da atual C.E. da A.C.B. merece a minha total aprovação em que reconheço legitimação jurídica.

4º - a delegação que o Episcopado Nacional deu á C.E. no meu modo de ver foi amplo no sentido de praticar todos os atos necessarios para a estruturação e funcionamento da A.C. no Brasil, de acordo com a mente da Santa Sé.

Eis, Eminentíssimo Sr. Presidente da C.E., a meu depoimento e o meu pronunciamento no que tange á Ação Catolica Brasileira. Com os meus mais elevados protestos de estima e veneração, sou de V. Emcia. na caridade de Cristo,

+ Carlos Bispo de Nazaré



Diocese de Oeiras

ESTADO DO PIAUÍ

19

Oeiras, 31 de Janeiro de 1954

Exmos. e Rmos. Sr. Cardeal Presidente da  
Comissão Episcopal da A.C.B.

Respondendo ao inquerito relativo à aprovação do projeto dos novos Estatutos da Ação Católica Brasileira, apresse-me em trazer a minha inteira e entusiástica aprovação aos Estatutos em questão, sem a menor restrição ou quaisquer ponderações.

Destacando a eleição da atual Comissão Episcopal da A.C.B. tem a honra, a minha referida sem nenhum limite a delegação dada pelo Episcopado Nacional à mesma Comissão.

Reijando a sagrada purpura subscorro-me com muito respeito e admiração

Sua servo em Jesu Cristo  
+ Expedito Lopes,  
Bispo de Oeiras.



Caicó, 29 de jan. de 1954.

✓  
12

Eminencia:

Respondo, aqui, às quatro perguntas que constam do documento ultimo, emanado da Conferencia Nacional dos Bispos, em data de 11 deste mês, e que me foram feitas a respeito do assunto ali especificado, e assinadas por Vossa Eminencia.

- Quanto a primeira pergunta, respondo afirmativamente.

Em principios de dezembro do ano passado, comuniquei por telegrama a V. Eminencia que havia aprovado os novos Estatutos da A.C.B.

- Quanto a segunda pergunta, respondo afirmativamente.

Quanto a terceira, idem.

Quanto a quarta, respondo a V. Eminencia que, dada a alta e merecida confiança que se deposita e de que é por demais digna a Exma. Comissão Episcopal da A.C.B., nenhum motivo, nenhuma iniciativa se justificaria, no sentido de exigirLhe explicitar os limites da delegação que Lhe foi dada pelo Episcopado Nacional. De minha parte, portanto, jamais subscreveria qualquer iniciativa a esse respeito.

De V. Eminencia, servo e muito amigo in Christo Jesu,

*J. José Adelino*  
*Bispo de Caicó.*

Mensagem de Fátima:  
Oração e Penitência.

Pesqueira, 25 de janeiro de 1954.

V  
A  
A

Eminentíssimo Sr. Cardinal Câmara,

respeitosas saudações em N. Senhora!

Acusando o recebimento do regulamento e do comentário do estatuto da Ação Católica Brasileira, tenho a satisfação de responder ao questionário que vem no fim deste documento.

As 1º Já respondi, aprovando o estatuto.

As 2º A Comissão Episcopal tem sido fiel aos mandatos e solicita em atender à opinião dos Bispos.

As 3º Sim.

As 4º Para o assunto de interesse de apóstolos leigos, que transbordam dos limites de cada diocese.

Para fazer sugestões e, principalmente quando solicitada, oferecer a ajuda da experiência e da

solidariedade de dioceses para a solução  
dos problemas do apostolado leigo das pró-  
prias dioceses.

Pedindo a Deus que continue a iluminar e  
confortar Vossa Eminência e os membros da  
Comissão Episcopal do A. E., subscritos em

seus rats. obs. em N. S.

+ Adalberto Covelatto Gil Machado  
Bispo de Pequeno (P.)



SECRETARIA DO BISPADO  
CRATO--CEARA'

c

39

Crato, 9 de março de 1954

Eminentíssimo e Revmo. Sr.  
Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara

Osculando respeitossamente a Sagrada Púrpura, tenho a subida honra de responder a venerável carta de 11 de janeiro do ano em curso, assinada pelos egrégios membros da Comissão Episcopal de Ação Católica Brasileira.

Aos quesitos apresentados respondo:

- 1º-E-me sobremaneira grato reafirmar os termos de declaração envisada por telegrama em dezembro do ano p. p. , sprovando integralmente o projeto dos novos estatutos.
- 2º-Afirmativamente em tudo.
- 3º-Sim, de bom grado.
- 4º-De modo algum, visto continusr a aludida Comissão merecendo toda confiança.

com os protestos de elevada apreço e profunda reverência, subscrevo-me de v. Em. Revms. servo humilde em Jesus Cristo.

+ Francisco, Bispo de Crato

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Palácio São Joaquim

Rio de Janeiro

Rio, 11. 1. 54

Eminência

Para aproveitar a vinda de V. Eminência amanhã, (p. o julgamento da letra do Hino, às 15hs.), gostaria de apresentar a Carta sobre o Estatuto. Já chegaram todas as autógrafas. D. Fernando propôs que o fecho fosse como se vê abaixo, o que, porém, supõe 116 assinaturas de V. Eminência.

Seu Bençãos para o filho em J. C.

P. Helder

- (a) + Jaime Cardeal Camara, Presidente
- (a) + Carlos Cardeal Motta, Arc. de S. Paulo
- (a) + Augusto Cardeal da Silva, Arc. de Salvador e Primaz do Brasil
- (a) + Antônio, Arcebispo de Belo Horizonte
- (a) + Fernando, Bispo de Aracajú
- (a) + João, ~~Portocarrero Costa~~ coadjutor de Olinda e Recife
- (a) + Claudio, Bispo de Passo Fundo

---

Declaro que tenho em meu poder os Originais desta Carta, assinados por toda a Exma. Comissão.

---



GABINETE EPISCOPAL  
DE MOSSORÓ

Eminendíssimo Sr.

Cardeal Câmara.

37

Osculando o anel de V. Eminência,  
tenho o grato prazer de comunicar que  
estou dirigindo essa a V. Eminência da cida-  
de episcopal que guarda tão gratas e  
vivas recordações de seu primeiro Pastor.

Respondo à Circular de 11 de janeiro, assinada  
por V. Sm.<sup>a</sup> e pelos demais membros da "Comis-  
são Episcopal da A. Cad. Brasileira," a respeito  
dos novos Estatutos da A. C. B.

Devo esclarecer a V. Eminência que estive no Rio,  
quando a Comissão elaborava a redação final  
ou revisão dos Estatutos. Fui parte em duas  
das sessões de estudos dos mesmos.

Nenhuma restrição tenho a fazer ao texto ora  
apresentado ao Episcopado e elaborado após  
tão acurados estudos, deixando bem livre  
e definida a ação do Ordinário nas dioceses.  
Quanto aos ideus finais da Circular dirigida  
por V. Eminência ao Episcopado, respondo:

1.º Aprovamos de bom grado os Estatutos  
- da A. C. B.

2.º Sem dúvida alguma.



GABINETE EPISCOPAL  
DE MOSSORÓ

3º Referendo a eleição da actual  
Comissão Episcopal da A. C. B.

4º Não vejo como se deva limitar  
poderes de uma Comissão tão eminente,  
que deve agir com poderes ilimitados.

Fazendo votos de pleno êxito ao  
trabalho da C. E. de que V. Eminência  
é digníssimo Presidente, aqui, em  
Mossoró, condizimo ao indelével  
dignão de V. Eminência Remo?

Do serro em Cristo,  
Sou Eliseu plebeo.

Bispo de Mossoró.

Mossoró. 26. 2. 954.



DIOCESE DE SOBRAL

30

Sobral, 26 de Fevereiro de 1954

Emm.º Revmo. Sr. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara,

Tenho a honra de responder aos quesitos formulados por V. Em.ª e outros signatarios em Seu officio datado de 11 de Janeiro p. passado.

1.º Já aprovei os novos Estatutos da A. C. B.

2.º Parece-me que a Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira vem desempenhando fielmente o mandato recebido da Hierarquia em nosso país.

3.º Com muito prazer referendo a eleição da atual C. E. da A. C. B.

4.º É tão grande a confiança que inspira a Comissão Episcopal da A. C. B., que não ousaria explicitar os limites da delegação dada pelo Episcopado Nacional.

Beijando a Sagrada Purpura, subscrevo-me com a mais profunda veneração

De Vossa Eminencia Reverendissima

seu e amigo dedicado  
+ Jon. Luyten, Bispo de Sobral



38

C?

Limoeiro do Norte, 4 de Março de 1954

Exmo. Revmo. Sr. Dom Helder

Laudetur Jesus Christus

Dando pressa a uma resposta aos quatro quesitos da C.E. da A.C.B. aos Exmos. e Revmos. Srs. Arcebispos e Bispos assim podemos nos expressar:

1º) Não poderíamos deixar de aprovar e logo por em prática em nossa Diocese os Novos Estatutos da A.C.B., uma vez que são a expressão fiel do pensamento da Sta. Sé.

2º) Sentimo-nos seguros sob a orientação da C.E. da A.C., pois, tem sabido desempenhar-se do mandato com rara clarividência.

3º) Referendamos com satisfação a eleição da atual C.E. da A.C.B.

4º) Parece-nos que a delegação da hierarquia à C.E. não deve sofrer restrições quanto às atividades de seu mandato.

Aproveito o ensejo para acusar o recebimento do trabalho da egregia Comissão para um Ritual em vernáculo - Sumamente louvavel e de grande proveito espiritual para os fieis.

Sem outro motivo, subscrevo-me

De V. Excia. Revma.

Amo. e Servo em Cristo

*+ Aureliano, Bispo de Limoeiro*

+ Aureliano, Bispo de Limoeiro do Norte

*Análise Ritual*



# Curia Diocesana de Penedo

ESTADO DE ALAGOAS

e 15

Penedo, 18 de Fevereiro de 1954

Eminentíssimo Sr, Cardeal Câmara,  
DD. Presidente da CE da ACB

Pax et bonum.

Acusando recebida a Circular dessa egrégia Comissão, passo a responder aos quesitos formulados:

- I - Aprovo os novos Estatutos da ACB (naturalmente como projeto a ser submetido à aprovação da S. Sé);
- II - Quanto sei e posso julgar, a CE tem sido fiel ao mandato recebido da Hierarquia;
- III - Ratifico a eleição da atual CE da ACB;
- IV - Em face do critério com que a CE tem exercido seu mandato e em virtude da força de expressão do artigo 10<sup>o</sup> dos Estatutos, explicado pormenorizadamente no início da Circular de 11 de Janeiro de 1954, não me parece necessária a declaração explícita dos limites da delegação conferida à CE pelo Episcopado Nacional.

Com votos de que tudo se resolva "in fratern-  
na charitate" "ut omnes unum sint" para maior vigôr e eficiên-  
cia das pugnas pela dilatação do REINO DE DEUS e triunfo de  
SUA SANTA IGREJA, subscrevo-me de V. Eminência Reverendíssima  
atento servidor em N. S. Jesus Cristo

*F. Felício P. Maciel, O. M. I.*  
Bispo de Penedo.

Ex.mo e Rev.mo Sr. Dom Helder Camara,

DD.Secretario da C.N.B.B.

Respeitosas saudações e afetuoso agradecimentos por toda sua saluberrima atividade.

Como critica solicitada, dos trabalhos desde eximio secretariado sugeriria, ser menos verboso.

Quanto ao RITUAL desejava que tudo fosse em vernaculo, ao menos ainda o EPHETA e as unções no peito e nas costas. Nas orações ponhasse em parentese o plural, para não repeti-las todas.

A nova redação dos ESTATUTOS da A.C. não me parece corresponder às manifestações da S.Santidade o PAPA,

sem de um conceito limitado demais,

poderem continuar a causar atritos e impedir a uniaõ de

ação, tão necessario. Os termos da Conferencia em Curitiba, parecem contornar melhor estes abrolhos.

Por orações do Congresso ficaria muito grato. (Manu)

Copias da Campanha civica não interessam, bem porem a II.

Collectanea.

Com os mais sinceros protesto, de toda consideração e completo acatamento,

de V.Ex.ia Rev.ma

muito atento venerador,

Manoel Kocuner.

Lranjeiras do Sul 15-2-54.

Ritual Curitiba

Ritual Curitiba

Manoel LEC

Caruaru, 19 de Março de 1954

CHH



PERNAMBUCO

Exmo. e Revdmo. Sr. D. Helder Câmara:

Laudetur Iesus Christus.

Sirvo-me dos bons officios de V. Excia. para levar ao conhecimento da Exma. Comissão Episcopal da A.C.B. minha humilde resposta à Circular de 11 de Janeiro p.p.

Li atentamente os novos Estatutos e Regulamento da A.C.B. bem como a carta do Exmo. Sr. Bispo de Campos, e o último comunicado de V. Excia. a respeito da referida carta, e não tenho nenhuma dificuldade em aprovar para esta Diocese, os Estatutos e Regulamento da A.C.B. tais quais fôram elaborados pela Exma. Comissão Episcopal, cujo zêlo, competência, e fidelidade ao mandato que lhe conferiu o Episcopado Nacional apraz-me reconhecer e testemunhar a V. Excia. para os devidos fins.

Quanto à eleição da atual C.E. não só aprovo-a, como também nada tenho a explicitar quanto aos limites da delegação que lhe foi dada pelo Exmo. Episcopado Nacional.

Com sentimentos de fraterna estima, professo-me

De V. Excia. Revdmo. humilde irmão in Domino,

Francisco de Paula

C 57

Petrolina, 10 de março de 1954

Exmo e Rvmo. Sr. Dom Helder Câmara  
D.D. Secretário Geral da Conferência Na-  
cional dos Bispos do Brasil

Deus guarde a V. Excia.!

Pedindo a V. Excia. desculpas pelo retardamen-  
to de minha resposta aos quesitos formu-  
lados, em torno do Projeto de estatutos da  
A. C. B., passo a expressar meu pensamento:

Quanto ao 1º) - concedo aprovação plena.

Quanto ao 2º) - A Comissão Episcopal da Ação  
Católica Brasileira, constituída  
de venerandas e ilustradas fi-  
guras do Episcopado Nacional,  
merece todo o meu acatamen-  
to, exatamente porque me  
parece á altura de cumprir  
o seu dever.

Quanto ao 3º) - sim.

Quanto ao 4º) - Tenho a impressão de que se

Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira,  
pela maneira superior como vem se conduzindo,  
em face do mandato que lhe foi confiado,  
está bem advertida da extensão de limites  
que lhe foi outorgada.

De minha parte, até o presente, não tenho  
motivos para explicitar restrições.

Aproveitando a oportunidade, desejo expressar  
os meus aplausos mais fervorosos a quantos,  
com enormes sacrifícios pessoais, se dedicam,  
generosamente, à solução de problemas que  
tocam bem de perto ao progresso espiri-  
tual de nossa Pátria e ao crescimento maior  
de nossa Igreja.

saudações.

Atenciosas e fraternais  
+ Avejar, Bispo de Petrópolis

MISSÃO SALESIANA

UAUPÊS  
Rio Negro — Amazonas  
BRASIL

aos 12 de abril de 1954.

58

Exmo. e Revmo. Senhor Dom Helder Camara  
DD. Secretário Geral da  
CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL,

Laudetur Jesus Christus.

Cumprimento V. Excia. Revma. respeitosamente.

Voltando de uma longa viagem pelo interior de nossa Prelazia, apresso-me em responder às interrogações formuladas na Circular de 11 de janeiro do corrente ano, pedindo humildemente desculpa pela demora.

- 1º De boa mente aprovo os novos Estatutos da A.C.B. em tôda sua extensão e com todos os seus pormenores.
- 2º Tenho por certo que a C.E. da A.C.B. está cumprindo fielmente o mandato recebido da Hierarquia em nosso país.
- 3º Estou plenamente de acôrdo com a eleição da atual C.E. da A.C.B.
- 4º Absolutamente nada tenho a explicitar sôbre os limites da delegação conferida pelo Episcopado à C.E. da A.C.B.

Pedindo a Virgem Auxiliadora dos Cristãos, que ampare e proteja a veneranda C.E. da A.C.B., saúdo a V. Excia. Revma. com religioso respeito e peço vênias para considerar-me de

V. Excia. Revma. menor irmão em Jesús Cristo



+ José  
Bispo tit. de Podalio  
Coadjuutor da Prelazia do R. Negro



São Raimundo Nonato, 21 de Abril de 1954

67

PRELazia DE BOM JESUS DO GURGUEIA  
SÃO RAIMUNDO NONATO / PIAUI / BRASIL  
(VIA REMANSO - BAHIA)

Excmo. e Revdmo. Sr. D. Helder Câmara,  
DD. Secretario da C.N.B.B.,

Laudetur Jesus Christus,

Adjunto ao N.º do 7 de Março desse Secretariado, recebo também a exposição com varios Itens, ate 62, sobre o caso, apresentado por D. Antonio Mayer, DD. Bispo de Campos, que também recebi.

Esperei, para pronunciar-me, sobre os tres artigos do projeto de "statutos sobre A.C.B., e vejo com satisfação, que V.B. com muita prudencia resolve perfeitamente o mesmo caso, sem aceitar a polemica, que não conduciria a nada, pois parece que o caso não dá para isso.

E assim, envio a esse Secretariado ~~a~~ minha conformidade sobre os tais pontos, embora ~~a~~ minha opinião valha tão pouco.

Aproveito esta oportunidade, para recordar o nosso encontro de Janeiro, em Belem, que foi tão grato e de inborravel memoria.

Chegaram os impressos sobre a preparação da celebração dos Matrimonios com efeitos civis.

Como não vem nota do seu valor, desjaria me manda-se indicar o que deve remeter, para satisfazer seu valor; que nestes tempos, no se podem dar gratis.

Com um apertado abraço e recomendação e supplica de orações ad invicem, sou sempre afmo. servo e Irmão em J.C.

+ Fr. Proencio, O. S. M.  
Bispo - Prebado

Diamantino, 29 de março de 1954

50

Eminentíssimo Presidente da Comissão Episcopal da ACB

Devido a ausência e viagem, um tanto atrasado, venho responder à Circular da CE, tão dignamente presidida por Va. Encia.

A.C.B.

1) Estou pronto a assinar o projeto de Estatutos da ACB elaborados pela CE e que vai ser submetido à aprovação da Santa Sé e do Ofício de Ação Católica, formulando, apenas uma restrição acêrca das Congregações Marianas. Estas Congregações, eretas pela Hierarquia, não são qualquer apostolado oficial dos leigos, mas fórmulas destacadas, correspondentes às formas fundamentais da AC mundial, podendo, em virtude de suas Regras, admitir membros de todas as idades, sexos e condições. Em vista disto não deveriam ser encaradas como um setor, apenas, do apostolado leigo oficial, mas bem, como um ramo capaz de setores diversos, cabendo-lhes um lugar não desigual às fórmulas fundamentais da AC. Assim sendo, não me parece lógica nem prática a obrigatoriedade de se estabelecerem as fórmulas fundamentais, onde já existem as fórmulas correspondentes das Congregações Marianas e até, conforme às circunstâncias, devia-se dar liberdade de fundar a AC sob as formas fundamentais ou sob as formas das Congregações Marianas. Parece-me, pois, que o lugar dado às CC.MM. no projeto de Estatutos da ACB não é adequado, nem bem conforme à Constituição Apostólica "Bis Saeculari Die" e, nomeadamente, à Carta ao R. P. Paulussen, na qual o Santo Padre as considera "Ação Católica na mesma ordem que as outras fórmulas de Ação Católica".

- 2) Afirmativamente.
- 3) Afirmativamente.
- 4) Não na motivação, em vista dos documentos.

Aproveito da ocasião para testemunhar minha profunda veneração, osculando reverente a Sagrada Púrpura de Vossa Eminência.

*Mons. Alonso Silveira de Mello*  
Mons. Alonso Silveira de Mello



Eminentíssimo e Revmo. Sr.  
Cardeal Dom Jaime Câmara  
DD. Pres. da C.E. da A.C.B.  
Palácio São Joaquim  
Rio de Janeiro -- DF



SECRETARIA DO BISPADO

TERESINA - PIAUI

46  
Teresina 2 de Abril de 1954

Excm<sup>o</sup> e Hum<sup>o</sup> Sm.

D. Helder Câmara, D.D. Secretario Geral da Conferencia  
dos Bispos do Brasil

Sauvado seja N.S. Jesus Cristo

Não tendo mais em conta a razão alegada em minha carta anterior, pela qual não emiti meu parecer sobre os Estatutos e Regulamento da Ação Católica Brasileira, venho agora fazê-lo, para atender ao desejo de V. Exc<sup>o</sup> Hum<sup>o</sup>.

Li com atenção e cuidado os Estatutos e Regulamento referidos. Nada neles encontrei que fosse capaz de merecer de minha parte, reparo ou censura, como era de esperar da Veneranda Comissão organizadora que ao conhecimento da matéria alia a experiência.

É o que venho a dizer.

De V. Exc<sup>o</sup> Hum<sup>o</sup> So em J.C.

+ Leandro - Arch. de Teresina



Gabinete do Arcebispo  
de  
Olinda e Recife

45

Excels. Rodens. Sr. D. Helder Câmara

Saudações em N. S.

A necessidade de minha viagem apressada ao sul, por ocasião da morte de meu querido pai, faz-me escrever-lhe, com algum atraso, sobre as interrogações feitas pela Comissão Episcopal da A. C. B. ao examinar o projeto de Estatutos da A. C. B. ao Exmo. Episcopado.

Eis a resposta que, sinceramente, devo enviar:

Respondo afirmativamente aos três primeiros quesitos. Quanto à extensão da delegação dada à ilustre Comissão Episcopal de Açores e Cabo Verde, para mim, deve ser plena, isto é, sem restrições para tudo que seus membros (membros de toda confiança), julgarem necessário e conveniente no âmbito nacional.

Não tenho dificuldade alguma em aprovar os Estatutos da A. C. B.

A Comissão Episcopal da A. C. B. vem se desempenhando magnificamente de seu



Gabinete do Arcebispo  
de  
Olinda e Recife

ardua missão e, por isso mesmo, a sua  
eleição só merece nossos aplausos entusias-  
ticos.

Creio que expliquei bem o meu pensa-  
mento sobre todos os pontos e se hou-  
ver qualquer duvida a respeito, V. Excia.  
que conhece bem o meu pensamento está  
autorizado a explicita-lo ainda mais.

Com minhas saudações de  
muito amizade e estima,

Seus em N. S.

+ António, Arcebispo Metropolitano  
de Olinda e Recife

Recife. 4-4-954.

João Pessoa, 26 de Dezembro de 1953-

61 ✓

A. Mostre a Eminentíssima Comissão Episcopal da A. G. B.

Sendo recebido um exemplar dos Novos Estatutos da A. G. B. no Brasil, que, após serem examinados e aprovados pelo Episcopado Brasileiro, devem ser aceitos e aprovados como os Estatutos definitivos da A. G. B. e bem assim uma solicitação da Eminentíssima Comissão Episcopal da A. G. B. sobre o meu pronunciamento a respeito dos referidos Estatutos, tenho o prazer de informar ao Signo Secretariado, que darei aos referidos Estatutos a minha inteira e incontestável aprovação.

Sem outro assunto.

Com os meus sinceros cumprimentos e elevada estima e consideração  
o sr.

D. Muzer, Arcebispo de Olinda.

João Pessoa, 26 de Setembro de 1955.

2  
V 61

Caro e Bem Amado Sr. Bispo D. Jayme

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. o recebimento da honrosa  
Circular de 23 de novembro deste ano.

Essa Circular juntara V. Exa. um exemplar dos Novos Estatú-  
tos da nossa A. G., Estatutos que, depois de receberem a aceitação  
e aprovação dos Arcebispos e Bispos do Brasil, serão considerados Esta-  
tutos definitivos da A. G. B.

Na dita Circular peço a V. Exa. o meu pronunciamento acerca  
dos citados Estatutos.

Após leitura atenta e cuidadosa, compreendi que eles foram  
concebidos e formulados, na sua estrutura e organização, sob  
luz e muita sabedoria e prudência,

tudo que mereciam a aprovação de V. Exa. e Espírito Santo.

E assim, desde já contamos com a minha invariável aprovação.  
Folgo de ter mais uma oportunidade para reiterar a V. Exa. os  
meus protestos de elevada estima e elevada consideração.

+ Meus, Arcebispo da Paraíba.

Quincy, Ill - 12-1853.

Dr. H. D. Keller, Canada.

Dear Sir, I have the pleasure of

receiving your kind letter of the 10th inst. in relation to the  
annual meeting of the American Association of Physicians and Surgeons  
to be held in New York City on the 1st of January next. I am glad to  
hear that you are going to attend the meeting and I hope you will  
find it very profitable. I am sure that the meeting will be a  
great success and that you will have a very pleasant trip.  
I am, Sir, very respectfully,  
Your obedient servant,  
H. D. Keller

+ H. D. Keller, Jr.  
Quincy, Ill.



180-48

Natal, 7 de abril de 1954

Meu caro D. Helder,

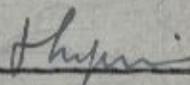
Pax!

Recebi sua carta acompanhando o nº 18 do Comunicado Mensal da Conferência dos Bispos. Entrei logo em ação. D. Marcolino disse-me que iria escrever-lhe. Autorizou-me a afirmar-lhe, em seu nome, o seguinte: causou estranheza a S. Excia. as perguntas pois tem sido permanente e incondicional sua adesão à Ação Católica. A inteira aprovação aos novos Estatutos da Ação Católica e eleição da atual Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira acrescenta serem desnecessários limites à delegação dada pelo Episcopado Nacional à Comissão Episcopal da Ação Católica Nacional pela tradicional e impecável linha de conduta em que vem sendo mantida nossa querida Ação Católica.

Está bom?

Vou iniciar um movimento de orações pelo nosso Congresso Eucarístico Internacional.

Um forte abraço do



Cônego Eugênio de Araújo Sales



# ARCEBISPADO DE MACEIO

Estado de Alagoas

Maceió, 10 de Abril de 1954.

49

Exmo. e Revmo. Sr. D. Helder Câmara.

A.C.B.

Aprovo, sem restrições e supérfluas ponderações, os novos estatutos da A. C. B..

São resultado de amadurecida experiência e acurados estudos sobre o assunto.

Hipotecoo inteira adesão aos trabalhos e decisões da Comissão Episcopal, merecedora de toda a confiança nela depositada pelo Episcopado Nacional.

Dom Ramulpho da Silva Farias,  
Arcebispo de Maceió.

São Raimundo Nonato, 25 de Junho de 1950.

Emo. r. Cardeal Câmara,  
D. Arcebispo de Rio de Janeiro

Eminentíssimo Sr.,

Após meu regresso, depois de um mês, no qual estive ocupado com a visita Pastoral e Missões em Bon Jesus e oito lugares mais, respondendo à intimação de V. Emcia de data 8 de Março, e que achei aqui, com a de Mons. Heider.

Muito obrigado pela deferencia e delicadeza em pedir-me sugestões para a reforma dos Estatutos da Ação Católica, com motivo do proximo Congresso Nacional de Ensino de Religião e IV Semana da Ação Católica.

As minhas observações não alterarão nada o criterio a seguir e por tanto concordo com o que os demais Prelados, o Congresso e especialmente a Comissão Episcopal determinarem em este assunto.

Infelizmente, e por ser este o tempo da visitas ás Paroquias e os Padres faltam de aqui, não posso mover-me, devendo ainda acompanhá-los em alguns lugares, a fim de atender ao nosso povo, que precisa mais de instrução.

Pediremos muito, como indico tambem a Mons Heider, afim que o Congresso proietado seja fecundo em frutos o mesmo que a IV Semana de Ação Católica.

Com a maior veneração e estima para V. Emcia, que tantas preocupações tem, e bajando a Sagrada Purpura sou sempre humilde servo e Irmão em Nosso Senhor Jesus Cristo.

+ Fr. Arcencio, O. S. M.  
Bispo - Prelado de Serguiná

Pirapora - Por Rememuro de Prábia  
São Raimundo Nonato (Piauí)

Caruaru, 25 de Dezembro de 1953



Meu caro Dom Helder:

Laudetur Iesus Christus.

Junto à carta oficial ao Exmo. e Revdmo. Sr. Bispo Secretário Geral da C. N. B.B. segue esta para o D. Helder, escrita sem protocolos, e em linguagem de amigo e irmão.

Francamente, gostei muito dos novos Estatutos, e às minhas poucas luzes e conhecimento da matéria nenhuma observação apareceu a fazer sobre os mesmos.

Com relação à A. C. como já lhe disse, meu trabalho aqui é dissipar preconceitos contra ela, entre os leigos, e o que é mais lamentável também entre muitos do clero diocesano. Até agora, consegui apenas arregimentar na sede episcopal, umas 30 moças para a JICF, e um pequeno grupo de JEC nos dois Colegios da cidade. Nas Paróquias, tanto da sede, como do interior, as Associações religiosas são numerosas, e até florescentes, mas, segundo a mentalidade dos Vigários, ficam contentes com as formas "clássicas" do apostolado, e nada de quererem se entrosar no espírito da A. C.

Conto com o concurso de seus conselhos e orações, e renovando os votos de Santo Natal, aqui fico, como seu humilde amigo e irmão em Nosso Senhor,

Dom João de Camargo

Caruaru, 25 de Dezembro de 1955

44



Exmo. e Revdmo. Sr. D. Helder Câmara,  
D.D. Secretário Geral da C. N. E. B.

Laudetur Iesus Christus.

Tenho o prazer de acusar o recebimento dos novos estatutos da Ação Católica Brasileira, acompanhados da Circular do Exmo. Sr. Cardeal Camara, sobre os mesmos.

Depois de estudar atentamente os mencionados Estatutos, achei-os em tudo conformes às diretivas pontificias, e muito bem adaptados às circunstâncias peculiares ao Brasil, e assim, venho, atendendo à solicitação do Exmo. Presidente da Comissão Episcopal da A. C. comunicar a V. Excia. minha inteira aprovação aos novos Estatutos da A. C. B. esperando que os mesmos, postos em prática, concorram eficazmente para o maior progresso da mesma A. C. B. em todos os seus setores.

Com fraternais cumprimentos e votos de Santo Natal,  
sou de V. Excia. Revdma. humilde  
irmao in Domino,

+ Carlos-Bezerra de Albuquerque



Vitoria, 31 de Dezembro de 1953

29 ✓

Louvados sejam Jesus, Maria e José

Excêlentissimo Senhor Dom Helder Camara

Já devia este pobre Bispo ter remetido ao Secretariado Nacional da Ação Católica a sua resposta sobre os novos Estatutos; mas circunstancias adversas à minha vontade, Senhor Bispo, impediram-me o exercicio pronto desse dever. Peço perdão, no entanto, pelo trabalho e pelo transtorno que possa causar.

Não acho clara a definição da Ação Católica BRASILEIRA.

Diante das nossas circunstancias atuais, no Brasil, que não se mudarão senão depois de algumas gerações, não haverá melhor solução para uma eficiente ação catolica, ou seja uma união de todo o apostolado leigo, senão com uma articulação de todas as forças de apostolado leigo sob uma só bandeira federativa.

A Ação catolica será a parte de um todo, nesse exercito. Outras associações que preencham inteiramente sua finalidade apostolica, não só pelos Estatutos, como também pela sua vida - o que deverá constar nos Estatutos, a criterio da Comissão Episcopal, para o Brasil, e do Bispo, para a Diocese, muito poderão fazer, como fazem ainda, em prol do movimento organizado do Apostolado Leigo.

Dessa forma, acho que o Art. 1º deveria estar assim redigido:

"A Ação Católica Brasileira é a união dos organismos de apos-



tolado leigo no Brasil, para a imediata colaboração com o apostolado hierarquico da Igreja".

Com esse art. 1º, o artigo 3º já não seria necessario.

O § unico do Art. 6º causa uma certa confusão, pois esse texto do Santo Padre à Ação Catolica Italiana, muito apropriado às circunstancias da Italia, é aqui no Brasil mutatis mutandis, vivido ou passivel de ser vivido, ainda quando não sejam fundados os 4 "orgão fundamentais". Cumprirá muito bem a vontade da Santa Igreja, o Pároco que promove o apostolado leigo entre as homens, senhoras moços e moças por intermedio, v.g., das Congregações marianas ou outra Associação equivalente especializada para uma idade ou classe ou profissão.

Envio a V. Excia. um esquema demonstrativo de como imagino a organização de todas as forças catolicas no Brasil e de como estaria disposto realizar na Diocese, caso não haja outra determinação superior.

Aguardo, porem, humilde e fraternalmente, Dom Helder, uma palavra esclarecedora de Vossa Excia., afim de que eu possa estar sempre e cada vez mais unido às iniciativas e aos meritorios esforços da benemerita C.N.B.B. e da Comissão Episcopal.

Sou o servo sempre às ordens, in Corde Matris,

+ *João Joaquim Gonçalves*  
Bispo do Rio Grande



Passagem (Neópolis), 25 de Janeiro de 1954  
Bomvado seja N. S. Jesus Cristo

Carissimos D. Helder:

Estou em visita pastoral à Fábrica da Passagem  
- de Peixoto Gonçalves e Cia. - no município de Neópolis.

Em minha correspondência, chegada aqui no  
dia 23, recebi a circular de D. Mayer ao Episco-  
pado, sobre o projeto dos Estatutos da A. C. B. -  
Na minha opinião, deve haver uns esclareci-  
mentos aos Sres. Bispos, vez que D. Mayer insta-  
lou, ao que parece, outros "Secretariats" e  
está remetendo aos Sres. Bispos suas cartas  
circulares. - Escrevi, como respocta, o que li-  
que. - Não sei se os outros membros da C. E.  
estarão de acôrds. Em todo caso, é a  
minha opinião sobre o assunto. Se o Sr.  
Arcebispo estiver de acôrds, talvez seja con-  
veniente mandar esses esclarecimentos  
aos Sres. Bispos. - Se achar algo que me-  
reça ser retirado ou substituído, desde já  
pode fazê-lo. Vale a pena examinar as  
citações dos artigos e parágrafos correspon-  
dem aos do Estatuto. Estou aqui sem  
cópia do Estatuto e da Circular de 11  
de Janeiro. - Aguardo suas notícias e  
envio o cordial abraço, de seu em J. C.

Fernando.

Campesinista

49

Fmy

Fortaleza - 2 / III / 1954



Prezado D. Helder

D. Excia tem investido para que eu mande muitas opiniões sobre os estatutos da A. C.

Tenho evitado manifestar-me porque em alguma causa eu preferiria que fossem um pouco diferentes. Não queria porém manifestar ideias contrárias à Diretoria que os organizou. É ela constituída por Prelados que muito estimam e não deixo aparecer casos adversários. Se eu me manifestasse e D. Excia mandasse publicar muitas ideias talvez me tomarsem por pau



co amigo dos autores dos Estatutos. É puros que antes de tudo nos convenham manter a melhor harmonia no Episcopado. Dão então estes livros um carácter confidencial; não devem pois ser publicados.

Creio que classificar o apostolado externo das Congregações Marianas como sector autónomo da A.C.B., pode ser tomado como diminutio capitis da C.M.

Tratando-se da obrigatoriedade parece-me que seria convenientemente dizer o seguinte na causa que o valha: deve ser fundada a A.C. em todas as paróquias; se porém,



em alguma, houver para algu-  
ma classe (por ex. para os homens)

● Congregação Mariana com apostó-  
lados extintos sob a direção de hier-  
arquia, para essa classe não é  
necessário fundar a A. C.

No que parece, foram su-  
primidos os departamentos ou  
secretariados da A. C. Parece  
que fazem grande falta. O  
secretariado, que se fundare - para  
● ação social por ex - independen-  
te da A. C., não teria a ativi-  
dade que a A. C. lhe poderia  
comunicar.

Acho também que o dese-  
parecimento dos estágios coletivos



que se faziam a principio, foi grande prejuizo. A formacão individual pelo militante, como complemento do estagio coletivo, parece-me uma coisa sã; mas sem o estagio é deficiente. Não é tão comum o curso intercurso (de serviço social ou de outra classe) - por meio de um grupo escolhido de professores. Não era isso o estagio coletivo?

Eu gostaria tambem que houvesse algum artigo prevenindo aos Ministros Nacionais para que não transmitam normas, instrucões etc para as dioceses nãas através do Assistente Geral Diocesano



e nunca diretamente aos pres-  
biteros diocesanos ou aos militantes.

Canoa de D. Excmo. estão  
muitas observações não in-  
formacionais bem, se fossem  
publicadas. Julgar-me-iam al-  
guns inimigos de A. C. quan-  
do sou dela apologeta.

A Causa Episcopal de  
A. C. é merecedora de toda a con-  
fiança.

Mesmo das observações  
acima sobre os Estatutos, os  
aprovos para esta Arquidiocese, uma  
vez que a Causa julgue que de-  
ver se armar mesmo.

Com amizade me  
subscrevo

De D. Excmo.  
Serv. Ato.  
+ António M.

✓ 95  
Marassuaí, 17 de dezembro de 1953

A Sua Eminência Dom Jaime de Barros Câmara,  
DD. Presidente da Comissão Episcopal da A.C.Bras.

Ameaçado o Brasil católico por uma grave crise religiosa, sendo o clero atual insuficiente para neutralizar a influência nefasta dos protestantes e espiritas, aprovamos e abençoamos os novos estatutos da A.C.B., contando com seu valioso auxílio para o triunfo da Igreja Católica na terra de Santa Cruz.

Pede a bênção de V. Eminência  
o humilde servo em J.C.

*José de Haas*  
Bispo de Marassuaí



Piracicaba, 23 de Dezembro de 1953

✓  
18

Eminentissimo Senhor Cardeal  
Dom Jaime de Barros Câmara  
DD. Arcebispo do Rio de Janeiro

Sua benção

Tenho a honra de acusar recebida a circular de V. Emin. acompanhada do Projeto dos Novos Estatutos da A. C. B. para os quais V. Emin. se dignou de solicitar minha aprovação.

Com muita satisfação daria minha integral aprovação aos referidos Estatutos si não deparasse neles a restrição que fazem às CC. MM. contrariando ao meu ver, o que vem expresso em documentos pontifícios, tais com a Bis Saeculari Die e o Documento dando aprovação aos novos Estatutos da Confederação Intermacional das CC. MM.

Si o Santo Padre nos referidos documentos diz, pura e simplesmente, que as CC. MM. uma vez legitimamente constituídas pela Hierarquia dependem única e imediatamente desta ultima em todas as obras de Apostolado, e por isso mesmo, são ipso jure et pleno jure A. C., não compreendo porque si devam fazer restrições às CC. MM. nos Estatutos da A. C. B.

Enquanto permanecer assim nos Estatutos da A. C. B. a posição das CC. MM. entidades que a meu ver, rogo permissão para repetir, constituem no Brasil o melhor e mais eficiente elemento para se ter a melhor e mais poderosa juventude católica do mundo, embora muito contrariado, devo comunicar a V. Emin. que não posso dar a minha aprovação.



Outra observação que peço vênia a V. Emin. para fazer é a que diz respeito ao assistente eclesiástico. Dizem os Estatutos que ao assistente eclesiástico cabe apenas o papel de aprovar ou vetar o que dizem ou fazem os leigos. Ora Eminência, parece-me que o sacerdote, em tal caso, fica em situação de inferioridade frente aos leigos. Que se diria de um médico que se devesse contentar em aprovar ou desaprová-lo o que fazem seus enfermeiros?

Estou Eminentíssimo Senhor Cardeal que os dois pontos por mim despretenciosamente observados não deixarão de merecer a alta consideração de V. Emin.

Eminência.

Permita que mais uma vez, sugira respeitosamente à Colenda e Veneranda Comissão da A. C. que deixe a cada bispo constituir em sua diocese a A. C. respeitadas as normas gerais, mas em conformidade com as circunstâncias e necessidades de cada lugar.

Tudo quanto se fez até o presente na ordem religiosa e espiritual no Brasil a manutenção da piedade em nosso povo que ainda, graças a Deus e a Nossa Senhora, faz inveja aos outros povos, tudo isso V. Emin. sabe melhor do que eu, é fruto do trabalho incansável dos nossos valorosos vigários auxiliados sempre e sempre pelas associações religiosas das paróquias. Duvido Eminentíssimo Senhor Cardeal que de outra fóra se consiga maior e melhor piedade em terras do Brasil.

Rogando a V. Emin. escusas por mais esse desabafo, ditado pela responsabilidade que peza sobre meus ombros de bispo, estou certo de que V. Emin. compreenderá que o meu desejo outro não é senão o de conservar o que já existe entre nós e incrementar os trabalhos de apostolado.



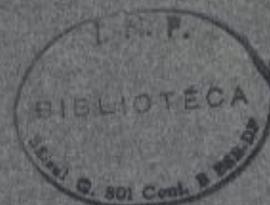
Receio que de outra forma ao Brasil se reservará a triste sorte que envolveu a pobre Europa e maxime a Itália no campo religioso, por isso mesmo que não souberam guardar o que haviam conquistado no decorrer de séculos e com tanta glória.

Osculando respeitosamente a Sagrada Púrpura de Vossa Eminência rogo suas preciosas bençãos para mim e para a minha diocese.

Sou o de Vossa Eminência ínfimo servo.

*+ Ernesto de Paula*  
Bispo de Piracicaba

Campes, 20 de Março de 1953



Exmo. E Revmo. Sr. Cardeal Arcebispo,

Osculando respeitosamente a sagrada Púrpura, formulo votos pela saúde de Vossa Eminência, e peça sua preciosa bênção para a Diocese de Campos, e seu obscuro Bispo. Ao mesmo tempo, Eminência, venho solicitar sua benevolenta atenção para esta carta, em cuja respeitosa franqueza peço a Vossa Eminência não veja senão meu ardente interesse por um Assunto igualmente muito caro ao coração de Vossa Eminência: a Ação Católica Brasileira.

Creio superfluo acrescentar, Eminência, que, cumprindo o que julgo um dever de consciência ao patentear com filial simplicidade as preocupações de meu coração acerca dos futuros estatutos da ACB., o faço com toda a consideração que a Vossa Eminência devo e tenho como meu Metropolitano como membro do mais alto Senado da Santa Igreja, como Pastor que não tem vivido senão para o seu nobre e santo Ministério.

Permita Eminência, que eu resuma os antecedentes da situação em que presentemente se encontra o assunto relativo aos novos estatutos da Ação Católica.

a. Mediante circular de Vossa Eminência, em 8 de março de 1950 os Bispos do Brasil foram informados de que os estatutos então vigentes deveriam ser alterados por ordem da Santa Sé, afim de serem ajustados a Constituição "Bis Saeculari Die". Na mesma circular Vossa Eminência convidava todos os bispos a se reunirem no Rio de Janeiro em julho desse ano, para elaborar novos estatutos.

b. Cooperando na medida de nossas forças, no simpático e importante empreendimento, o Exmo. e Revmo. Sr. D. Geraldo de Proença Sigaud, Bispo de Jacarezinho e eu tivemos a honra de passar as mãos de Vossa Eminência, para que o submetesse ao estudo do plenário, um projeto de estatutos, no qual procurávamos atender ao desejo da Santa Sé e as conveniências da Ação Católica e do Apostolado dos Leigos no Brasil.

c. Foram realizadas duas reuniões, ao longo das quais foram tratados diversos outros assuntos que não figuravam na agenda da convocação, e o problema para cuja solução a assembleia se efetuava só foi abordado na segunda sessão, consagrando-se-lhe alguns minutos, durante os quais Vossa Eminência apresentou os estatutos elaborados pela Comissão Episcopal, dizendo que ali se encontravam os novos estatutos da Ação Católica. Após um breve silêncio, o Exmo. Sr. Bispo de Penedo, hoje de Aracaju, propôs fossem eles aprovados provisoriamente, afim de serem ouvidos em momento oportuno as pessoas mais ligadas à Ação Católica. O Exmo. Sr. Cardeal Arcebispo de S. Paulo concordou com o alvitre e declarou que poderiam aprova-los por um ano até o próximo Congresso Mundial de Ação Católica a realizar-se em Roma, em outubro de 1951, e acrescentou: em S. Paulo estão aprovados. Não se fez referência a qualquer outro projeto de estatutos, nem foram informado os Srs. Bispos ali presentes da divergência existente entre esse projeto e o que apresentamos nós, o Exmo. Sr. Bispo de Jacarezinho e eu; sem que fosse pedida a opinião dos presentes, os estatutos provisórios foram dados por tacitamente aprovados, e encerrou-se a sessão.

d. Depois da reunião, o Exmo. Revmo. Sr. D. Geraldo de Proença

Sigaud e eu escrevemos uma carta a Vossa Eminência, com data de 22 de julho de 1950, em que expunhamos as razões pelas quais em consciência nos sentíamos na impossibilidade de aceitar os novos estatutos. E como Vossa Eminência nos havia declarado que todo o assunto seria encaminhado a Roma, tomamos a liberdade nessa carta, de pedir a Vossa Eminência que encaminhasse a Roma as nossas observações.

e. Algum tempo depois (Circular de Vossa Eminência de 1º de Setembro de 1950), já nas nossas dioceses, recebíamos de Vossa Eminência mimeografados os novos estatutos, cujo texto apresentava pequenas variantes com relação ao que fora distribuído na reunião dos Bispos. Estes estatutos vinham acompanhados de um regulamento, de cujo teor tomávamos conhecimento pela primeira vez.

Permita Vossa Eminência que eu suspenda a esta altura a narração, para analisar rapidamente o método de trabalho seguido em todo este assunto.

A elaboração dos estatutos, quando não são eles decretados pela Santa Sé, é um ato legislativo que cada Bispo deve exercer em sua Diocese. Assim os primeiros estatutos da ACB, de 1935 (Mandamento coletivo de 9 de junho, festa de Pentecostes), foram promulgados por todos os Bispos, cada qual para a sua Diocese. Para agir segundo a constituição divina da Igreja seria necessário que o método seguido para a reforma desses estatutos observasse duas condições essenciais: a. que cada bispo opinasse livremente; b. que legislasse por um ato explícito, na plenitude de seu poder, para a respectiva diocese.

Tudo isto supõe um sistema de trabalho em que, pelas normas do próprio sistema, os Bispos possam trocar opiniões, ponderar argumentos, enfim decidir com a certeza íntima de terem ouvido quanto lhes importava, e terem dito quanto lhes mandava a consciência. Isto é, o exercício pleno, e consciente do poder episcopal.

Párcos Vossa Eminência que eu note de quantas maneiras o método de trabalho adotado se distanciou destas condições fundamentais. A simples existência de nosso modesto projeto não foi comunicada ao episcopado. Foram-nos enviados estatutos provisórios que não havíamos aprovado. Com eles um regulamento que não conhecíamos. Para tornar possível o debate de opiniões entre os bispos só nos restava uma ação fora dos trâmites oficiais como seria a circular a todo o episcopado: atitude já a esta altura desagradável para quem como nós venera a Comissão Episcopal de Ação Católica, pois tinha aspectos de apelação. Como se ve, sobre quem tinha o infortúnio de não estar de acordo com o projeto apresentado na reunião dos bispos, pesava uma atmosfera de constrangimento bem diversa daquela liberdade e facilidade de movimentos que deve cercar a ação de um bispo por mais obscuro que seja. Esta atmosfera foi acentuada por uma nota da revista "O Assistente Eclesiástico (Ano III, julho - agosto 1950, nº 34, 35, pag. 110), órgão oficial da ACB, que, como Vossa Eminência se lembrara premunir os Srs. Bispos contra apriorismos e precipitações no julgamento dos novos estatutos. Era uma revista redigida por padres - o Exmo. Sr. D. Helder Câmara ainda não fora elevado ao episcopado - a fazer advertências e censuras aos bispos que tivessem a ousadia de divergir dos estatutos cuja aprovação com tanto empenho se queria alcançar.

Retomemos, data venia, o fio da narração. Posta a situação como acabamos de lembrar, nossa esperança estava nisto, que Vossa Eminência tivesse encaminhado a Roma nossas observações ao projeto por Vossa Eminência apresentado.

E esperavamos a decisão de Roma, com filial tranquilidade.

Passaram-se assim cerca de dois anos, no decurso dos quais nenhuma informação tivemos. Em fins do ano passado, somente, recebemos a circular de Vossa Eminência comunicando-nos haver o projeto de estatutos de sua autoria sido aprovado, pelo Exmo. Revmo. Sr. Cardeal Pizzardo, Prefeito da Sagrada Congregação dos Seminários e Presidente do ofício "Actio Catholica", e juntando copia da carta dirigida neste sentido por aquele ilustre Príncipe da Igreja em 14 de agosto de 1952, ao Exmo. Revmo. Sr. Nuncio Apostolico, D. Chiarlo Carlo.

A só opinião de S. E. Revma. o Sr. Cardeal José Pizzardo, não somente pelo esplendor de sua purpura mas igualmente pela sua altíssima autoridade e competência em matéria de Ação Católica, bastar-nos-ia para segui-la inteiramente. E é precisamente isto que me impõe algumas interrogações, perguntas, que atenciosamente faço a Vossa Eminência em caráter oficial, aguardando a resposta de Vossa Eminência para esclarecer-me por completo a situação:

- As nossas observações, isto é, as que D. Sigaud e eu fizemos, seja antes da reunião de julho de 1950, seja logo após desta, foram encaminhadas como Vossa Excelência gentilmente nos prometera, a S. Em. o Sr. Cardeal Presidente do Ofício Actio Catholica?
- Sabe S. Em. o Cardeal Pizzardo que os Bispos não foram consultados amplamente, como ele próprio deseja? E que esses Bispos tinham alguma coisa a dizer, naquela reunião, e, devido as circunstâncias, não o háo podido?
- E, quanto a carta de S. Em. datada de 14 de agosto de 1952 ao Sr. Nuncio e, depois distribuída a todos os srs. Bispos: nessa aprovação do projeto do futuro estatuto da ACB, quer S. E. o Sr. Cardeal Pizzardo usar da jurisdição que terá? E também quanto a este ultimo ponto, sobre a jurisdição, nos, Bispos, ainda ignoramos dados exatos, dada a falta deles na circular de Vossa Eminência.

É bem de ver quanto esta situação é complexa. É neste estado de complexidade, que ela será apresentada ao estudo dos Exmos. Srs. Arcebispos e Bispos nas reuniões das respectivas provincias. É neste estado, que ela será depois estudada na reunião dos Exmos. Revmos. Srs. Arcebispos. Nascerá daí a tão desejada clareza? Almejo-o de todo o coração. Mas motivos há para que se receie que tal não se dê. Em primeiro lugar pelo acúmulo de matéria a ser considerada em tais reuniões. Em segundo lugar pelo próprio método de trabalho que tem sido adotado até aqui, quando se trata da ACB, método este que facilmente se presta a que prevaleçam soluções pre-estabelecidas, sem que se possam beneficiar das objeções e lições e da contribuição dos Exmos. Srs. Arcebispos e Bispos. Em outros termos, nada tem sido feito, segundo as praxes adequadas a produção de um ato legislativo como são estatutos que devem vigorar em todas e cada uma das dioceses do Brasil. E, dada a inobservância dessas praxes, só há que recear que de todo esse esforço nasçam novas situações confusas e contestáveis do ponto de vista jurídico.

Assim, Exmo. Sr. Cardeal, com toda a veneração que devo à Sagrada Pessoa de Vossa Eminência, e à alta autoridade de que está revestido, vejo-me entretanto, no dever de consciencia de pedir a Vossa Eminência que me esclareça em forma oficial sobre os pontos que enunciei, e que outrossim, na elaboração dos novos estatutos da ACB, faça uso da alta função de que dispõe, para obter que tudo se passe segundo as melhores praxes que assegurem a autoridade e a concordia de todos os Srs. Bispos.

Confiando este pedido ao paternal coração de Vossa Eminência, peço que queira conservar para mim um pequeno lugar na sua preciosa estima e que aceite a manifestação de minha profunda veneração em Nosso Senhor

Pesqueira, 16 de dezembro de 1953.

Eminentíssimo Sr. Cardeal Câmara,

fico, respeitosamente, uma bênção.

Acusando a carta de Vossa Eminência com uma cópia dos novos Estatutos da Igreja Católica Brasileira a serem aprovados pelo Episcopado Brasileiro, para posterior remessa do texto à Santa Sé, tenho o prazer de comunicar a V. Em<sup>cia</sup> que lhes dou plena aprovação, felicitando a V. Em<sup>cia</sup> e a Comissão Episcopal da I.C. pela providencial solução do problema das relações entre a I.C.B. e as Congregações Unidas e pelo sentido de adaptação e plasticidade que presidiu à organização dos novos

Estado.

Subcrevendo - me de V. Em<sup>cia</sup> seus  
muito grato e humilde em Vossa Se-  
nhoria, pois mais uma vez por me a-  
lencar a ra' diocese de Perynia.

Adelmo Cavalcanti Medeiros  
Bispo de Perynia.

Campos, 5 de maio de 1953

Eminentissimo e Reverendissimo Senhor  
 Dom Jaime de Barros Camara  
 DD. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.

Osculando a Sagrada Purpura, tenho a honra de acusar o recebimento da carta de 9 de abril pp., com que Vossa Eminencia me distinguiu.

Agradeço respeitosa e muito cordialmente a atenção que nella Vossa Emcia. me concede. E ao mesmo tempo, peço venia para submeter a seu esclarecido exame algumas considerações que, ao longo da leitura da referida carta, me ocorreram:

1) Não logro perceber qual tenha sido meu equívoco ao lêr a carta do Emo. Senhor Cardeal Pizzardo ao Exmo. Snr. Nuncio Apostolico. Estudai-a atentamente, e julgo te-la compreendido. Data venia, nela não consigo, porem, encontrar fundamento para a interpretação de Vossa Eminencia.

2) Com efeito, em sua carta de 9 de abril pp., faz-me Vossa Emcia a honra de falar dos "poderes" de que, "agindo em caracter oficial", aquele illustre Purpurado teria feito uso na qualidade de "dignissimo Presidente do Officio Actio Catholica";

3) ora, pela propria natureza das coisas, o uso de poderes, maxime quando "em caracter oficial" não pode presupor-se nem conjecturar-se, e só existe quando feito de modo formal, explicito, taxativo;

4) tal regra só comporta uma exceção: tratando-se de dignatario investido em cargo que, official e notoriamente, lhe confere poder em certo assunto.

5) Nestas condições, ou a qualidade de Presidente da "Actio Catholica" confere ao Emo. Cardeal Pizzardo poderes de governo sobre o Episcopado Brasileiro em materia de Ação Católica, ou não. Se os confere, a carta de S.Emcia. ao Exmo. Snr. Nuncio Apostolico, pode ser entendida como uma ordem, e, neste caso, contaria com toda minha obediencia; se não lhos confere, a carta contem a expressão de desejos, e sugestões, veneraveis por muitos titulos, porem não contem ordens.

6) Foi sobre este ponto preciso, que pedi, e, com o devido respeitoouse pedir a Vossa Emcia. que me informe: a qualidade de Presidente do Officio Actio Catholica confere poderes sobre os Bispos do Brasil em matéria de Ação Católica? Qual o decreto Pontificio existente a este respeito?

Permita Vossa Emcia que eu formule um esclarecimento sobre o seguinte topico da carta que teve a bondade de me enviar em 9 de abril pp.: "Se Vossa Excia considerar mais atentamente a carta que o Eminentissimo Cardeal Pizzardo se dignou enviar, a proposito de Estatutos e Regulamentos da A.C.B., ao Exmo. Snr. Nuncio Apostolico, verá V. Excia que o dignissimo Presidente do Officio Actio Catholica agindo em caracter official, usou de seus poderes da maneira mais prudente, equilibrada e capaz de contribuir para o pleno entendimento entre nós".

Não tive jamais uma palavra que negasse ou puzesse em dúvida sequer a prudencia, o equilibrio, o desejo de contribuir para a união dos Bispos do Brasil, a Purpurado tão insigne quanto o Emo. Cardeal Pizzardo.

Não cogito, nesta correspondencia que a bondade de Vossa Emcia. me permite de manter sobre todo este assunto, senão do ponto acima mencionado: a qualidade de Presidente do Officio "Actio Catholica" confere poder de governo sobre os Bispos do Brasil em materia de Ação Católica? Qual o decreto Pontificio existente a este respeito?

Perdoe-me Vossa Emcia., Senhor Cardeal, se ouse insistir neste ponto. Um espirito como o de Vossa Emcia não ignora quanto importa para a união na Santa Igreja que as relações entre os varios órgãos de governo, de alto a baixo se efetuem em bases juridicas perfeitamente definidas, e quererá, por certo, esclarecer-me a respeito da pergunta que respeitosamente formulo.

Desde já cordialmente grato por quanto Vossa Emcia. queira fazer neste sentido, e com as expressões de minha profunda veneração, os curo a Sagrada Purpura, e rogo a Vossa Eminencia queira favorecer com suas orações e benções a Diocese de Campos e seu obscuro Pastor.

De Vossa Eminencia Reverendissima  
servo em Jesus Cristo

13

Campos, 31 de Janeiro de 1954

Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Jaime de Barros Câmara, dd. Presidente da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira

Osculando respeitosamente a Sagrada Púrpura, tenho a honra de responder a Vossa Eminência - e na augusta pessoa de Vossa Eminência também aos Eminentíssimos Cardeais, e Excelentíssimos e Reverendíssimos Senhores Arcebispos e Bispos que com Vossa Eminência a subscrevem - a circular de 11 de janeiro deste ano de 1954.

Enviarei cópia da presente a esses venerandos Signatários. E o mesmo farei em relação aos demais senhores arcebispos e bispos do Brasil. Com efeito, aquela circular trata de assuntos em que o humilde bispo de Campos teve ocasião de tomar posição doutrinária, com conhecimento de todo o venerando episcopado nacional. Parece-lhe, pois, respeitoso por este último ao corrente do teor da presente missiva. Data venia, passo a examinar em seus vários aspectos os assuntos sobre os quais os egrégios Signatários da circular de 11 de janeiro houveram por bem pedir meu desvalioso pronunciamento.

Breves comentários sobre o projeto de estatutos da ACB.

1. Não julgamos conforme à Constituição Apostólica "Bis Saeculari Die", e à posterior Carta ao Diretor do Secretariado Central das Congregações Marianas, com data de 2 de julho de 1953, a definição de Ação Católica contida no art. 1 do projeto de Estatutos. Sem dúvida, a ACB é apostolado oficial dos leigos. Mas, esta nota não basta para a definir. Com efeito, a definição, para ser completa, deve conter todos os elementos pelos quais o objeto definido se distingue dos outros. Ora, ou se sustenta que a ACB é a única forma de apostolado oficial dos leigos, ou se admite que as Congregações Marianas e outras associações que têm fins e forma de apostolado também o são. No primeiro caso, entra-se em contradição com a "Bis Saeculari Die" e a alocução de 4 de setembro de 1940 à A.C.I. No segundo caso, o art. 1 não define a ACB; termina criando confusão.

2. Esta confusão preliminar se projeta naturalmente sobre os demais tópicos da circular, referentes às CC.MM. e suas relações com a ACB.

Assim, a circular lembra que "a CE considerou oportuno inserir nos estatutos as CC.MM." Mas, ao mesmo tempo, a circular afirma que "as CC.MM. se regulam por estatutos próprios, e têm sua história, sua vida, seus métodos, sua organização enfim, definida, eficiente e anterior à organização da AC como hoje existe." De onde se depreende que o projeto de estatutos se limita a mencionar as CC.MM. (art. 3), sem contudo permitir que os estatutos se apliquem a estas. Ficam, pois, as CC.MM. ao mesmo tempo, dentro e fora dos estatutos da ACB. Observação que não é confirmada pela declaração do projeto de estatutos que as CC.MM. são um setor autônomo da ACB. Chegamos aqui ao cerne da questão. O que é a ACB? Segundo os estatutos, ela é uma associação de apostolado dos leigos que faz parte do Secretariado Nacional de Apostolado dos Leigos da CNBB, "como organismo distinto e irmão dos organismos constituídos pelas Associações Religiosas (art. 2 do projeto de estatutos)." Si admitirmos o conceito da "Bis Saeculari", de que as CC.MM. e todas as associações que

como estas têm fins e forma de apostolado são legítima Ação Católica, o quadro é muito claro: a. genero: Ação Católica; b. especies e equivalentes dentro do mesmo gênero: A associação denominada ACB, as CC.MM., e todas as demais associações com fins e forma de apostolado. Em outros termos: a. gênero: Secretariado Nacional do Apostolado dos leigos da CNBB; b. especies: ACB, CC.MM., etc. Si a ACB e as CC.MM. são especies inteiramente equivalentes, do mesmo gênero, (Cfr. "Bis Saeculari Die" n.XII), porque as CC.MM. não de constituir um setor, isto é, um elemento integrante, incorporado, incluído na associação denominada ACB?

Toda esta confusão decorre do simples fato de que existe no assunto uma anomalia que se procura evitar em todos os outros campos. Há um mesmo nome para designar dois objetos distintos, isto é, o todo e uma das partes. O todo, isto é, o conjunto das associações que têm fins e formas de apostolado, chama-se pleno iure AC. E como este conjunto existe no Brasil, muito legitimamente se lhe dá o nome de ACB. Ora, há neste conjunto uma associação constituída pelo decreto coletivo do Episcopado Brasileiro de 1935, que também se chama ACB. Daí o passar-se inadvertidamente do todo para a parte, e da parte para o todo, com grave prejuizo para a clareza do assunto, e consequentemente para a tão desejável união de vistas do episcopado, pois onde há confusão a união se torna impossível.

Basta ler a respeitável circular de 11 de janeiro, para ver que proporções esta confusão tem tomado entre nós.

Para obviar a este inconveniente, o excelentíssimo e reverendíssimo senhor bispo de Jacarezinho e eu vimos pedindo há alguns anos que: l. se conserve o nome de ACB para o todo, isto é, para o conjunto das associações que tem fins e formas de apostolado, reunidos no Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos; b. que às associações denominadas até aqui ACB se dê o nome de Ligas Apostólicas, ou outro que evite do modo mais completo qualquer confusão. Até aqui, não obtivemos resposta para esta sugestão.

3. No que diz respeito à Constituição Apostólica "Bis Saeculari Die" e à Carta de 2 de julho de 1953 ao Diretor do Secretariado Central das CC.MM., há, salva reverência, manifesto equívoco dos venerandos signatários da circular de 11 de janeiro. É da natureza das CC.MM. exercer o apostolado omnímoto, e principalmente o social ("Bis Saeculari Die" n° XI)

E como os ordinários não podem modificar as regras e a natureza das CC.MM. (cfr. "Bis Saeculari Die", n° III), não depende deles chamar, ou não chamar as CC.MM. para o apostolado. Cabe-lhes, isto sim, dirigir o apostolado externo das CC.MM., que estas exercem sempre, por força da própria natureza delas ("Bis Saeculari Die", n°s. VI e XI)

Assim, a distinção entre CC.MM. que exercem apostolado externo, e outras que não o exercem, as primeiras constituindo AC e as outras não, distinção esta que teria como consequência a atribuição para o Ordinário de conferir às CC.MM. a qualidade de AC ou de lhas recusar, esta distinção dizíamos, não é compatível com a "Bis Saeculari Die", nem com a Carta ao R. P. Paulussem. Tal distinção se baseia numa tradução errônea que alguns órgãos de publicidade católicos divulgaram a seu tempo, como o "Legionário" de 21 de XI de 1948 e uma publicação da Federação Mariana de S. Paulo em 1948. Segundo esta tradução, "Pelo que, por justo título (como tivemos ensejo de notar) devem ser ditas cooperadoras do apostolado hierárquico desde que sejam recebidas nas fileiras da milícia apostólica pela Hierarquia Eclesiástica e dela dependam em iniciar e

3. No que diz respeito à Constituição Apostólica "Bis Saeculari Die" e à Carta de 2 de julho de 1953 ao Diretor do Secretariado Central das CC.MM., há, salva reverência, manifesto equívoco dos venerandos signatários da circular de 11 de janeiro. É

realizar os trabalhos apostólicos". Na realidade o texto latino da *Acta Apostolicae Sedis* diz: "quapropter, cum et ab Ecclesiastica Hierarquia inter apostolicae militiae excipiantur ab eaque in operibus adoriendis et perficiendis plane pendeant, iure meritoque, ut quondam notavimus, hierarchici apostolatus cooperatrices sunt dicendae (*A.S.* p. 397, vol. 40)."

O que manifestamente se traduz assim:

"Pois que admitidas pela Hierarquia nas fileiras da milícia apostólica e dependendo claramente dela, tanto em aceitar como em levar a termo qualquer atividade apostólica, com pleno direito - como já tivemos ensejo de notar - são cooperadoras do Apostolado Hierárquico".

As palavras do Papa são afirmativas; e não condicionais. Todo o contexto da "Bis Saeculari Die" demonstra que um dos fins desta Constituição Apostólica é mostrar que "às CC.MM. não falta característica nenhuma das que constituem a Ação Católica".

O mesmo se diga da Carta ao R. Pe. Paulussen, onde o Santo Padre reafirma a "Bis Saeculari Die", e explicitamente declara: "eiusmodi Congregationes, semel ad legitime ab Hierarchia conditae sunt unice et immediate ab Hierarchia pendent in omnibus apostolatus operibus; quapropter, ut iam monuimus, semel ac constitutae sunt, ipso iure et pleno Actio Catholica dicendae sunt atque eodem ordine cum aliis Actionis Catholicae formis sunt censendae (*A.S.* p. 496, vol. 45)."

Portanto, a Hierarquia pode constituir ou não uma Congregação Mariana. Erigindo-a, ela é automaticamente Ação Católica.

4. Quanto à obrigatoriedade declarada no artigo 5 do projeto, também temos alguns reparos a oferecer. Si as CC.MM. constituem legítima AC, parece-nos que o Ordinário que tenha um vigoroso movimento mariano conforma-se em tudo e por tudo com as determinações da Santa Sé sobre a obrigatoriedade da AC como munus parochial. Não se vê, pois, porque motivo, num país, que como o Brasil, conta tantas CC.MM. e outras associações com forma e fins de apostolado, os estatutos não de tornar obrigatória uma dessas associações, isto é a ACB, e isto até mesmo "onde existam as CC.MM." (Regulamento Geral, art. 3º).

Na ordem concreta dos fatos, esta obrigatoriedade virá aliás criar para os párocos uma cruel alternativa. O número de pessoas filiadas às associações de uma paróquia não é indefinido, pois que nos dias em que vivemos um sacerdote conta sempre com uma quantidade relativamente pequena de pessoas modelares e dedicadas, que estejam dispostas a sacrificar seus lares para trabalhar no apostolado. De onde, obrigado a fundar as associações da ACB, muitos párocos se encontrarão na seguinte situação: a. pedir a bom número de seus congregados que entrem para a ACB, com prejuízo das atividades que exercem na C.M. - o que é explicitamente contrário à "Bis Saeculari Die"; b. não fundar a ACB por falta de contingentes suficientemente numerosos, e, pois, desobedecer ao Ordinário.

Antinomias como esta prolongam em pleno regime da "Bis Saeculari Die" os entreschoques e perplexidades decorrentes do estatuto anterior, habitualmente mal interpretado, mandado reformar pelo Santo Padre, segundo circular que Vossa Eminência nos encaminhou em 1950. Antinomias assim constituem, aliás, a principal causa do insucesso da ACB entre nós.

5. Pelas considerações expostas acima, julgamos que este projeto de estatutos não é capaz de obter a finalidade da ACB declarada no seu art. 4: "estabelecer pontos gerais e comuns para que a ACB exista como organismo nacional e internacional".

6. Estas são algumas das observações que me ocorrem na leitura, algum tanto rápida, da circular de 11 de janeiro e do projeto de estatutos que a acompanhava. Dada a urgência solicitada para a resposta, e a habitual sobrecarga de trabalhos que a diocese me impõe, peço desculpas por não entrar em outros pormenores.

Resumo aqui as minhas sugestões: 1. Dada a existência do Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos, como órgão da CNBB, e dada a confessada paridade de condições entre as associações da ACB e as outras com fins e formas de apostolado, não vejo necessidade de existência para uma Comissão Episcopal especial para a ACB. Aliás, a existência de tal comissão, exornada pelo esplendor de três Purpuras dá à ACB um prestígio imensamente maior do que o das outras associações, o que não decorre da perfeita paridade jurídica declarada pela "Bis Saeculari Die", nem me parece corresponder às conveniências concretas de um país que já manifestou a sociedade sua particularíssima propensão para as CC.MM. Por outro lado, sendo a ACB um simples elemento integrante do Secretariado dos Leigos, seria difícil assegurar sua sujeição a este, quando à testa dela figuraria uma tão augusta comissão.

2. O nome de ACB fique consagrado como designação genérica abrangendo todas as associações que no Brasil são realmente Ação Católica, como as CC.MM., etc. e integram o Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos. As associações que até aqui constituíam os organismos fundamentais da ACB, passam a tomar outra denominação que exclua qualquer confusão, p. ex. Ligas Apostólicas.

X X X

Respondo assim os quesitos contidos na veneranda circular de 11 de janeiro, que ficam prejudicados.

Agradecendo e retribuindo muito de coração os amáveis votos que os Eminentes e Venerandos Signatários da colenda circular de 11 de janeiro houveram por bem enviar-me, por motivo do início do ano dedicado à Imaculada Conceição da Bemaventurada Virgem Maria, tenho a honra de oscular repetidamente a Sagrada Purpura de Vossa Eminência, pedindo-lhe que aceite a presente carta como modesta cooperação para a união de vistas do Episcopado em torno do Pontífice gloriosamente reinante, cujo nome ficará indelevelmente inscrito nos fastos da Igreja de Deus.

Do mesmo tempo imploro as valiosas bençãos e orações de Vossa Eminência para a minha caríssima diocese, e para seu obscuro pastor,

*Antonio Sebastião Meyer,*  
(a) Antonio de Castro Meyer  
Bispo de Campos *B. de Campos.*

Rio de Janeiro, 7 de março de 1954.

Exmo. e Revmo. Snr.

Sem intuitos de abrir polêmica, devidamente autorizados pela Exma. Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira e com a devida reverência, julgamos um dever levar aos Exmos. e Revmos. Srs. Arcebispos, Bispos e Prelados alguns esclarecimentos em face da carta de 31 de janeiro último, endereçada ao Emo. Cardeal D. Jaime de Barros Camara, e enviada a todos os Arcebispos e Bispos do Brasil, por S. Excia. Revma. D. Antônio de Castro Mayer.

Esta carta contém 6 itens e 2 sugestões. Na primeira parte, S. Excia. Revma. tece comentários sobre o projeto dos Estatutos da A.C.B. e expõe com bastante clareza seu modo pessoal de entender o apostolado dos leigos. Na segunda parte, apresenta suas sugestões.

Item 1º: - O Exmo. e Revmo. Snr. D. Antonio de Castro Mayer começa por julgar errada a definição da A.C. contida no Art. 1º do projeto dos Estatutos. Lembra o que seja "definir", e acaba declarando que a Comissão Episcopal criou confusão, em lugar de dizer o que é A.C.B.

Motivos - "ou se sustenta que a A.C.B. é a única forma de apostolado oficial dos leigos, ou se admite que as Congregações Marianas e outras associações que têm fins e forma de apostolado também o são. No primeiro caso, entra-se em contradição com a Bis Saeculari Die e a alocução de 4 de setembro de 1940 à A.C.I. No segundo caso o Art. 1º não define a A.C.B."

Resposta: A A.C.B. é a única forma de apostolado oficial dos leigos no Brasil (desde que o Episcopado aprove o projeto dos Estatutos). Mas as CC.MM. também são verdadeira A.C. e, como tal, exercem apostolado oficial. Por isso, estão explicitamente nomeadas no Art. 3º e constituem um setor autônomo, de conformidade com o Art. 11, § 1º.

As CC.MM. foram explicitamente nomeadas por força da Constituição Apostólica "Bis Saeculari Die". As outras Associações Religiosas não foram nomeadas no projeto porque a Comissão Episcopal não conhece nenhum documento da Santa Sé nem do Episcopado Brasileiro, autorizando-a a integrá-las nos quadros do apostolado oficial dos leigos. Nem se considera com autoridade para fazê-lo.

A definição da A.C.B. (Art. 1º) não encerra, portanto, contradição ou confusão alguma, como se verá melhor no item seguinte.

Item 2º: Quando a Circular da Comissão Episcopal, datada de 11 de janeiro p.p., afirmou que as CC.MM. se regulam por Estatutos próprios, etc., quis demonstrar que a C.E., obedecendo às diretrizes da Bis Saeculari Die, por um lado, respeita a "essência das regras comuns" e, por outro lado, sempre fiel às normas da Santa Sé, considera o apostolado externo das CC.MM. como verdadeira A.C.

Neste ponto o Exmo. e Revmo. Sr. D. Antônio de Castro Mayer admite que foi atingido o "cerne da questão", e pergunta que é A.C.B. - Ele mesmo responde:

"segundo os Estatutos, ela é uma associação de apostolado dos leigos que faz parte do Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos da C.N.B.B., "como organismo distinto e irmão dos organismos constituídos pelas Associações Religiosas."

Aqui S. Excia. Revma. preferiu desprezar o Art. 1º e considerar como "definição" o que dispõe o Art. 2º. No entanto, pelo projeto dos Estatutos, A.C.B. é "apostolado oficial dos leigos no Brasil para a imediata colaboração com o apostolado hierárquico da Igreja". Misto está tudo o que é necessário para uma definição - gênero: "apostolado dos leigos"; espécie: "oficial". Mais claro:

Apostolado dos Leigos (gênero)	<p>"Oficial" - A A.C.B., constituída de organizações fundamentais, setores, etc. As CC.MM. constituem um setor autônomo deste apostolado oficial.</p> <p>"Extra-oficial" - organismos constituídos pelas outras associações que integram o Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos, da CNBB.</p>
-----------------------------------	---

As espécies "oficial" e "extra-oficial" não significam disparidade jurídica, privilégios ou superioridades, como ficou esclarecido na Circular de 11 de janeiro, mas, apenas, que do apostolado oficial se exige uma responsabilidade maior e mais direta, junto à Hierarquia.

A "confusão" que Sua Excia. Revma. aponta não foi criada nem pelo projeto dos Estatutos, nem pela Circular de 11 de janeiro. Reconhece S. Excia. Revma. que:

"esta confusão decorre do simples fato de que existe no assunto uma anomalia que se procura evitar em todos os outros campos. Há um mesmo nome para designar dois objetivos distintos, isto é, do todo e uma das partes. O todo, isto é, o conjunto das associações que têm fins e forma de apostolado, chama-se pleno jure A.C. E como este conjunto existe no Brasil, muito legitimamente se lhe dá o nome de A.C.B. Ora, há neste conjunto uma associação constituída pelo decreto coletivo do Episcopado Brasileiro de 1935 que também se chama A.C.B."

É realmente estranha esta observação de S. Excia. Revma. Antes de 1935, ninguém no Brasil se lembrou de chamar A.C.B. ao "conjunto das associações que têm fins e forma de apostolado". Admite S. Excia. Revma. que foi em 1935 que se deu este nome a "uma associação constituída pelo decreto coletivo do Episcopado Brasileiro". E agora acha que é confusão chamar esta "associação" pelo seu nome próprio, nome que lhe foi dado pelo decreto coletivo do Episcopado Brasileiro.

Quisesse S. Excia. conservar a terminologia adotada pelo Episcopado Brasileiro, tudo estaria esclarecido:

- a) "Apostolado dos Leigos" - conjunto das associações que têm fins e forma de apostolado (inclusive a A.C.B.)
- b) "Ação Católica Brasileira": organismos que constituem o apostolado oficial dos leigos, na conformidade do que se esclareceu no ítem anterior.
- c) "Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos": centro coordenador de todo o apostolado dos leigos no Brasil.

Pretender, como sugere o Exmo. e Revmo. Snr. Bispo de Jacarezinho, citado na carta de 31 de janeiro:

"que às associações denominadas até aqui de A.C.B (por decreto coletivo do Episcopado Brasileiro) se dê o nome de Ligas apostólicas, ou outro, que evite do modo mais completo qualquer confusão" (?)

é procurar a confusão que nunca existiu. E se agora S. Excia. Revma. acha que existe, não foi ela criada pelas associações "denominadas até aqui de A.C.B.", mas pelos que procuram dar este nome a outras associações que têm seus nomes próprios.

Menos mal que S. Excia. Revma., nesse tópico de sua carta, dá a entender que o "cerne da questão" é só de nome. Sendo assim, basta não confundir A.C.B. (parte) com Apostolado dos Leigos (todo) - respeitar os nomes adotados desde a fundação e admitir a coordenação de todas as associações que têm fins e forma de apostolado, por meio do Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos, sob a direção uniforme e conjunta dos Bispos do Brasil.

Item 3º: O "equivoco" de que se fala neste ítem é de responsabilidade exclusiva do Exmo. e Revmo. signatário da carta de 31 de janeiro.

Não se disse na circular de 11 de janeiro que dependia do Bispo chamar ou não chamar as CC.MM. para o apostolado. Ao contrário, ficou bem claro que as CC. MM. sempre exercem apostolado sob a imediata direção dos seus legítimos Pastores, e que esse apostolado é verdadeira A.C.

O que se afirmou foi o seguinte: além do apostolado "onímodo e principalmente social", as CC.MM. têm vida interna, métodos próprios de formação, regras comuns que não podem ser modificadas em sua essência.

Não se fez distinção entre CC.MM. que exercem apostolado externo e outras CC.MM. que não exercem este apostolado. Todas o exercem, ou pelo menos devem exercê-lo, por força de sua própria natureza. Mas uma Congregação Mariana não é apenas apostolado externo. É também vida interna, admirável escola de santificação pessoal (declara o Santo Padre), conjunto de regras de espiritualidade que não pode ser esquecido, nem absorvido pelo apostolado social.

A citação do Legionário de 21.XI.1948 e uma publicação da Federação Mariana de São Paulo em 1948, nenhum nexo têm com a Circular de 11 de janeiro. Encontramos mesmo dificuldade para explicar por que razão foram citados documentos escritos em São Paulo, em 1948, sem nenhuma relação com o assunto da respeitável missiva end

reçada ao Emo. Cardeal Presidente da C.E., em 31 de janeiro de 1954.

Item 4º: Quanto à obrigatoriedade de que fala o Art. 5º do projeto, como já foi explicado na Circular, trata-se apenas de urgir a necessidade de instalar os ramos fundamentais da A.C.B. Dizer que isto virá criar dificuldades aos Párocos é desconhecer a natureza da A.C. e a realidade de nossas Paróquias, nas quais, infelizmente, o número de elementos indiferentes e displicentes é sempre maior do que o dos elementos que constituem as nossas organizações católicas. E, na maior parte dos casos, por falta de organizações que atinjam as condições de vida em que lutam as diversas camadas sociais.

Essa obrigatoriedade em nada prejudica a organização do setor autônomo das CC.MM. Bem ao contrário: a experiência demonstra que onde florescem as associações católicas, sobrenaturalmente organizadas, cresce, sem cessar, o estímulo para novos organismos de apostolado, de acordo com as múltiplas e variadas exigências das circunstâncias e das pessoas. Há na Igreja de Deus uma riqueza infinita de fins e formas de apostolado. O que não se coaduna com o espírito da Igreja é uma forma única de apostolado para responder a necessidades diversas, em circunstâncias várias e variáveis.

Item 5º: Lamentamos que S. Excia. Revma. tenha chegado a uma conclusão que servirá apenas para fechar a porta ao desejo sincero, expresso no Art. 4º do projeto dos Estatutos da A.C.B.: "estabelecer pontos gerais e comuns para que a A.C.B. exista como organismo nacional e internacional"

Item 6º: No entanto, S. Excia. Revma., neste ponto, oferece alguma esperança de aprofundar o assunto, de vez que suas observações são o fruto de uma leitura "algum tanto rápida da circular de 11 de janeiro e do projeto de Estatutos que a acompanhava".

Com relação às sugestões, nada temos a dizer, por se tratar de um modo pessoal de ver e entender as cousas. Compete ao Episcopado Brasileiro aceitá-las ou não.

Uma observação, contudo, parece dever ser feita. A C.N.B.B. elegeu a Comissão Episcopal não só para a A.C.B., como também para o Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos. Deste modo, não se oferece nenhum "prestígio imensamente maior à A.C.B." As demais associações de apostolado estão igualmente coordenadas pela mesma Comissão "exornada pelo esplendor de três púrpuras", "com perfeita paridade jurídica", sem privilégios nem superioridades da A.C.B. sobre as demais.

Perdõe, Excia., esta explicação longa, mas necessária e escrita com o intuito exclusivo de evitar confusões.

Pede para a Ação Católica Brasileira as bênçãos de V. Excia.

o amigo e servo em J.C.

*+ Helder Câmara*  
Assistente Geral da A.C.B.



BISPADO DE CAMPINA GRANDE  
PARAIBA - BRASIL

Campina Grande, 11 de Fevereiro de 1954

64/54

295

Exmo. e Revmo. Smr. D. Helder Camara.

Em poder da carta assinada pela Exma. Comissão da A.C.B., datada de 11 de Janeiro pp., tenho o prazer de, respondendo aos quesitos, declarar o seguinte:

- a- renovo a minha aprovação dos novos Estatutos da A.C.B.;
- b- nunca me veio a menor dúvida sobre a fidelidade da C.E. da A.C.B. ao mandato recebido da Hierarquia em nosso país;
- c- concordo plenamente com a eleição da atual C.E. da A.C.B.;
- d- não vejo razão porque explicitar os limites da delegação dada pelo Episcopado Nacional à C.E. da A.C.B., uma vez que a Comissão Episcopal, longe de querer decretar e impor normas, restringe sua atividade a orientar e, baseada nas próprias e alheias experiências e sugestões recebidas, deseja apenas ajudar o Episcopado na ardua tarefa de dar à A.C.B. a feição prática que o tempo e as circunstâncias reclamam, assim como a uniformidade e coesão que o movimento providencial, para melhor obtenção dos objetivos almejados, requer. Por todo este trabalho o episcopado deve, ao meu ver, sincero agradecimento à C.E. da A.C.B.

Com os melhores votos, sou de V. Excia. dedicado em Xto.

\* *Marcelino Lieberke Rth.*  
*Bispo de Campina Grande.*

L.M.J.Fr.

Guaxupé, aos 15 de janeiro de 1954.

Exmo. e Revmo. Senhor  
Dom Helder Câmara  
DD. Secretário da C.N.B.

Rio de Janeiro

Exmo. Senhor Bispo,

Desculpe V. Excia. se esta vai chegar tarde. É que durante o mês de dezembro até o dia 6 deste estive sempre fora da Sede em visitas pastorais ou por outros fins conexos ao bem das almas. Assim sendo, minha correspondencia particular ficou muito atrasada.

Agradeço pela remessa dos novos Estatutos da A. C. B. Li-os com atenção. E aqui estou para, humildemente, dizer o meu parecer.

Converteria eu o Art. 3º nestes dizeres:

"As Congregações Marianas, legítimamente constituídas pela Hierarquia, devem-se dizer de pleno direito Ação Católica e serem tidas na mesma ordem com as demais formas de Ação Católica" (Carta do nosso Santo Padre, o Papa Pio XII, ao Presidente do Secretariado Central das Congregações Marianas). Em consequencia, suprimiria o § 1º do Art. 11, e acrescentaria à letra c) do mesmo Art. 11, após as (J.U.C.) Juventude Congregação Mariana (J.C.M.) encerrando com os outros dizeres: setores autonomos em seus respectivos campos.

Como escrevia acima, este é o meu humilde modo de pensar. Com sentimentos de elevada estima e consideração,

De Vossa Excia. Revma.  
Humilde coirmão em C.J.

*Frei Inácio João Dal Monte*  
*Bispo de Guaxupé*  
Dom Frei Inácio João Dal Monte, O.F.M.Cap.  
Bispo de Guaxupé

Vacaria, 18 de janeiro de 1954

69

Exmo. Revmo. Sr.  
D. Helder Câmara,

✓

Pax Christi !

1) Ha já algum tempo, recebi os novos Estatutos da A.C.B.. Li-os atentamente e examinei com particular atenção os pontos discutidos. Pela leitura de tantos documentos pontifícios, parece-me não se possa reduzir a A.C. à coligação de todas as associações de leigos, de caráter apostólico. Pode certamente a S. Sé declarar A.C. formal o apostolado de alguma associação, como também não haverá dificuldade que a suprema autoridade diocesana faça o mesmo a respeito de alguma associação, cujo apostolado reconhece corresponder ao apostolado da A.C. segundo os documentos pontifícios. Mas reduzir simplesmente a A.C. a uma coligação de associações, sem caráter próprio, parece-me insustentável e a morte de uma A.C. oficial. - Digo isto apenas por causa de cartas que recebi. - Si, todavia, assim explicasse se deva entender a S. Sé, nada haverá que opôr.

2) Pelo que me concerne APROVO os atuais Estatutos, que me foram apresentados, sem lhe atribuir o valor de uma fórmula sacramental, que se não possa aperfeiçoar ou alterar.

3) Por não ter recebido o COMUNICADO Nº 15 da C.N.B.B., não posso saber si esse Secretariado recebeu a quantia de Cr. \$ 1.500,00 ( Mil quinhentos cruzeiros) que remeti por carta pelo Banco da Província do Rio Grande do Sul, que tem filial no Rio de Janeiro. - Para meu govêrno desejaria saber si dita quantia entrou ou não nesse Secretariado.

De V. Excia. Revma.

humilde servo em Cristo,

+ Frei Candido m. R.

Bispo Prelado de Vacaria

